

UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE PERNAMBUCO



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

VANESSA ALVES DA SILVA

**O DISCURSO SOBRE O NORDESTE NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA
PORTUGUESA: NOS FIOS DA MEMÓRIA, A CONSTRUÇÃO DE UMA
IDENTIDADE REGIONAL**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. **Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo**

RECIFE
2018

VANESSA ALVES DA SILVA

**O DISCURSO SOBRE O NORDESTE NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA
PORTUGUESA: NOS FIOS DA MEMÓRIA, A CONSTRUÇÃO DE UMA
IDENTIDADE REGIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Curso de Mestrado, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem, na linha de pesquisa **Processos de Organização Linguística e identidade social**, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. **Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo**.

**RECIFE
2018**

VANESSA ALVES DA SILVA

**O DISCURSO SOBRE O NORDESTE NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA
PORTUGUESA: NOS FIOS DA MEMÓRIA, A CONSTRUÇÃO DE UMA
IDENTIDADE REGIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Curso de Mestrado, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem, na linha de pesquisa **Processos de Organização Linguística e identidade social**, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. **Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo**.

Recife, 19 de setembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo
Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP
(Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Suzana Leite Cortez
Universidade Federal de Pernambuco-UFPE
(Examinadora Externa)

Prof^a. Dr^a. Isabela Barbosa do Rêgo Barros
Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP
(Examinadora Interna)

Dedico esta dissertação a meu avô materno, José Alves da Silva, um homem maravilhoso que congratulou duas palavras em sua trajetória de vida: integridade e humildade. Vô tão querido e amado, você foi e sempre será meu paradigma de conduta moral. Eu te amo hoje e sempre, Seu China!

AGRADECIMENTOS

“Agradeço todas as dificuldades que enfrentei; não fosse por elas, eu não teria saído do lugar. As facilidades nos impedem de caminhar. Mesmo as críticas nos auxiliam muito”.

Chico Xavier

A Deus, luz que ilumina minha caminhada neste plano, Ele é minha fortaleza eterna. Em sua infinita bondade, O Pai Celeste evidencia que, ao deixarmos o nosso amor fraterno nortear nossa mente e coração, bem como os nossos passos, tudo se equilibra ao nosso redor. O Pai Maior ensina que não trabalha no ritmo da ansiedade humana, pois o tempo de Deus não é o nosso tempo. Contudo a “colheita” das bênçãos chega na hora certa, isto é, quando estivermos preparados e maduros para recebê-las. Deus é bom o tempo todo, todo o tempo!

À minha mãe, Vera Lucia Alves da Silva, que também exerceu o papel de pai nos últimos 17 anos. Guerreira e batalhadora, ela criou da maneira mais íntegra possível os seus três filhos. Sem sombra de dúvida, é minha melhor amiga, minha companheira de vida e inspiração maior. Se mil vezes me perguntassem de quem eu gostaria de ser filha, mil e uma vezes eu diria de Dona Vera. MUITÍSSIMO obrigada, mãe, pelos aconselhamentos, ensinamentos e amor sempre demonstrados! Eu a amo infinitamente!

À minha família, especialmente aos meus irmãos, Walter Júnior e Victória Alves, e minha vó materna, Margarida Ricardo. Tenho plena ciência de quanto vocês acreditaram e acreditam no meu potencial e do amor que sentem por mim. A recíproca é totalmente verdadeira; apenas Deus tem a dimensão exata do meu amor por vocês.

À Prof^a. Dr^a. Nadia Azevedo, minha querida e amada orientadora. De todo o meu coração, muitíssimo obrigada, professora! Serei sempre grata pela credibilidade depositada na minha escrita, pelas orientações e aconselhamentos tão preciosos, pela compreensão nos momentos em que precisei e, sobretudo, pela generosidade e humanidade com que trata todos os seus orientandos. Nós nos sentimos verdadeiramente acolhidos pelo seu conhecimento e pela sua doçura ao partilhar seus saberes. Acho que o Poetinha, Vinícius de Moraes, criou alguns versos perfeitos para definir essa taurina tão especial: *“O que é que brilha sem*

Ser ouro? – A mulher de Touro!”. Eis uma verdade para essa grande mulher que, além de uma docente magnífica, é uma pessoa maravilhosa. Que luz linda ela tem!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de Mestrado, apoio financeiro fundamental para realização e concretização dessa pesquisa.

À Prof^a. Dr^a. Evandra Grigoletto, excelente profissional e ser humano, que me acompanhou durante o percurso na UFPE e me apresentou as bases teóricas da Análise do Discurso de Linha Francesa (AD). Obrigada, professora, por, literalmente, ter aberto a porta de sua casa e de seus ensinamentos para mim!

À Prof^a. Dr^a. Suzana Leite Cortez, por ter aceitado o convite para participar da banca examinadora e por ter sido tão solícita e generosa. Suas contribuições e seu olhar crítico, frente a alguns pontos da dissertação, foram extremamente relevantes para a densidade teórica que almejava na pesquisa. Grata, professora Suzana! Enquanto pós-graduanda, saiba que, sem demagogia alguma, eu me sinto honrada em receber suas valiosas orientações.

À Prof^a. Dr^a. Isabela do Rêgo Barros, por ter aceitado compor a banca e por sua nítida criticidade, pela qual tenho profunda admiração. Agradeço também as contribuições valiosíssimas e pertinentes sobre a cultura nordestina no ato da qualificação. Suas palavras me fizeram ampliar os horizontes teóricos da pesquisa.

A todos os docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da UNICAP. Especialmente à Prof^a. Dr^a. Roberta Caiado, à Prof^a. Dr^a. Renata Lima da Fonte, à Prof^a. Dr^a. Nelly Carvalho e Prof^a. Dr^a. Karl-Heinz Efreken, pela generosidade e por terem, de forma brilhante, partilhado e compartilhado tantos conhecimentos imperiosos nessa minha trajetória acadêmica.

A todos os colegas da 15^a Turma do Mestrado em Ciências da Linguagem da UNICAP, pelos momentos vividos, pelas aulas, pelos conhecimentos socializados, pelos seminários e discussões tão proveitosas. Agradeço também, queridos, pelo aniversário surpresa naquele 17 de maio de 2016, um momento ímpar de muita felicidade, que eu carregarei pra sempre na memória. Em especial, agradeço a duas amigas-irmãs que conquistei na UNICAP: Cilene Abreu e Gabriela Santos (Gabi), saibam que vocês têm cadeira cativa em meu coração, meninas.

Aos funcionários da Secretaria da Pós-Graduação: Danielle Mendes, Eliene Fabrício, Nicéas Izabel Alves e Sérgio Araújo Wanderley, pelo ótimo atendimento e pronta resolução das questões burocráticas. Sempre se mostraram solícitos e dispostos a me auxiliar quando requisitados. Muito obrigada!

Ao casal Ronaldo Dionísio e Janine Ferreira, amigos mais que especiais. Sou grata pelo incentivo e apoio nesse mundo acadêmico, às vezes tão árduo. Vocês são pessoas e profissionais ímpares e em que eu me espelho, nutro uma admiração enorme pelos dois. Muito obrigada por tudo, meus amigos!

Aos amigos Anete Gil, Cristiana Costa, Bianca Uchôa, Fernando Olímpio, Marta Tenório e Ivany Leite, pelos aconselhamentos, palavras de incentivo, “puxões de orelha”, muitas vezes necessários. Sobretudo agradeço pelo carinho sempre demonstrado e por me colocarem em suas orações. Sou grata primeiramente a Deus, meus amigos, por ter vocês na minha vida. No momento em que eu mais precisei, vocês estiveram literalmente ao meu lado. Do fundo do meu coração, muito obrigada, meus queridos!

Às doutoras, Andréa Asfora e Maria Goretti Veras, as quais me acompanharam nesse percurso. Profissionais exímias, auxiliaram e auxiliam umas das minhas maiores conquistas: encontrar-me enquanto ser no mundo. Gratidão sempre a essas terapeutas maravilhosas!

Aos meus alunos (Vencedores!), coordenadores e colegas de profissão, os quais demonstram respeito e confiança em meu trabalho. Meu muito obrigada por me alicercarem como profissional e ser humano!

Em síntese, a todos que passaram pela minha trajetória de vida até hoje, deixando bênçãos e-ou lições. Àqueles que, direta ou indiretamente, participaram da concretização desse sonho. Que O Senhor Jesus os abençoe rica e abundantemente!

EPIGRAFE

“Terra de cultura viva, Chico Anísio, Gonzagão, de Renato Aragão, Ariano e patativa. Gente boa, criativa. Isso só me dá prazer e hoje mais uma vez eu quero dizer muito obrigado ao destino, quanto mais sou nordestino, mais tenho orgulho de ser...”

Bráulio Bessa

Exaltação ao Nordeste

Eita, Nordeste da peste,
Mesmo com toda seca
Abandono e solidão,
Talvez pouca gente perceba
Que teu mapa aproximado
Tem forma de coração.
E se dizem que temos pobreza
E atribuem à natureza,
Contra isso, eu digo não.
Na verdade temos fartura
Do petróleo ao algodão.
Isso prova que temos riqueza
Embaixo e em cima do chão.
Procure por aí a fora
"Cabra" que acorda antes da aurora
E da enxada lança mão.
Procure mulher com dez filhos
Que quando a palma não alimenta
Bebem leite de jumenta
E nenhum dá pra ladrão
Procure por aí a fora
Quem melhor que a gente canta,
Quem melhor que a gente dança
Xote, xaxado e baião.
Procure no mundo uma cidade
Com a beleza e a claridade
Do luar do meu sertão.

Luiz Gonzaga de Moura

RESUMO

A noção de região não está veiculada apenas a um espaço territorial, nem somente a um recorte político e econômico. Ultrapassando os limites geográficos, uma região também se figura como uma construção imagético discursiva, fruto de vários dizeres. Nesse contexto, uma série de discursos positivos e negativos, legitimados socialmente, criaram o Nordeste e os nordestinos. Desse modo, tomando como aporte teórico as percepções de Albuquerque Júnior (2011) e a Análise do Discurso de linha francesa (AD), em especial as concepções de Michel Pêcheux (1997, 1999, 2008, 2009), bem como os estudos de pesquisadores contemporâneos como Eni Orlandi (1998, 2001, 2007, 2010, 2012) e Freda Indrusky (2005, 2008), objetiva-se nesta dissertação tecer reflexões acerca do discurso apresentado nos livros didáticos de língua portuguesa sobre a região Nordeste. Partindo-se da prerrogativa de que o livro didático é uma valiosa ferramenta da práxis pedagógica e um poderoso instrumento de reprodução ideológica, pleiteia-se identificar questões sobre o sujeito discursivo e as memórias suscitadas nas narrativas e nos textos literários presentes nos compêndios escolares de língua materna sobre esse território e seus habitantes. Nesta perspectiva, com a elaboração desta pesquisa, procura-se evidenciar que a memória faz parte das condições de produção do discurso, juntamente com o sujeito e a situação. Entretanto a memória de que se ocupa a AD não é a de natureza cognitiva; e sim, social, ou seja, são os discursos que se tramam pelo tecido sócio-histórico, os quais se mostram retomados, repetidos e regularizados. De natureza bibliográfica, a pesquisa tem como corpus as coleções de livros de língua materna Projeto Radix: Raiz do conhecimento, de Ernani Terra e Floriana Toscano Cavallette, e Para Viver juntos (9ºano), editora responsável Andressa Munique de Paiva. Os compêndios foram utilizados em instituições públicas e privadas de ensino de Recife e região metropolitana entre 2012 e 2016. Os resultados revelaram que, embora haja toda uma preocupação com a representação da diversidade cultural por parte dos documentos oficiais, no livro didático de língua portuguesa, ainda existem inúmeros discursos que estereotipam a região e seus habitantes. Assim sendo, determinados discursos que circulam na sociedade acabam produzindo uma rede simbólica que molda identidades. Isto é, pela repetitividade e regularização do que é dito são criados dispositivos identitários, trazidos à tona a partir das redes de memória. Fato que acontece com a identidade do território e do homem do Nordeste, notoriamente construções discursivas, como será verificado nas exposições contempladas nesta dissertação.

Palavras-chave: Discurso. Identidade. Livro didático. Memória discursiva. Região Nordeste.

ABSTRACT

The concept of region is not specifically linked to territory or to a political or economical cutting. Surpassing geographical limits, a region also represents an imagistic discursive construction, a product of several ways of saying. In this context, a series of positive and negative discourses legitimated by social using created the Northeast Region and their inhabitants, the “Nordestinos”. Therefore, taking as a theoretical input the perception of Albuquerque Júnior (2011) and the French branch of Discourse Analysis (DA), fundamentally the concepts of Michel Pêcheux (1997, 1999, 2008, 2009), as well as the studies of contemporary researchers like Eni Orlandi (1998, 2001, 2007, 2010, 2012) and Freda Indrusky (2005 e 2008), this paper aims to make considerations on the discourse presented in textbooks about Brazilian Northeast Region written in Portuguese. Considering textbooks besides being a powerful instrument of ideological transmission are a valuable tool in pedagogical praxis, this study tried to identify points about the discursive subject and their memories brought up from narratives and literary texts present in school compendiums about this region and its inhabitants written in their mother-tongue. In this context, the present research tries to make it clear memory is part of the conditions in which the discourse is produced, along with the subject and the situation. However, the memory studied by DA is not the cognitive one but the social one, that is to say, discourses created from sociohistorical elements which are taken again, repeated and made regular. As a bibliographic study, the present research’s corpus are the book collections in mother tongue Projeto Radix: “Raiz do conhecimento”, by Ernani Terra e Floriana Toscano Cavallete, and “Para Viver juntos” (9th year), with Andressa Munique de Paiva as the chief editor. These compendiums were used in public and private teaching institutions in Recife and its metropolitan region, from 2012 to 2016. Results show that even though official documents have an attentive look on representing cultural diversity, textbooks in Portuguese language still present several discourses that stereotype the region and its inhabitants. Therefore, some discourses go around the society and produce a symbolic net which shape identities. Namely, by repeating and regularizing what is told, identity devices are created and brought up from memory nets. This is what happen to the identity of territory and people from Brazilian Northeast Region, notoriously imagistic-discursive constructions, as it will be seen at the presentations shown in this dissertation

Key words: Discourse. Identity. Textbook. Discursive memory. Brazilian Northeast Region.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1ºCAPÍTULO: NORDESTE: UMA CONSTRUÇÃO SIMBÓLICO-CULTURAL DE MUITAS VOZES	19
1.1 NORDESTE: A criação “identitária” de uma região e dos seus habitantes.....	19
1.1.1 Dizibilidades sobre uma região: o grande painel imagético-discursivo.....	22
1.1.2 O Caleidoscópio artístico: as letras que circunscreveram uma região.....	31
1.1.3 Os discursos que ecoaram o Nordeste.....	40
1.1.4 As tintas que pintaram o Nordeste.....	43
1.2 Análise do Discurso de linha francesa: vislumbrando o social, o histórico e o cultural como partes constitutivas dos movimentos de linguagem.....	48
1.2.1 Alicerces teóricos.....	55
1.2.1.1 INSEPARÁVEIS: Discurso e Sujeito.....	55
1.2.1.2 Não há sujeito sem história, nem discurso sem sujeito: Formação Ideológica e Formação Discursiva.....	57
1.2.1.3 Nos fios da memória: Memória Discursiva e Formações Imaginárias.....	60
1.3 O Livro Didático na esfera escolar: a (re)produção de discursos.....	64
1.3.1 O Livro Didático no Brasil: Breve Panorama Histórico.....	68
1.3.2 O Livro Didático de Língua Portuguesa: do estruturalismo à textualidade.....	69
1.4 A Escola como instrumento de reprodução ideológica.....	73
2º CAPÍTULO: TRAÇANDO O PERCURSO METODOLÓGICO	79
2.1 Considerações sobre o conhecimento e a atividade científica.....	79
2.1.1 O enfoque tradicional.....	79
2.1.2. As abordagens positivista e neopositivista.....	81
2.1.3. Novas orientações epistemológicas: a redefinição do conceito de ciência....	83
2.1.4. A questão da subjetividade no fazer científico.....	87
2.2 Análise do Discurso Francesa: além de teoria, também uma metodologia de análise.....	88

2.3 Considerações sobre a pesquisa bibliográfica e o corpus discursivo.....	93
3° CAPÍTULO: ANÁLISES.....	95
3.1 O Nordeste em livros didáticos de Língua Portuguesa.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS.....	122
ANEXOS.....	130

INTRODUÇÃO

O Nordeste, assim como o Brasil, não são recortes naturais, políticos ou econômicos apenas, mas, principalmente, construções imagético-discursivas, constelações de sentido.

[ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p.343]

Para Albuquerque Júnior (2011), a região Nordeste é palco de grande diversidade geográfica, econômica e cultural; lícito é salientar que a mistura das três raças formadoras da sociedade brasileira foi mais forte aqui que em qualquer parte do país. Infelizmente, no entanto, por muitas vezes essa referência à pluralidade fica restrita a segundo plano, pois a imagem comumente veiculada é a de uma região de extrema miséria (sujeita a secas periódicas), passível de fome e sede extremadas. O território nordestino é ainda associado ao cangaço e ao coronelismo, bem como à precariedade na educação e à forte desigualdade social, sendo esse o panorama mais visibilizado e dizível sobre o Nordeste. Paradoxalmente, às imagens e aos discursos de um território crivado pela escassez, os veículos midiáticos apresentam um Nordeste turístico e paradisíaco que macula as representações negativas supracitadas. Diante desse fato, embora o território e sua gente sejam plurais, são continuamente homogeneizados. Em regra, ou a miserabilidade acentuada (esta com maior ênfase) ou a exuberância natural da região são recorrentes e repetíveis quando feitas alusões a esse espaço territorial. Dessa forma, na concepção de Albuquerque Junior (2011, p. 79): “o Nordeste é uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença”.

No transcorrer dos anos, lamentavelmente, essa imagética sedimentou muitas dizeres sobre o território nordestino, os quais são facilmente encontrados em livros didáticos de língua materna. Fato é que, ao longo do percurso escolar, as crianças e jovens (das escolas públicas e privadas) mantêm contato com o livro didático e muitas vezes recebem as informações ali apresentadas sem tecer contestações ou realizar questionamentos. Na ótica de Grigoletto (1999), o livro passa a funcionar como um “discurso de verdades”, o qual é reconhecido e legitimado em vários aspectos e que cala outras vozes. Para a autora:

O poder do LD como um instrumento de verdade, o seu poder disciplinar e, sobretudo, talvez, no LD de língua portuguesa, a ênfase no conteúdo e numa relação distanciada e exterior com a linguagem reforçam a manutenção do exercício escolar como um exercício de reprodução e não de formação pela linguagem, de burocratização e não de criação. O LD funciona pela ilusão de que os sentidos podem não só ser domesticados, mas também ditados e tomados na sua suposta literalidade e univocidade. (GRIGOLETTO, 1999, p. 75)

Visto por esse prisma, o compêndio escolar se torna um agente contributivo da (re)produção de relações sociais que, sim, por vezes, marginaliza grupos minoritários. Fortalecem-se sentidos e dizeres de tal forma que discursos outros são silenciados, isto é, não são analisados ou sequer trazidos para discussão no âmbito da sala de aula. Em regra, apenas alguns “recortes” do conteúdo temático são apresentados no livro didático, estes são repassados por meio de textos e de algumas eventuais reflexões, suscitadas em atividades já previamente estabelecidas e direcionadas. Sendo assim, como cada livro é constructo de uma determinada concepção de mundo, de ser humano e de escola, pode (re)construir valores e/ou fomentar (pre)conceitos, isso dependerá do enfoque e da abordagem que estabeleça para os temas que irá apresentar. Logo, não se pode ignorar a prerrogativa de que o livro é um instrumento fomentador de ideologias, visto que nele há uma prévia seleção de textos e imagens “recortados” por seus autores. Tal fato, contudo, não descredita os livros didáticos, pois são essenciais à prática pedagógica. A questão é como e com que finalidade ele é utilizado. Incide sobre essa questão um item preponderante: o professor. Inquestionavelmente, o impacto que o livro causará na sala de aula depende da maneira como os docentes utilizam esse instrumento. Por esse fato, a utilização dessa ferramenta didática adquire significados distintos a depender do tratamento que o professor lhe confere. Sobre esse fato preceitua Marcuschi (2010, p.20):

Tudo dependerá, no entanto, de como serão tais orientações tratadas pelos usuários em suas salas de aula; seria nefasto se as indicações ali feitas fossem tomadas como normas ou pílulas de uso e efeito indiscutíveis. Pior ainda, se com isso se pretendesse identificar conteúdos unificados para todo o território nacional, ignorando a heterogeneidade linguística e a variação social.

Portanto, o discurso de verdade a que se refere Grigoletto (1999) passa pelo crivo e pela atuação do docente e de como ele atua em suas aulas. Indubitavelmente o livro didático se configura como um instrumento valoroso para os professores, os quais são mediadores no processo de ensino-aprendizagem. Ou seja, o livro didático – que apresente orientações coerentes – figura como um recurso enriquecedor da prática docente, de forma a contribuir para a formação de alunos/cidadãos críticos, conscientes e reflexivos sobre o mundo e as identidades que os circundam. Nesse contexto, essa dissertação almeja investigar o papel do livro didático como problematizador da identificação nordestina, pois como evidencia Moita Lopes (2003, p.17): “a necessidade de estudar as identidades sociais se explica pelo grande momento de reflexividade que vivemos na vida contemporânea [...]”. Face ao mencionado, o livro didático assume papel relevante dentro do processo de ensino-aprendizagem, já que, na escola, configura-se como um instrumento que perpassa ideologias culturalmente impostas e que se propagam de maneira a inculcar valores. Segundo Marcuschi (2003, p.11), “a sociedade, instituições e atores sociais se constituem mutuamente numa imbricada relação que passa pela ação discursiva, isto é, no veio das formações ideológicas”. Desse modo, o “bom livro” de língua materna pode não só fomentar ideologias, mas também ser arma essencial no combate aos estigmas. Ao se conceber a língua como resultado de uma produção social, percebe-se que nela estão presentes e refletidas as diferenças e desigualdades de nossa sociedade.

Movida por essas questões, enquanto professora de língua portuguesa e produção textual, da rede privada (em Instituições escolares do Recife e região metropolitana), dei início a essa pesquisa em 2013, consolidando a construção discursiva do Nordeste como objeto de análise em 2015. Esse estudo é fruto da inquietude, ou seja, de verificar e muitas vezes lamentar como os livros didáticos de língua portuguesa apresentam o Nordeste para seus leitores. A região, que é tão diversa e multifacetada, é representada por discursos de homogeneização, pois são pontuais as referências à cultura que lhe é tão rica. Tal inquietude aflorou da repetibilidade de textos verbais e não-verbais que “mostram” o território nordestino e sua gente.

Para efeito analítico, tomou-se por base a coleção de livros didáticos de Língua Portuguesa: Projeto Radix: Raiz do conhecimento, de Ernani Terra e Floriana Toscano Cavallette (utilizada em diversas escolas pernambucanas, da rede pública, entre 2010 e 2016). Cumpre acrescentar que o livro produzido pelas edições SM, Para Viver juntos (9ºano), editora responsável Andressa Munique de Paiva, também foi objeto de análise. O livro em apreço, do último ano do ensino fundamental II, foi utilizado em instituições de ensino de Recife e região metropolitana entre os anos de 2012 e 2016.

No que tange às reflexões realizadas sobre o Nordeste, consolidam-se como relevantes as observações de Albuquerque Jr. (2011); Freyre (1976); Garcia (1990) e Batista (1982). Já no que diz respeito aos estudos de identidade e cultura, autores como: Bourdieu (1989); Alfredo Bosi (1998); Chauí (2006); Goffman (1988); Laraia (2013) Naxara (1998) e Zarur (2000) norteiam essa produção dissertativa.

É oportuno mencionar que o quadro teórico, utilizado no desenvolvimento desta pesquisa, baseia-se na Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD). Fundada por Michel Pêcheux, no final da década de 60, a escola movimentou o campo das ciências humanas para se constituir em uma disciplina transversal, contudo não abandonou os estudos sobre a língua. A obra de Pêcheux, alicerce deste trabalho, nasceu dos questionamentos sobre a epistemologia da Linguística, propondo a análise dos processos discursivos, colocando o linguístico em articulação com a história. Na perspectiva Pecheutiana, há uma intrínseca relação entre língua, discurso e memória. Derivam desse fato as palavras de Gregolin:

Quando adotamos o ponto de vista da Análise do Discurso, focalizamos os acontecimentos discursivos a partir do pressuposto de que há um real da língua e um real da história, e o trabalho do analista do discurso é entender a relação entre essas duas ordens, já que o sentido é criado pela relação entre sujeitos históricos e, por isso, a interpretação nasce da relação do homem com a língua e com a história. (GREGOLIN, 2003, p.11)

Contemporaneamente a Pêcheux, Michel Foucault também questiona e reflete sobre os saberes que envolvem a Análise do Discurso. Seus estudos alcançaram sua completude teórica com a publicação de A arqueologia do saber (1969). Em sua introdução, Foucault afirma que está na hora de dar coerência às tarefas que havia apenas esboçado em obras anteriores. A finalidade desse livro e o

motivo de ele servir também como subsídio teórico para a presente proposta de pesquisa é escrever uma história dos sistemas discursivos constitutivos das ciências do homem, bem como um programa de pesquisa acerca da formação e das mutações das práticas discursivas. Ainda que não seja o principal nome a fomentar esta dissertação, Foucault contribui com o seu olhar de filósofo, suscitando questionamentos pertinentes acerca da análise discursiva. Na visão de Foucault (1999) apud Gregolin (2003) há sempre batalhas discursivas movimentando a construção dos sentidos nas sociedades. Assim, por serem produtos de práticas, social e historicamente determinadas, as maneiras de se utilizarem as possibilidades do discurso são reguladas, regulamentadas: não se pode, absolutamente, falar de uma coisa qualquer em um espaço temporal qualquer. Há sempre, que se submeter à ordem de toda produção de sentidos. Vale destacar que, ainda no campo da AD de linha francesa, estudiosos como Azevedo (2014), Baronas e Komesu (2008), Grigoletto (2003), Indursky e Leandro Ferreira (2005 e 2007), Maldidier (2003) e Orlandi (2001, 2007, 2010 e 2012) fornecem substanciais reflexões para as discussões e análises realizadas nessa produção acadêmica.

Quanto à estrutura, a dissertação foi subdividida em 3 capítulos. O primeiro, intitulado NORDESTE: uma construção simbólico-cultural de muitas vozes, apresenta 3 tópicos de abordagem. Inicialmente, esboçou-se um mosaico de autores, romancistas e artistas que, através de suas obras, foram construtores de um conceito de região. Por sua vez, no segundo tópico em análise, foram feitas incursões concernentes à Análise do Discurso francesa, mencionando a tríade que a constitui (Materialismo Histórico, Linguística e Psicanálise) bem como realizando um percurso temporal sobre a obra de seu fundador Michel Pêcheux. Nesse tópico, também foram trazidas à tona as definições de alguns conceitos basilares para a disciplina (Discurso e Sujeito, Formação Ideológica, Formação Discursiva e Imaginária, processos parafrásicos e polissêmicos), fundamentais para as análises. Em culminância deste capítulo, realizou-se, à luz da teoria de Althusser (1974), uma reflexão sobre do livro didático como uma poderosa ferramenta do processo de ensino-aprendizagem e um instrumento de reprodução ideológica.

O segundo capítulo apresentou o procedimento analítico da AD e o percurso metodológico da pesquisa, explicitando também o papel do analista do discurso que se respalda à luz da teoria pecheuxtiana. O terceiro e último capítulo, intitulado O Nordeste em Livros Didáticos de Língua Portuguesa, incumbiu-se de analisar os textos e imagens que fazem referência ao Nordeste e estão expostos nos manuais didáticos. Nesse sentido, objetivou-se não só investigar os textos (verbais e não verbais) e seus modos de mostrar/dizer a região e sua gente, como também identificar questões sobre o sujeito discursivo e sobre as memórias suscitadas nas narrativas e nos textos literários presentes nos compêndios escolares.

1ºCAPÍTULO: NORDESTE: UMA CONSTRUÇÃO SIMBÓLICO-CULTURAL DE MUITAS VOZES

O Nordeste não é recortado só como unidade econômica, política ou geográfica, mas, primordialmente, como um campo de estudos e produção cultural, baseado numa pseudo-unidade cultural, geográfica e étnica. O Nordeste nasce onde se encontram poder e linguagem, onde se dá a produção imagética e textual.

[ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p.33]

Em primeira instância, é oportuno evidenciar que as identidades regionais são construídas por inúmeros fatores, destacando-se, dentre eles, as representações imagético-discursivas. Nessa perspectiva, a identidade cultural figura como um discurso, isto é, uma construção de sentidos, a qual apresenta o olhar existente sobre um espaço geográfico e sua gente. Constata-se, assim, que a região Nordeste é uma verdadeira constelação de sentidos, fruto de muitas vozes.

Face a essa constatação, este capítulo trará significativas reflexões acerca das dizibilidades construtoras do território nordestino. Divido em três sessões, inicialmente ele apresenta o caleidoscópio artístico (teóricos, escritores, pintores, músicos...) os quais, por intermédio de suas obras, ajudaram a confeccionar a identidade regional. Por sua vez, a segunda sessão evidencia as bases que alicerçam esta pesquisa, ou seja, os princípios fundamentais da Análise do Discurso de linha francesa, teoria que compreende o discurso como o ponto de convergência dos fenômenos linguísticos e dos processos históricos/ideológicos. Em culminância, são feitas considerações sobre a escola e o livro didático à luz da teoria Althusseriana dos Aparelhos Ideológicos do Estado.

1.1 NORDESTE: A criação “identitária” de uma região e dos seus habitantes

O termo NORDESTE traz consigo uma série de estereótipos e discursos que surgiram atrelados ao próprio espaço geográfico. Partindo dessa prerrogativa, falar dessa região é mobilizar todo um universo de imagens positivas e negativas, socialmente reconhecidas e legitimadas, que criaram um espaço imaginário sobre seu território e sua gente. Isso posto, na percepção de Moraes (2014, p.27-28), “da

interface entre o “discurso naturalista” e o “discurso das secas”, emerge e se consolida nacionalmente uma configuração imagético-discursiva daquilo que iria se constituir como região Nordeste no decorrer do século XX”.

Como afirma Albuquerque Júnior (2011), a região surge na “paisagem imaginária” do país, nas primeiras décadas do século XX, e substitui a antiga divisão regional entre Norte e Sul. De acordo com pesquisas historiográficas, o vocábulo “Nordeste” foi utilizado inicialmente para fazer uma designação da área correspondente à atuação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), fundada no ano de 1919. A princípio, então, o território surge como a parte do Norte sujeita às estiagens; ele é, em certa medida, um filho das secas, um constructo proveniente de imagens e textos produzidos a partir deste fenômeno. Decorre disso que a imagem do Nordeste passa a estar sempre atrelada à aridez. Por sua vez, o êxodo que ela provoca também se figura como outra marca da região. Logo, a seca e a evasão surgem como ícones de radicais mudanças na vida do povo sertanejo, desestruturando as famílias social e moralmente; e, assim sendo, todas as memórias arraigadas a elas instituíram a região como recorte geográfico no Brasil. Vale lembrar que o fenômeno da seca se configura como um primeiro traço definidor do território; por esse motivo, mostra-se praticamente sinônimo de Nordeste. Na ótica de Albuquerque Junior (ibidem, p.75):

São essas as imagens que impregnam o próprio Nordeste em construção, Nordeste das “áreas sedentas e implacáveis, onde o amor violento do sol trazia o vasto campo fendido e cortado em pedaços sem um fio de verde; por toda a parte a secura e com ela a morte. Nem uma gota d’água para refrescar ao menos a vista”. Um Nordeste onde “de espaço em espaço surge o deserto árido e triste sobre ele se arrastando longos, esguios e sinuosos os caminhos feitos pelos pés dos homens e pelo rastro dos animais, esqueléticos, movendo os ossos num ruído desencontrado”.

Nessa perspectiva, ao longo de muitas décadas e diante de muitos dizeres, várias características físicas e morais foram atribuídas à região e aos seus habitantes, fato que reforçou a criação de imagens que se cristalizaram como “representações” do território nordestino. Em virtude disso, criou-se uma espécie de identidade nordestina, a qual não está propriamente na condição de ser nordestino, mas sim na forma como tal condição é exposta para a sociedade brasileira. Albuquerque Junior (2011, p.88) acrescenta que:

O Nordeste será gestado em práticas que cartografavam lentamente o espaço regional como: 1) o combate à seca; 2) o combate violento ao messianismo e ao cangaço; 3) os conchavos políticos das elites políticas para a manutenção de privilégios etc. Mas o Nordeste também surge de uma série de práticas discursivas que vão afirmando uma sensibilidade e produzindo um conjunto de saberes de marcado caráter regional.

Para Santos (2012, p.124), a identidade dos nordestinos foi “uma criação de estereótipos, ou seja, se identificou a caracterização do indivíduo pela região, mostrando que quem vivia no Nordeste tinha aquele tipo de vida porque a geografia da região favorecia”. Verifica-se, portanto, que determinados enunciados foram sendo reproduzidos e permaneceram como “representações” do Nordeste. Assim, devido à força dessa construção simbólico-cultural, os estigmas sobre o Nordeste e os nordestinos se consolidaram. A respeito dessas representações, Goffman (1988, p.12) aponta que:

Tal característica é um estigma, especialmente quando seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real.

Entretanto, tornou-se perceptível que, quando somente as adversidades são postas em foco, outras referências sobre e a região ficaram apagadas ou relegadas a um segundo plano. Por esse motivo, neste capítulo inicial, procurou-se traçar um panorama das várias vozes que discursaram sobre o Nordeste. Isto é, objetivou-se analisar a força dos dizeres que ecoam sobre a região – os quais, ainda na contemporaneidade, exercem enorme influência e peso no imaginário brasileiro. Face ao que foi mencionado, compreendeu-se que estudar discursivamente uma região e as identidades que dela fazem parte é ação necessária a fim de que se consiga investigar as dizibilidades que as constituem e legitimam.

1.1.1 Dizibilidades sobre uma região: o grande painel imagético-discursivo

Como se produziu este recorte espacial denominado “Nordeste”, como nasceram seus sentidos e significados? Palco de grande diversidade geográfica, econômica e cultural, o Nordeste é um território fundado historicamente, oriundo de uma construção imagético-discursiva, a qual é parte constitutiva da região e de sua gente. Por essa razão, comumente, quando se fala em Nordeste, certas imagens vêm à tona (retirantes, miséria, seca, êxodo rural, desigualdade, etc.), as quais homogeneízam a região e são veiculadas por toda uma produção cultural e midiática. Dessa maneira, fomentando toda uma discursividade sobre esse território, veiculou-se uma coleção de características, um vasto painel de imagens e textos.

Nas duas primeiras décadas do século XX, esboçou-se para a região a panorâmica de um lugar em que sofrimento era palavra-chave, em que até o clima contribuiu para o abatimento físico e intelectual do seu povo. Isto é, palavras como “miséria”, “fome” e “sede” passaram a ganhar destaque quando o assunto em abordagem era o Nordeste, porque os meios de comunicação – corriqueira e exacerbadamente – utilizaram-nas para se reportar ao território nordestino. E foi essa a visão que despertou a atenção dos brasileiros para a região e suas adversidades; essas imagens se configuraram como elementos definidores para discernir o Norte do Sul notadamente no início do século passado.

Paralelamente, o olhar publicitário – de ramos, por exemplo, como o turístico – enfatizou a exuberância e as belezas naturais do litoral nordestino, criando também um discurso que encobriu aspectos da diversidade. Nesse sentido, a identidade nordestina foi sendo construída por estórias, memórias e imagens legitimadas pelo poder da mídia e da tradição. Ela foi sedimentada de modo tão intenso que se tornou muito difícil reverter essa configuração identitária, criada para delinear o espaço social e geográfico da região. Evidencia-se, assim, que:

(...) a região não é uma positividade geográfica, mas, ao contrário, um produto sociocultural das disparidades geográficas no processo de desenvolvimento capitalista (...) obra de publicistas, pensadores, produtores culturais e lideranças políticas na construção simbólico-cultural da região ou da identidade regional. (ZAIDAN FILHO, 2001, p.43)

Um fato observável é o de que uma região não é meramente um recorte geográfico, econômico e político; antes, e, sobretudo, é um conjunto de fragmentos imagéticos e enunciativos, os quais foram agrupados em torno de um espaço, de uma ideia inicialmente abstrata. No que tange ao conceito de região, Albuquerque Júnior explicita o seguinte:

A noção de região, antes de remeter à geografia, remete a uma noção fiscal, administrativa, militar (vem de regere, comandar). Longe de nos aproximar de uma divisão natural do espaço ou mesmo de um recorte do espaço econômico ou de produção, a região se liga diretamente às relações de poder e sua espacialização; ela remete a uma visão estratégica do espaço, ao seu esquadramento, ao seu recorte e à sua análise, que produz poder. Ela remete, em última instância, a regio (rei). Ela nos põe diante de uma política de saber, de um recorte espacial das relações de poder. [...] Historicamente, as regiões podem ser pensadas como a emergência de diferenças internas à nação, no tocante ao exercício do poder, como recortes espaciais que surgem dos enfrentamentos que se dão entre os diferentes grupos sociais, no interior da nação. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.36)

Acerca do conceito de região e de sua importância, Freyre (1947, p.40) também postula que: “uma região pode ser politicamente menos do que uma nação. Mas virtual e culturalmente é mais do que uma nação; é mais fundamental que a nação como condição de vida e como meio de expressão e de condição humana”. Então, é oportuno reiterar que uma região não deve ser meramente configurada como um espaço territorial baseado em um critério geopolítico. Ao maximizar o conceito, observa-se que ela é uma criação de natureza discursiva, isto é, produto de relações de forças existentes na sociedade. E, por esse motivo, definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem sistematicamente, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos. Uma região é, pois, a soma resultante de um “dispositivo” imagético-discursivo que faz com que pareça naturalmente homogêneo o que fundamentalmente é heterogêneo.

Dessa forma, é possível afirmar que o Nordeste não é apenas uma “invenção” nortista; em grande parte, é uma invenção também sulista. Isso porque, no Sul, nas primeiras décadas do século XX, estabeleceu-se uma concepção dicotômica na identidade nacional. Ela fora dividida em polos verdadeiramente antagônicos, ou seja, o Sudeste, em especial o eixo Rio-São Paulo, entendido como área da cultura

moderna, bem como da urbanidade e da industrialização; já o Nordeste se pautava pelo inverso, pois quase sempre era apresentado como região eminentemente rural e atrasada.

As cidades nordestinas – quando tematizadas para os sulistas – ora apareciam como folclóricas e turísticas, ora miseráveis e depauperadas. Em contrapartida, a Cosmopolita São Paulo mostrava-se como uma cidade movimentada, multicolorida e polifônica; em síntese, contemporânea, tudo que o Nordeste não conseguia ser. Na confirmação dessa dualidade, era perceptível que uma seria a região da memória e do intelecto; a outra, o lugar da história, do flagelo e do retrocesso. Uma era desenhada pela tinta da natureza duramente xerófitas; a outra, pela tinta da cultura. É oportuno dizer que, no transcorrer dos anos, essa imagética se notabilizou, adquiriu corpo e adeptos, reforçando a dualidade entre as regiões. Exemplos claros desse fato podem ser encontrados nas telenovelas brasileiras. Comumente, os personagens oriundos da região nordeste são apresentados nas obras de ficção como prototípicos sertanejos. Ou seja, portadores de um sotaque “característico”, são fugitivos das secas intermitentes que procuram melhores condições de vida no eixo sul-sudeste. Vale destacar que, de forma bastante pontual, a cultura é explorada pela ficção, notoriamente a rica culinária e as praias paradisíacas da região.

Nessa perspectiva, constata-se que essas imagens contribuem para a construção de uma representação da região Nordeste. Isso porque, em sua maioria, os discursos que apresentam o território nordestino carregam consigo todo um vasto imaginário. Por sua vez, esse imaginário cristaliza e estatiza a região e seu povo, determinando a maneira como se olha para o território, sua cultura e seus habitantes. Segundo Nascimento (2010), esse processo representacional se torna possível porque as formações imaginárias se respaldam pela antecipação discursiva. Isto é, o discurso, quando atravessado pelo “já-ouvido” e pelo “já dito”, acaba produzindo para os sujeitos evidências e imagens sobre si próprio e sobre os outros. “Isto significa que as formações imaginárias atuam na sedimentação de dizeres sobre o lugar atribuído a si e ao outro, sendo, portanto, responsáveis pelas representações construídas sobre esses lugares”. (NASCIMENTO, 2010, p. 91). Nesse panorama, o Nordeste é produto de toda uma formulação imagético-discursiva, é fruto de muitas vozes que insistem em homogeneizar o território.

Diante do que foi dito, o Nordeste e a identificação de um “ser nordestino” ganham respaldo em um imaginário discursivo que, via de regra, inferioriza-os e que foi agenciado por várias dizibilidades. Esses dizeres (literários, musicais e plásticos) tendem a apresentá-lo constantemente como uma região retrógrada, com uma situação econômica miserável, com incapacidade política e precariedade educacional e, por osmose, intelectual. Nessa conjuntura, os holofotes discursivos recaem, em especial, sobre as adversidades da região, apagando, com frequência, os aspectos positivos desse território. E, assim, instaura-se uma homogeneização para o que fundamentalmente é plural e diverso. Torna-se claro, portanto, que:

Este Nordeste é uma máquina imagético-discursiva que combate a autonomia, a inventividade e apoia a rotina e a submissão, mesmo que esta rotina não seja objeto explícito, consciente de seus autores, ela é uma máquina discursiva que tenta evitar que os homens se apropriem de sua história, que a façam, mas sim que vivam uma história pronta, já feita pelos outros, pelos antigos; que se ache “natural” viver sempre da mesma forma as mesmas injustiças, misérias e discriminações. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p.100)

Nesse contexto, é perceptível que o Nordeste é uma cristalização de estereótipos os quais foram e são imputados como característicos do homem nordestino e da própria região. Essas imagens estereotipadas apresentam tamanha força no imaginário sobre o território nordestino que instituem uma “verdade” imponente para esse espaço geográfico. Ou seja, essas construções imagético-discursivas se impuseram de tal forma que são regularmente reproduzidas, seja pelos veículos de comunicação, pelas artes, ou mesmo pelos próprios habitantes de outras regiões ou ainda do próprio Nordeste. Assim, a repetição de dizeres ajudou a formular o ideário Nordeste, seu território, sua gente e sua cultura. Logo, a região se consolidou como uma construção simbólico-cultural de muitas vozes. Sobre isso, acrescenta Albuquerque Júnior:

O que podemos encontrar de comum entre todos os discursos, vozes e imagens que acabamos de arrolar, é a estratégia de estereotipização. O discurso de estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereotipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças

individuais são apagadas, em nome das semelhanças superficiais do grupo. (Ibidem, p. 30)

Ante a esse cenário, também o olhar do outro foi construtor da identidade nordestina, do próprio conceito de Nordeste. Este olhar teve notória importância como instrumento de reflexão, interpretação e compreensibilidade da vida social do território nordestino, bem como na forma de construir a identidade de seu povo. Fica claro, nessa medida, conforme evidenciam as palavras de Santos que:

Essa identidade foi mostrada sempre com base em critérios geográficos e econômicos, ou seja, para essa região do país que tem uma geografia irregular com alta escassez de água, que não tem recursos financeiros que a levem a se manter sozinha, criando com isso tipos extremamente rústicos [...] (SANTOS, 2012, p.128)

Dessa maneira, é pertinente aludir a um autor como Hall (2005), pois ele - ao se debruçar sobre o conceito de "identidade" - afirma que ela é uma construção discursiva, e como tal, produzida em condições específicas num determinado momento histórico; por esse fato, a identidade é um fruto das relações sociais e culturais. Hall ainda preceitua que é precisamente porque a identidade é formulada dentro e fora do discurso que se faz necessário compreendê-la enquanto fabricada em lugares históricos e institucionais específicos, no seio de práticas e formações específicas.

Nessa ótica, as construções identitárias, por serem atribuições situadas sócio-historicamente, são concebidas como: "relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados, isto é, são entendidas como heterogêneas, contraditórias, e em fluxo, constituintes das práticas discursivas nas quais atuamos" (ORLANDI, 2001, p. 21). Nessa medida, é imprescindível refletir sobre a identidade e a cultura regional, bem como averiguar os textos que a representam. Em relação ao conceito das identidades, Santos elucida que:

hoje que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação [...] identidades são, pois, identificações em curso [...] além de plurais são dominadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções. (SANTOS, 2003, p.133).

Sendo assim, esse discurso (tecido pela ótica da oposição regional) não só cristalizou os temas e sujeitos nordestinos, ele os legitimou. Desse modo, tornou-se perceptível a criação de uma série de clichês e estereótipos de decodificação fácil e imediata. Tais figuras, signos e temas – que são destacados para preencher a imagem do território nordestino – mostram-se como “verdades absolutas” devido à repetição, devido à falação. Heidegger (2002)¹ conceitua a falação como o ato de repetir enunciados, como a reprodução ininterrupta do que é comunicado. Os estereótipos e os temas que estão diretamente associados à região “[...] impõe-se como verdades pela repetição, o que lhes dá consistência interna e faz com que tal arquivo de imagens e textos possa ser agenciado e vir a compor discursos” (ORLANDI, 2011, p.62).

É bem sabido que a apresentação de uma só forma de representação para o Nordeste silencia outros modos de apresentar esse local. E é tamanha a consistência desses discursos que, mesmo em pleno século XXI, ainda se torna difícil produzir uma nova configuração identitária para a região Nordeste.

Face ao que foi mencionado, a identidade nordestina ainda que plural – muitas vezes é vista a partir do prisma de clichês e representações –, cristalizando maiormente os aspectos negativos da região. Devido a esse fato, todas as visibilidades e dizeres sobre o Nordeste, nesse tipo de discurso regionalista, configuraram-se como paradigma de uma imagem regional. Sobre essa configuração da identidade regional, Santos (2012, p.126) esclarece que:

A identidade parte de uma generalização sobre determinado espaço geográfico e social ao lado das condições econômicas que definem a região como superior ou inferior economicamente. Dessa forma, o Nordeste foi inventado a partir das visibilidades e dizibilidades sobre os espaços geográficos e os sujeitos que nele habitavam, foi uma identidade criada, assim como todas são.[...] De modo geral, o que se privilegiou para formular uma identidade sobre o Nordeste foi a geografia da região. Buscaram homogeneizar as diferenças e mostrá-las como sendo o reflexo real da região e de quem habita nela.

Corroborando com De Nardi (2007), é importante ressaltar que a identidade, como construção marcada pela historicidade, está intimamente relacionada à cultura e ao discurso que sobre ela se produz, visto que passa a adquirir sentido por meio

¹ Martin Heidegger (1889-1976), filósofo alemão.

da linguagem e de outros sistemas simbólicos pelos quais é representada. Assim, para se entender a construção de uma “identidade” tida como nordestina, também é oportuno emergir na cultura desse território, ou seja, entender os ícones que singularizam o Modus Vivendi da região e o arcabouço cultural que ela carrega consigo.

Todavia, o que de fato é cultura? Inúmeras são as áreas do conhecimento humano que se debruçam sobre essa palavra. Ou seja, antropólogos, sociólogos, linguistas, filósofos, e tantos estudiosos se engajam na árdua tarefa de conceituar o termo. Na visão de White e Dillingham (2009, p.23), “Todas as definições são arbitrárias. Isso não significa que não sejam válidas e justificáveis, úteis e verdadeiras. O fato insofismável é que, por definição, não há cultura sem homem nem homem sem cultura. No entanto, será que há uma resposta definitiva para o que vem a ser entendido como cultura? De Nardi (2007) esclarece que esse questionamento nos leva a extremos, isto é, pode se afirmar que a cultura irá abarcar o modo de se alimentar e vestir, as relações de parentesco, bem como os movimentos da natureza, mas também se pode concebê-la como um conjunto de produções artísticas. No que tange à empreitada de conceituar o termo, a autora acrescenta que:

Muitas são as tentativas de definir essa noção, indo desde a concepção de cultura como redes de significações nas quais se sustenta a humanidade, como se faz do ponto de vista semiótico, ou, ainda, como um sistema significante que permite o conhecimento e a vivência de uma determinada ordem social, até a cultura como o conjunto de valores, práticas, crenças, etc. que são compartilhadas por um grupo social, abarcando tudo aquilo que não é geneticamente transmissível, mas culturalmente apreendido. E não param por aí as definições, a cultura pode aparecer como um conhecimento implícito, que permite aos sujeitos agir em contextos específicos, negociando seus espaços. Cultura pode ser, ainda, tudo o que é supérfluo em uma sociedade, o que não diz respeito às suas necessidades básicas de sobrevivência e que representa, então, um refinamento desse modo de vida. (DE NARDI, 2007, p. 55)

Ao nos reportarmos às origens da palavra “cultura”, verificamos que ela significa cultivo, cuidado. De início, era o cultivo e o cuidado com a terra (agricultura), com as crianças (puericultura), e com os deuses (o culto ao sagrado). Vista por esse ângulo, cultura era concebida como ato que conduzia à plena realização das potencialidades de algo ou de alguém, isto é, significava:

desenvolver, fazer brotar, frutificar e cobrir de benefícios. No transcorrer da história ocidental, esse sentido vai se perdendo. Até que, no século XVIII, há o ressurgimento do termo cultura, mas agora relacionado ao conceito de civilização. Durante o século das luzes, a cultura era o padrão com que se media o grau de civilização de uma dada sociedade. Nesse contexto, a palavra cultura passa a ser entendida como um conjunto de práticas (artes, ciências, filosofia, ofícios, etc.) que permitia tecer avaliações e hierarquizar as sociedades, tomando-se por base um critério de evolução. Introduce-se ao conceito de cultura a ideia de tempo (um tempo contínuo), isso ocorre de tal forma que, paulatinamente, cultura passa a ser sinônimo de progresso. Logo, avalia-se o progresso de uma civilização pelo viés da cultura, bem como se avalia a cultura pelo progresso que ela tenderia a trazer para uma determinada civilização. Na percepção de White e Dillingham (2009), por tomar a noção de progresso como medida da cultura, a antropologia necessitou de um cânone para mensurar a evolução. Esse padrão fora a Europa capitalista; por isso, as sociedades passaram a ser avaliadas devido à presença ou à falta de elementos próprios do Ocidente capitalista. Que elementos eram esses? O Estado, o mercado e a escrita. Nessa nova conjuntura, oportunizou-se “estabelecer, grosso modo, uma escala de civilização, simplesmente colocando as nações europeias em um dos extremos da série e, em outro, tribos selvagens, dispondo o resto da humanidade entre dois limites” (LARAIA, 2013, p.33).

Tal conceituação de cultura reaparece no final do século XIX, quando se constitui uma ramificação das ciências humanas: a antropologia. No início da constituição da antropologia, os estudiosos mantêm o vínculo entre cultura e evolução. De acordo com Laraia (2013), a palavra foi introduzida na antropologia e transformada em um termo técnico por Edward B. Tylor (precursor inglês dessa ciência). O teórico britânico concebe cultura como “um todo complexo que inclui conhecimento, artes, direito, valores morais, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Na percepção de Tylor, cultura é o material peculiar à espécie humana. Para ele a cultura deve ser definida como as características não biológicas inerentes ao homem, as quais não são transmitidas geneticamente. Até meados dos anos 30, do século passado, os antropólogos conviveram muitíssimo bem com a definição criada pelo inglês. Contudo, momento houve em que a ciência amadureceu e se especializou. Eclodiram questões, multiplicaram-se perguntas como: “Qual era a

natureza da cultura?” Fundamentalmente, “o que era cultura?”. As pessoas começaram a pensar e a realizar debates, proliferaram as mais diversas concepções e definições. E, dessa maneira, o significado do termo ganhou outras vozes e contornos.

É somente na segunda metade do século XX que os antropólogos abandonam a perspectiva de Tylor, dando início à antropologia política e à antropologia social (as quais compreendem cada cultura como singular). O vocábulo “Cultura”, a partir deste momento, adquire uma abrangência que não detinha antes, passando a significar o campo das formas simbólicas. Cultura passa a ser entendida como criação coletiva da linguagem, da religião, dos instrumentos de trabalho, das formas de moradia, vestuário e alimentação, das manifestações artísticas, dos valores e regras de conduta, dos sistemas de relações sociais. Na percepção de Marilena Chauí:

A partir de então, a cultura é compreendida como o campo no qual uma comunidade institui as relações entre seus membros e com a natureza, conferindo-lhes sentido ao elaborar símbolos e signos, práticas e valores, ao definir para si própria o possível e o impossível, a linha do tempo (passado, presente e futuro), as distinções no interior do espaço, o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto, o permitido e o proibido, a relação com o visível e o invisível, com o sagrado e o profano, a guerra e a paz, a vida e a morte. (CHAUI, 2006, p.131)

Todavia, essa abrangência da cultura (entendida como campo das formas simbólicas, realizadas em determinadas condições históricas) encontrou uma dificuldade, a saber: como manter um conceito tão amplo de cultura diante de uma sociedade categorizada por classes? Manutenção impossível, pois a sociedade – que é fundamentalmente estratificada – instituiu a divisão cultural. Assim sendo, estabeleceram-se vários nomes: cultura dominada e dominante, cultura opressora e oprimida, cultura erudita e popular. Seja qual for a nomenclatura empregada, é nítido um corte no seio da cultura, uma vez que existem critérios para denominar uma cultura formal e outra popular, brotando esta última espontaneamente dentro de uma sociedade.

É importante destacar que, nessa dissertação, o termo “cultura” é entendido como uma complexa teia, na qual estão incluídos os conhecimentos, os costumes, as artes, as crenças, os cultos religiosos, as formas literárias, as danças e os hábitos dos grupos sociais. Sendo por esse prisma que se enxergará a cultura popular nordestina.

1.1.2 O Caleidoscópio artístico: as letras que circunscreveram o Nordeste

O Nordeste é palco de grande diversidade cultural. Infelizmente, no entanto, por muitas vezes, essa referência à pluralidade é silenciada ou mesmo apagada nos dizeres sobre a região. Isso porque, quando se fala em Nordeste, certas imagens vêm comumente à lembrança (retirantes, miséria, seca, êxodo rural, desigualdade, etc.), as quais homogeneízam o território e são veiculadas por toda uma produção cultural e midiática. Todavia, o termo Nordeste não se restringe unicamente às atribuições climáticas e à disparidade social. Por isso, não se pode deixar de mencionar a riqueza da cultura nordestina, que se estende das letras ao artesanato e à culinária que lhe são peculiares. Nesse contexto, a pluralidade do território é notória. A título de exemplo, na esfera literária, é possível destacar nomes como João Cabral de Melo Neto, José de Alencar, Jorge Amado, Nelson Rodrigues, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Ferreira Gullar e Manuel Bandeira, dentre muitos outros. No campo da música, têm-se representantes como Luis Gonzaga (a voz do sertanejo) e os tropicalistas (Caetano Veloso, Gal Costa e Maria Betânia). No âmbito da dança, destacam-se ritmos como o axé e o maracatu, praticados em diversas partes da região, o frevo (tipicamente pernambucano e patrimônio imaterial da humanidade), o bumba-meu-boi, a ciranda, o xaxado e diversas variantes do forró. Por isso mesmo, a cultura nordestina é bastante diversificada e extremamente rica em cores, sabores, ritmos e personalidades artísticas. Partindo-se dos pressupostos anteriores, para que se possa analisar a região Nordeste e seu povo, irremediavelmente, há de se analisar também sua cultura, visto que terra, homem e cultura são elementos indissociáveis.

É oportuno destacar que, no Manifesto Regionalista, de 1926 (**Anexo A**), Gilberto Freyre concebe o regionalismo como um movimento que defende as expressões da cultura local, as tradições populares e aristocráticas regionais e de resistências contra influências externas ao Nordeste. Para Freyre (1976), a região

precisava de vozes que se erguessem não só a favor de seus habitantes, mas também de suas árvores, suas plantas, seus frutos, seus doces e quitutes – elementos que apresentavam tanta relevância quanto as artes populares e os estilos tradicionais.

Em seus escritos, o sociólogo firma a identidade nacional a partir da origem da nação no Nordeste. Sua concepção de “democracia metarracial” valorizou a miscigenação, conferindo igualitária importância às três raças que fomentaram o povo brasileiro. No entanto, essa valorização da figura humana atrelada ao espaço nordestino ocorreu sem a abordagem das problemáticas sociais e efetivou uma estetização poetizada da pobreza. Na ótica de Marinho:

É reiterante no Manifesto a apresentação do mucambo, da “preta ou baiana” com seu tabuleiro de doces, da cozinha das famílias abastardas como símbolos estéticos da região, inseridos num contexto paisagístico dissociado do contexto de injustiça e exploração sociais. A “preta do fogareiro fazendo grude ou tapioca” é um elemento diferenciador da região nordeste tal qual as palmeiras, o caritó de guaiamus, que deve ser eternizada “como os monumentos”. (MARINHO In: CORDIVIOLA, 2001, p.106)

Nesse sentido, o discurso de Freyre se desvencilhou das consequências da injustiça e opressão social, sobretudo da pobreza. Ou seja, em prol de uma identidade regional, esboçou-se uma panorâmica em que a miséria passou a ser concebida como parte constitutiva (mas não problematizada) da cultura nordestina.

Já na sua trilogia Casa-Grande e Senzala, Sobrados e Mocambos e Ordem e Progresso traz à tona a produção açucareira da Zona da Mata nordestina, precisamente a pernambucana, e generaliza sua análise para todo o passado colonial. Nessas obras, apresenta o Nordeste aristocrático da cana de açúcar, da ama negra, da aguardente, do feijão de coco, do trabalho calmo e parado. Ele esboça a fisionomia de um Nordeste notadamente agrário – o qual se consolida como “o centro da civilização brasileira”. Apresenta as relações do homem com a terra, com o nativo, com as águas e plantas; a adaptação do branco português e do negro africano ao meio.

Na percepção de Freyre, o Nordeste seria uma unidade erigida na vida dos engenhos. Ou seja, essa região apresentava uma paisagem enobrecida pela casa-grande e pelas palmeiras imperiais, mas ao mesmo tempo estava deformada pela monocultura latifundiária e escravocrata.

José Lins do Rego expõe os meninos de engenho, os banguês ameaçados pelas usinas, os cangaceiros destemidos e os coronéis – extremamente respeitados por sua gente. O Nordeste construído por esse romancista é uma região marcada pela morte de pessoas amadas, de animais, de famílias, de um conceito de sociedade. É o espaço de reminiscências para os “moleques Ricardos” recordarem seus avôs, as boas e humanas camaradagens entre os senhores e seus escravos ou agregados, visto que ricos e pobres se encontram no mesmo patamar:

Nós, os da casa-grande, estávamos ali reunidos no mesmo medo, com aquela pobre gente do eito. E com eles bebemos o mesmo café com açúcar bruto e comemos a mesma batata-doce do velho Amâncio. E almoçamos com eles a mesma boa carne-de-ceará com farofa. (REGO, 2001, p.59)

A região de Lins é aquela na qual os homens pobres se mostram submissos e contentes com os seus infortúnios, gente com quem se pode contar para o trabalho árduo. Miseráveis assistidos para permanecerem miseráveis, abençoados por Deus, pois ainda não padeceram com a derradeira embriaguez da última fome. É lícito salientar que para esse autor: “A pobreza é vista como uma situação irremediável, fruto de uma desigualdade natural entre os homens, sendo uma condição comum com a qual se deve viver com dignidade, sem baixezas.” (Ibidem, p.152).

Em contrapartida, nas suas poesias, cuja inspiração provém dos cantadores populares, Ascenso Ferreira apresenta um Nordeste lírico (cheio de cores, ritmos e sabores); um Nordeste da mestiçagem e da tradição patriarcal. Região que possui um Deus de “carne e osso”, Padre Cícero do Juazeiro, terra de homens que já nasceram guerreiros – os quais brigam, porque esta é sua sina – são eles Cabeleiras e Lampiões. O filho mais ilustre da cidade de Palmares é o Nordeste em “carne e osso”. Distinto do grupo regionalista, cuja marca maior era a denúncia social, Ascenso enche seus poemas de colorido e ritmos especiais. Vale destacar que ele foi o primeiro poeta brasileiro a registrar seus versos na própria voz. Tendo escrito sonetos, baladas e madrigais inicialmente (típicas composições clássicas), após a Semana de Arte Moderna, Ascenso se volta aos temas que enaltecem a pluralidade cultural da região Nordeste. Esse escritor expõe o Nordeste triturado nas lâminas das turbinas, local das casas-grandes, onde os senhores de engenhos eram abanados ou esquentados por suas escravas. Ascenso mostra o Nordeste do “Catimbó” e do “Xenhenhém”, das zabumbas de bombos, dos batuques; terra das

“morenas do cabelo cacheado”, dos mangues, das mangueiras, dos cajueiros em flor e com frutos, do “mar de canas” – cana-caiana, cana-roxa, cana-fita – sempre gostosas de saborear. Ascenso enaltece os vaqueiros, os cangaceiros, os violeiros, os folguedos e as lendas populares. Nitidamente, este poeta apresentava uma verdadeira paixão e fascínio pela cultura do Nordeste. Como bem atestam os versos abaixo, ele é a voz que vai para Catende, é a voz das Cavalhadas, que canta os moleques e as morenas bonitas dessa região, que saboreia poeticamente os variados frutos desse território e cultura ímpares.

TREM DE ALAGOAS

O sino bate,
o condutor apita o apito,
solta o trem de ferro um grito,
põe-se logo a caminhar...

— Vou danado pra Catende,
vou danado pra Catende,
vou danado pra Catende
com vontade de chegar...
Mergulham mocambos
nos mangues molhados,
moleques mulatos,
vem vê-lo passar.

— Adeus!
— Adeus!

Mangueiras, coqueiros,
cajueiros em flor,
cajueiros com frutos
já bons de chupar...

— Adeus, morena do cabelo cacheado!²

A CAVALHADA

Fitas e fitas...
Fitas e fitas...
Fitas e fitas...
Roxas,
verdes,
brancas,
azuis,

² Fragmento da poesia “Trem de Alagoas” extraído do livro: “Poemas de Ascenso Ferreira”, Nordestal Editora, 1995, PE.

Alegria nervosa de bandeirinhas trêmulas!
Bandeirinhas de papel bulindo no vento!...

Foguetes do ar...

— "De ordem do Rei dos Cavaleiros,
a cavalhada vai começar!"

Fitas e fitas...
Fitas e fitas...
Fitas e fitas...
Roxas,
verdes,
brancas,
azuis...

— Lá vem Papa-Légua em toda carreira
e vem com os arreios luzindo no sol!
— Danou-se! Vai tirar a argolinha!

— Pra quem será?
— Lá vem Pé-de-Vento!
— Lá vem Tira-Teima!
— Lá vem Fura-Mundo!
— Lá vem Sarará!
— Passou lambendo!
— Se tivesse cabelo, tirava!...
— Andou beirando!...
— Tirou!!!
— Música, seu mestre!
— Foguetes, moleque!
— Palmas, negrada!
— Tiraram a argolinha!
— Foi Sarará!

Fitas e fitas...
Fitas e fitas...
Fitas e fitas...
Roxas,
verdes,
brancas,
azuis...

— Viva a cavalhada!
— Vivôô!!!

— De ordem do Rei dos Cavaleiros,
a cavalhada vai terminar!³

³ Poema publicado no livro Catimbó em 1927.

Já o Nordeste de Ariano Suassuna é o “reino encantado do sertão”. Um reino bruto despojado e pobre dos “Chicós” e “Grilos”, figuras típicas desse cenário, os quais são simultaneamente analfabetos e sabidos, estando sempre habituados a “sobreviver” num quadro de desconforto e miséria latentes. Ariano expõe o território dos coronéis, a quem se curvam a política, os sacerdotes e a gente miúda; dos cangaceiros sanguinolentos, produtos do meio. O fundador do Movimento Armorial descreve o Nordeste religioso, sendo a fé não só a marca emblemática de seu povo, mas, sobretudo, a pilastra de sustentação do sertanejo. Em O Auto da Compadecida, a piedade, a compaixão e o perdão concedidos por bondade – a misericórdia – são explicitamente alimentados pela crença em Nossa Senhora, pois Maria é a intercessora dos homens junto a Cristo

MARIA:

Meu filho perdoe esta alma,
Tenha dela compaixão
Não se perdoando esta alma,
Faz-se é dar mais gosto ao cão:
Por isto absolva ela,
Lançai a vossa bênção.

JESUS:

Pois minha mãe leve a alma,
Leve em sua proteção,
Diga às outras que recebam,
Façam com ela união.
Fica feito o seu pedido,
Dou a ela a salvação⁴

Em suas obras, Ariano lança mão do gênero epopeico, das estruturas narrativas e principalmente do realismo mágico da literatura de cordel. Esse autor mostra um Nordeste que se liga diretamente ao passado medieval da Península ibérica, um Nordeste barroco e antirrenascentista.

A década de trinta, do século XX, é o marco da literatura regionalista. A emergência da análise sociológica do brasileiro confere ao romance nordestino o estatuto de uma literatura preocupada com a região e seu povo (visto como mestiço, pobre, inculto e primitivo em suas manifestações sociais). A arte literária passa a ser

⁴ Intercessão de Nossa Senhora junto ao Cristo em “O Auto da Compadecida”, página 15.

concebida como ferramenta de denúncia social, passa a desvendar a essência do Brasil real.

As obras escritas nesse período traçam um painel de um Nordeste, condenado às cinzas, à desolação, ao martírio e à dor, cujas personagens têm seus destinos marcados pela desgraça e estão imersas em um mundo de injustiças sociais. Um Nordeste que carrega nas entranhas uma paisagem desértica e o problema da seca do sertão, a qual aniquilava vorazmente tudo e todos bem como animalizava os homens, transformando-os em feras.

No Romance de 30, os autores Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz escreveram a região com o “discurso da seca” – fenômeno detonador de transformações radicais na vida do homem do sertão – que desorganiza as famílias social e moralmente. A seca passa a ser concebida, tanto na realidade quanto na ficção, como fator decisivo para se pensar o Nordeste e assim:

(...) uma série de imagens em torno da seca se tornaram clássicas e produziram uma visibilidade da região à qual a produção cultural subsequente não consegue fugir. Nordeste do fogo, da brasa, da cinza, da galharia negra e morta, do céu transparente, da vegetação agressiva, espinhosa, onde só o mandacaru, o juazeiro e o papagaio são verdes. Nordeste das cobras, da luz que cega, da poeira, da terra gretada, das ossadas de boi espalhadas pelo chão, dos urubus, da loucura, da prostituição, dos retirantes puxando jumentos, das mulheres com trouxas na cabeça trazendo pela mão meninos magros e barrigudos. Nordeste da despedida dolorosa da terra de seus animais de estimação, da antropofagia. Nordeste da miséria, da fome, da sede, da fuga para a detestada zona da cana ou para o sul. Nordeste da polaridade seca/inverno, borralho camburante/ paraíso florido, cheio de alegrias, sons e cores; do preto e do verde que se sucedem em ciclos. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p.139)

O tema da seca se configurou, indubitavelmente, como o mais importante, já que deu origem à própria ideia da existência do território nordestino. Ela foi fator decisivo para se pensar a região como um recorte inclusive natural, climático; um meio homogêneo que teria originado uma sociedade também homogênea.

Em seu famoso livro *Vidas Secas*, Graciliano Ramos apresenta um Nordeste em que a luta pela sobrevivência parece ser o grande ponto convergente entre todos os seus filhos sertanejos; espaço onde a lei maior é a da selva. Daí, então, há uma palavra que se repete em toda sua obra: “bicho”, ou como no início da narrativa: “videntes”, isto é, aqueles que só têm uma coisa para defender: “a vida”. O protagonista da narrativa assim é descrito por Graciliano:

– Você é um bicho, Fabiano.
 Isto para ele era motivo de orgulho. Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades.
 Chegara naquela situação medonha – e ali estava forte, até gordo, fumando o seu cigarro de palha.
 – Um bicho, Fabiano. (RAMOS, 1975, p.22)

Nessa obra, desenha-se o sertão do seco, do brutal, do feio, dos homens e locais paupérrimos, a região da decomposição individual e social. Uma terra supressora em que a família de retirantes (Fabiano, Sinhá Vitória, os dois meninos e a cachorra baleia) simboliza tantas outras famílias nordestinas castigadas pela crueldade da seca, oprimidas pelos que detinham o poder. Nessa medida, as personagens, do romance e da vida, carregam no corpo e na alma as marcas da deterioração (desnutrição, magreza, secura) que são provenientes de sua precaríssima condição socioeconômica. Elas assimilam seus traços físicos e morais à aridez e à ressequidão da terra. Em *Vidas Secas*, portanto, a região é delineada como o local de homens e mulheres flagelados, onde o atraso e o subdesenvolvimento deixam profundas marcas na existência humana. Confirmando essa premissa, Coelho aponta que:

Graciliano Ramos nos dá em *Vidas Secas* um retrato pungente do homem nordestino, o homem que nasce condenado às imposições duras da terra, vivendo sob a contínua ameaça do brasileiro do sol que, em ciclos eternos, estende sobre ele a devastação e a morte, fazendo-o arrastar-se como “condenado do inferno” à procura de regiões menos hostis e deixando-o depois voltar para reiniciar a sua valente luta sem quartel. (COELHO In: BRAYNER, 1978, p.67)

Partindo desse conceito, Graciliano escreve sobre a decomposição do sertão nordestino e do homem que nele sobrevive, visto que suas personagens se encontram dilaceradas – tanto física como moralmente – e estão carentes não só de água mas também de esperança. Por isso, sua obra realiza uma crítica dura e incisiva sobre as precárias condições pelas quais passa o sertanejo.

O Nordeste de Rachel de Queiroz é um espaço-natureza maculado pela cidade. Uma sociedade que ainda oferecia possibilidade ao homem de viver em seu ritmo natural, ainda que sua miséria e injustiças sociais fossem enormes e advindas do cruzamento entre as condições climáticas adversas, com as novas relações sociais capitalistas que ali se instauraram. O nordestino, principalmente o sertanejo,

era a única esperança de reação a esta sociedade moderna, de massas, dilacerada por conflitos. Nos seus escritos, o nordestino é concebido como um homem para quem a família e a religião fundamentavam seus princípios morais e éticos.

Em *O Quinze*, Chico Bento e sua família enfrentam a desolação da fome, que surge no fundo sujo de sacos vazios e na descarnada nudez de tantas latas raspadas. Imperiosa e avassaladora, ela é brutal: “- Meu senhor, pelo amor de Deus! Me deixe um pedaço de carne, um taquinho ao menos que dê um caldo para a mulher mais os meninos! Foi pra eles que eu matei! Já caíram com fome!” (QUEIROZ, 2004, p. 68-69). Nesta obra, a fome se faz presente na vida do proprietário de terra e do trabalhador rural, porque a seca – geratriz da miserabilidade – acomete a todos com o mesmo ímpeto, sendo então “democrática”.

De acordo com Antônio Cândido, “o regionalismo foi e ainda é força estimulante na literatura da América Latina” (2000, p.158). Nessa medida, o autor elucida que os escritos de romancistas como José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz são expressões que antecipam, no final da década de 30, uma postura que só irá aflorar na década de 50. Ou seja, a “consciência catastrófica do subdesenvolvimento” irá se sobrepor “à visão amena do atraso”. No Romance de 30, portanto, esboçou-se a mais revoltada e pungente exposição da miséria, do dilacerado homem pobre do Nordeste.

Diante de todo esse arcabouço de informações que foram expostas, compreende-se que, ao optar pela tradição, pela defesa de um passado em crise, esse discurso regionalista nordestino se sedimentou pela miséria, pela paralisia, mantendo parte dos privilégios dos grupos ligados ao latifúndio tradicional. Entretanto, os discursos e imagens de miserabilidade não se estagnaram numa época. Ao contrário, foram singrando o tempo e, em pleno século XXI, são expostos e cada vez mais vivos. Esse fato é verificado nos compêndios escolares que insistem em reproduzir veementemente os quadros de miséria e muito pouco aludem à diversidade cultural da região.

1.1.3 Os discursos que ecoaram o Nordeste

A construção imagético-discursiva sobre o Nordeste teve no regionalismo sua gênese, mas também se firmou na música popular brasileira – em especial nas canções de Luis Gonzaga – criador da “música nordestina”, notadamente do baião. É possível dizer que Gonzaga assume a identidade de “voz do Nordeste”.

Na música, em muitas de suas canções, Luiz Gonzaga canta o problema da seca, o sertanejo, a aridez, o sol supressor, os mandacarus, o choro da acauã; ou seja, o sofrimento de homens e animais que estão sujeitos a tantas adversidades.

Temas e imagens já cristalizados, ligados à própria produção cultural popular, são expostos em suas letras. Nelas se fazem presentes os retirantes e a saudade de sua terra, as experiências de chuva, a religiosidade sertaneja, a valentia dos “cabras da peste”. Um Nordeste de um povo sofrido, simples, resignado, devoto, realizador de promessas, capaz de grandes sacrifícios. Palco de homens que vivem sujeitos à natureza, a seus ciclos, quase animalizados em algumas circunstâncias, mas em outras, capazes de superação. Região que é produto de uma verdadeira colagem da cultura popular.

Meu Deus, meu Deus
 Setembro passou
 Outubro e Novembro
 Já tamo em Dezembro
 Meu Deus, que é de nós,
 Meu Deus, meu Deus
 Assim fala o pobre
 Do seco Nordeste
 Com medo da peste
 Da fome feroz
 Ai, ai, ai, ai⁵

Suas músicas operam com a dicotomia entre o espaço do sertão e das cidades. O sertão ganha supremacia, pois é o local da vida singela e proveitosa - em que as crianças brincam de roda, os homens soltam balões e todos comemoram as tradicionais festas juninas. Gonzaga, por meio de suas canções, apresentou tanto o Nordeste fatalista e triste quanto o de grande personalidade cultural. Albuquerque Junior (2011, p.177) analisa que:

⁵ Fragmento do poema “A triste Partida”, musicado por Luiz Gonzaga em 1964.

Luiz Gonzaga se tornou aquele artista capaz de atender à necessidade do migrante de escutar coisas familiares, sons que lembravam sua terra, sua infância, sons que o levavam até este espaço de saudade em meio a toda a polifonia do meio urbano. Mas a atribuição desta identidade regional à sua música foi possível por uma produção discursiva que a tomou como objeto.

Dessa forma, a música do rei do baião vai ser pensada como ícone representativo desta identidade regional que já havia se firmado anteriormente por meio da obra de Gilberto Freyre e do romance de 30. Dará ao Nordeste uma sonoridade que ainda não possuía ao realizar um trabalho de recriação comercial de uma série de sons, ritmos e temas folclóricos desta área do país. Face ao que foi mencionado, sua música contribui para a percepção do Nordeste como uma unidade e um espaço geográfico à parte no Brasil, um recorte que se encontra em oposição ao Sul.

É importante destacar que artistas como Dorival Caymmi, Alceu Valença, Caetano Veloso, Gilberto Gil também são vozes nordestinas de notoriedade e importância inquestionáveis. Contudo, diferentemente de Gonzaga, musicalizam o Nordeste com referências à cultura. Caymmi, por exemplo, enaltece o legado africano em suas composições, a comida típica, as danças, a roupa, e, principalmente o sincretismo religioso tão característico da Bahia. Por sua vez, Alceu é a voz de Pernambuco, ou seja, a profusão de ritmos - vindos de todas as regiões do estado - marca suas composições, as quais são ovacionadas, sobretudo, no período carnavalesco. Das ladeiras de Olinda às ruas históricas do Recife Antigo, seus versos são cantarolados. A música de Valença reflete seu arcabouço cultural de homem nordestino, sua história, seu povo e os ritmos da região.

VOCÊ JÁ FOI A BAHIA?

Você já foi à Bahia, nêga?
 Não?
 Então vá!
 Quem vai ao "Bonfim", minha nêga,
 Nunca mais quer voltar.
 Muita sorte teve,
 Muita sorte tem,
 Muita sorte terá
 Você já foi à Bahia, nêga?

Não?
 Então vá!
 Lá tem vatapá
 Então vá!
 Lá tem caruru,
 Então vá!
 Lá tem munguzá,
 Então vá!
 Se "quiser sambar"
 Então vá!
 Nas sacadas dos sobrados
 Da velha São Salvador
 Há lembranças de donzelas,
 Do tempo do Imperador.
 Tudo, tudo na Bahia
 Faz a gente querer bem
 A Bahia tem um jeito,
 Que nenhuma terra tem!⁶

MORENA TROPICANA

Da manga rosa
 Quero gosto e o sumo
 Melão maduro, sapoti, juá
 Jaboticaba, teu olhar noturno
 Beijo travoso de umbu cajá

Pele macia
 É carne de caju!
 Saliva doce, doce mel
 Mel de urucu

Linda morena
 Fruta de vez temporana
 Caldo de cana caiana
 Vou te desfrutar!
 Morena Tropicana
 Eu quero teu sabor
 Ai! Ai! loiô! loiô!

Morena Tropicana
 Eu quero teu sabor
 Ai! Ai! loiô! loiô!⁷

⁶ A música foi lançada em 1941 e rompeu fronteiras, ficando conhecida no exterior em função do filme homônimo de Walt Disney, estrelado pelo personagem Zé Carioca.

⁷ Canção lançada por Alceu Valença no ano de 1982.

1.1.4 As tintas que pintaram o Nordeste

A instituição do Nordeste como espaço de tradição não se construiu apenas pelo discurso literário ou musical. Para ela também corroborou a pintura, a qual procurou realizar plasticamente essa visibilidade do território nordestino. A pintura contribuiu substancialmente para a formação de um arquivo de imagens símbolos da região, as quais serão agenciadas por outras formas de discurso artístico, sempre que se quiser mencionar este espaço. Isso porque as imagens de homens esqueléticos e famintos, da terra seca e miserável são constantes ao se por em pauta a região.

Na fase da pintura social, Cândido Portinari volta seu olhar para o sol escaldante do interior, essa profusão de retalhos de cor e luz, na qual o homem brasileiro aparece como síntese harmoniosa do branco, do índio e do negro. Ao adotar a preocupação com as condições sociais do país, passa a ter como foco o Nordeste. Esse pintor vai buscar nos romancistas nordestinos, da década de trinta, imagens que melhor expressem os dramas dessa região. Os flagelados secos, enrugados e esqueléticos – cuja pele mal os reveste – tornam seus quadros cólera, protesto, sofrimento e miséria denunciada.

Sua série Os Retirantes (**Anexo B**) alcançou, no conjunto de sua obra, uma enorme repercussão, contribuindo decisivamente para que as imagens das páginas de muitos escritores nordestinos fossem materializadas e ganhassem um maior poder de impregnação. Portinari pincelou o Nordeste da morte pobre, de homens que clamam aos céus, que se ajoelham e rogam. Pedintes de joelho, eis os nordestinos sofredores, sobre quem pairam desgraça, morte e abutres. Povo que chora lágrimas compridas e estampa em sua face expressões de miséria e dor. Seus rostos são construídos/destruídos pelo pincel da fome e a tinta da seca. Região composta por quadros de horror que suscitam pena e solidariedade, mas que também causam repulsa, estranhamento e muito preconceito.

A figura do retirante esquelético e de olho vazado, com seus meninos barrigudos e tristonhos, com suas pesadas trouxas na cabeça, tornou-se imagem difícil de ser esquecida quando se expõe a “realidade” nordestina. Os retirantes, vistos pela ótica expressionista de Portinari, adquirem uma potencialidade emocional, externam a dor de suas almas. Eles irão aparecer ao lado de toda uma

imagética sobre o Nordeste como a da seca, da morte de crianças subnutridas, das ossadas torradas ao sol, dos urubus que se alimentam da carnificina.



Obra do ano de 1944⁸

É mais uma vez a denúncia social em cena. Cabe ressaltar que Portinari, com essa série, engajou-se nos mesmos propósitos que os regionalistas de 1930 na literatura. Todavia ele se inspirou em diversas abordagens temáticas (sociais, históricas e religiosas), que retratavam o trabalho no campo e na cidade, a infância pobre, os tipos e as festas populares, os mitos brasileiros, o folclore, a fauna, a flora e a paisagem tropical. Ele plastificou em suas telas um grande retrato crítico da terra, do povo e da alma brasileira.

Em detrimento a esta plástica aterradora, Cícero Dias retrata em suas telas a sociedade da casa-grande, dos sobrados, dos engenhos, a plebe africanizada. Seus quadros emanam uma visão lírica da sociedade do açúcar e são produzidos por meio da colagem expressionista de cenas regionais, recortes imagéticos do cotidiano da vida rural, aliados a imagens históricas. Esse pintor faz emergir um conjunto de imagens “regionais”: as árvores, como o cajueiro, a mangueira e o coqueiro; as igrejinhas, as mulheres prenhas, os moleques, os catimbós, os papagaios de papel, o bumba-meu-boi, etc. Já as telas de Lula Cardoso Ayres apresentam um Nordeste em que homem e natureza tropical se encontram em perfeita harmonia.

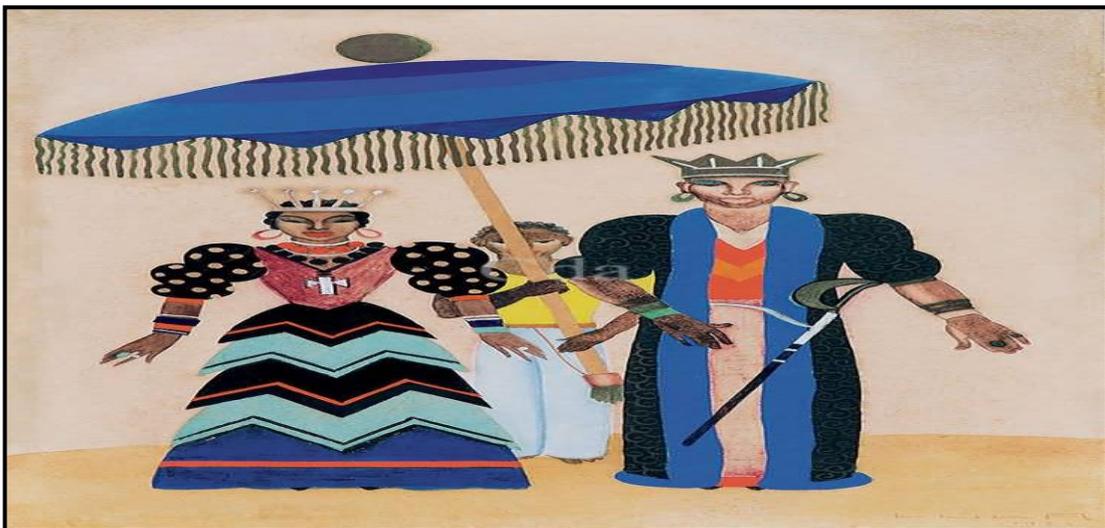
⁸ Óleo sobre tela, exposta no Museu de Arte de São Paulo.



**Gamboa do Carmo no Recife
(Cicero Dias)**



**Frutas com praia ao fundo
(Cícero Dias)**



**Maracatu
(Lula Cardoso Ayres)**

Assim sendo, as telas que apresentam o território nordestino não só figuram os traços regionais, como também ensinam a vê-los, a desenhá-los. Elas educam a visão para descrevê-los, até para imaginá-los. Instruem pessoas a organizarem “paisagens regionais”, a identificarem “tipos e ícones regionais”, ao fixarem quais seriam as cores e a luz do Nordeste.

Mediante ao que foi apresentado, evidencia-se que a região Nordeste não é simplesmente uma delimitação natural, baseada em critérios geográficos. Ela é antes e, principalmente, resultado de práticas discursivas, de agentes diversos (sociólogos, políticos, romancista, artistas...) os quais são seus verdadeiros construtores e a ela atribuem identidade(s). Para Bourdieu (1989), os critérios de definição de uma identidade regional (ou de qualquer outro tipo de identidade) são objetos de representação. Dessa maneira, muitas vozes denunciaram e expuseram o Nordeste como um espaço da miserabilidade e de injustiça social, ambas produto do cruel sistema capitalista.

Somos muitos Severinos
iguais em tudo na vida:
na mesma cabeça grande
que a custo é que se equilibra,
no mesmo ventre crescido
sobre as mesmas pernas finas
e iguais também porque o sangue,
que usamos tem pouca tinta.
E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte
de fome um pouco por dia⁹

Outras enalteceram a riquíssima e plural cultura da região: suas cores, sabores, danças e manifestações artístico-culturais. Contrariando, a repetibilidade do discurso de miséria. Entretanto, é este último quem apresenta mais força no ideário brasileiro.

⁹ MELO NETO, João Cabral. **Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 29-30.

Fato é que, não apenas as concepções sociológicas de Gilberto Freyre, os escritos de José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz, mas também as telas de Candido Portinari (série Os Retirantes) e muitas das músicas de Luiz Gonzaga esboçaram a imagem de uma região pautada pela extrema miséria (sujeita a secas periódicas), passível de fome e sede. Por vezes, território nordestino é ainda associado ao messianismo religioso e ao êxodo rural, bem como à disparidade social. Notabilizou-se, desse modo, um regionalismo de inferioridade, caracterizado pela constância com que se apresenta esse espaço geográfico e seus habitantes, respectivamente conceituados como uma região decadente e um povo sofredor. Na perspectiva de Moraes:

A região Nordeste é, então, fruto de uma construção regionalizante do espaço brasileiro no século passado. Isso significa que se trata de uma categoria relativamente recente [...]. Juntamente com ela, aparecem os “nordestinos”, que passaram a incorporar as características discursivas imputadas à região, criando um efeito de naturalização identitária e apagando as diferenças em prol de uma suposta homogeneidade das suas características físicas, mentais, sociais e econômicas. (MORAIS, 2014, p.27)

Em face do que foi exposto, o Nordeste e a identificação de um “ser nordestino” ganham respaldo em um imaginário discursivo que, via de regra, inferioriza-os e que foi cristalizado por várias dizibilidades. Esses dizeres (literários, musicais e plásticos) tendem a apresentar constantemente o Nordeste como uma região retrograda, com uma situação econômica miserável, com incapacidade política e precariedade educacional e, por osmose, intelectual. Nessa conjuntura, os holofotes discursivos recaem, em especial, sobre as adversidades da região, apagando, com frequência, os aspectos positivos desse território. E, assim, instaura-se uma homogeneização para o que fundamentalmente é plural e diverso. Torna-se claro, portanto, que:

Este Nordeste é uma máquina imagético-discursiva que combate a autonomia, a inventividade e apoia a rotina e a submissão, mesmo que esta rotina não seja objeto explícito, consciente de seus autores, ela é uma máquina discursiva que tenta evitar que os homens se apropriem de sua história, que a façam, mas sim que vivam uma história pronta, já feita pelos outros, pelos antigos; que se ache “natural” viver sempre da mesma forma as mesmas injustiças, misérias e discriminações. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p.100)

Cumpra esclarecer que não há uma atribuição de culpa à literatura regionalista e à música por registrarem tais referências sobre o Nordeste. Até porque, à época em que foram produzidas, a denúncia social era o maior intuito. Ocorre que essas imagens e discursos são recorrentes e, até os dias atuais, circulam com maior vigor no imaginário criado sobre a região.

Nota-se que há uma cristalização de estereótipos que foram e são imputados como característicos do homem nordestino e do próprio território. Essas imagens estereotipadas apresentam tamanha força no imaginário sobre o espaço nordestino que instituem “verdades” para esse recorte geográfico. Ou seja, essas construções imagético-discursivas se impuseram de tal forma que são regularmente reproduzidas, seja pelos veículos de comunicação, pelas artes, ou mesmo pelos próprios habitantes de outras regiões ou ainda do próprio Nordeste.

1.2 Análise do Discurso de linha francesa: vislumbrando o social, o histórico e o cultural como partes constitutivas dos movimentos de linguagem

Sob o “mesmo” da materialidade da palavra abre-se [...] o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva, de forma que do já-dito, do já-significado, possa emergir o novo, o acontecimento. “Uma espécie de repetição vertical, em que a memória esburaca-se, perfura-se antes mesmo de desdobra-se em paráfrase.

[PÊCHEUX, 1999, p.153]

É importante salientar que, no desenvolvimento da linguística ao largo do século XX, precisamente nas décadas de 50 e 60, surgem novas tendências com abordagens bastante distintas das tradicionalistas. Nesse panorama, situam-se a Linguística Textual, a Sociolinguística, a Análise do Discurso, a Psicolinguística, a Análise da conversação, dentre outras.

Em meio ao surgimento de tantas filiações teóricas, como preceitua Suassuna (2009), a Análise do Discurso de linha francesa (AD) ganhou notoriedade e destaque, visto que lançou bases necessárias para uma abordagem cultural da análise linguística. Vista por esse prisma, a AD figura como uma disciplina de entremeio (ORLANDI, 2012), estruturando-se no espaço existente entre a linguística e as ciências das formações sociais. Nela, instaura-se uma busca dos processos de

produção de sentido e de suas fundamentações histórico-sociais. Por essa razão, constata-se que o reconhecimento da historicidade inscrita na linguagem não permite pensar na existência da literalidade (o já dito e posto), isso porque não se pode negar que as condições de produção regem as interpretações. Sob esse ângulo de análise, não há transparência dos sentidos¹⁰, ou seja, a significação das palavras não está claramente “colada” a elas. Também não é oportuno conceber o sentido de um texto em si mesmo, uma vez que as posições ideológicas são construtoras de sentidos. Face ao que foi mencionado, essa disciplina concebe a linguagem como produção social e a língua não apenas como estrutura; mas, notadamente, como “acontecimento”. Conforme aponta Orlandi (ibidem, p.19) para a AD:

- A. a língua tem sua ordem própria mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela (AD)¹¹ reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem);
- B. a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos);
- C. o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

Diante do que foi exposto, a AD não contempla o sujeito como origem de seu discurso; antes e fundamentalmente ele é uma construção polifônica, constituído historicamente. Corroborando essa concepção de sujeito, no prefácio da obra *Homenagem a Michel Pêcheux: 25 anos de Análise do Discurso*, Barona e Komesu (2008, p.11) elucidam que a AD: “Consiste em uma teoria não-subjetiva da linguagem que concebe o sujeito não como o centro do discurso, mas como sujeito cindido pelo inconsciente e interpelado pela ideologia”. Resta claro, então, que, na produção discursiva, o sujeito sofre essa tríplice influência: língua, ideologia e inconsciente.

Tendo como seu precursor Michel Pêcheux, a Escola Francesa de Análise do Discurso nasceu das discussões produzidas em um grupo constituído por pensadores de diferentes formações, tais quais: filósofos, linguistas, psicólogos,

¹⁰ Para a AD, o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não existe em si mesmo, ele só pode ser constituído em referência às condições de produção de um dado enunciado, uma vez que muda conforme a formação ideológica daquele que o (re)produz bem como de quem o interpreta. Nessa medida, o sentido nunca é visto como um produto acabado, fruto da transparência da língua. Ao contrário, ele está sempre em curso, movendo-se dentro de uma determinação histórico-social, resultando desse fato os “efeitos de sentido”.

dentre muitos outros. O fato é que as discussões e publicações desse grupo acabaram convergindo para uma nova forma de lidar com as questões relacionadas à língua, ao sujeito e à história. Nesse sentido, a AD trabalha a intervenção de conceitos exteriores ao domínio linguístico, estabelecendo com este domínio uma relação crítica. Conforme explicita Grigoletto (2003), a AD procura se mover no espaço que há entre a linguística e as ciências das formações sociais, refletindo as relações de contradição entre as mesmas.

Disciplina de ruptura, a AD surgiu na França, nos anos 60 do século XX, apresentando um quadro epistemológico que articulava três determinadas áreas do conhecimento. São elas: a) O materialismo histórico; b) a linguística, c) a teoria dos discursos, teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Assim, é importante destacar que:

A Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. (ORLANDI, 2012, p. 26)

Ou seja, a AD surgiu como uma teoria de entremeio que se propôs a correlacionar a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise, figurou-se como herdeira dessas áreas do conhecimento, as quais forneceram a matéria-prima de uma máquina intelectual que procurou desvendar de que maneira e por que motivo os sentidos são produzidos. De acordo com Orlandi (Ibidem, p.20), a AD:

Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. [...] A Análise de Discurso, trabalhando na confluência desses campos de conhecimento, irrompe em suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto que vai afetar essas formas de conhecimento em seu conjunto: este novo objeto é o discurso.

Em virtude do que foi dito, como bem aponta Orlandi apud Silva (2016), AD é uma disciplina articulada no entremeio dessas três regiões do conhecimento científico. A saber: o Materialismo Histórico (teoria das formações sociais e suas

transformações); a Linguística (teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação) e a Psicanálise. A articulação desses distintos campos do saber faz emergir uma nova conceituação de linguagem, ao se comparar tudo que se conhecia até então, ou seja, um sistema constituído por elementos os quais mantinham entre si uma reação de interdependência, mas totalmente desconectada do social e do histórico. Na visão Pecheutiana, “a linguagem se constitui numa expressão histórica da realidade social, mediante a materialização das forças ideológicas no sistema linguístico” (BARONAS E KOMESU, 2008, p.11).

A título de ilustração, o quadro abaixo apresenta a tríplice aliança epistemológica sob a qual se edifica a AD.

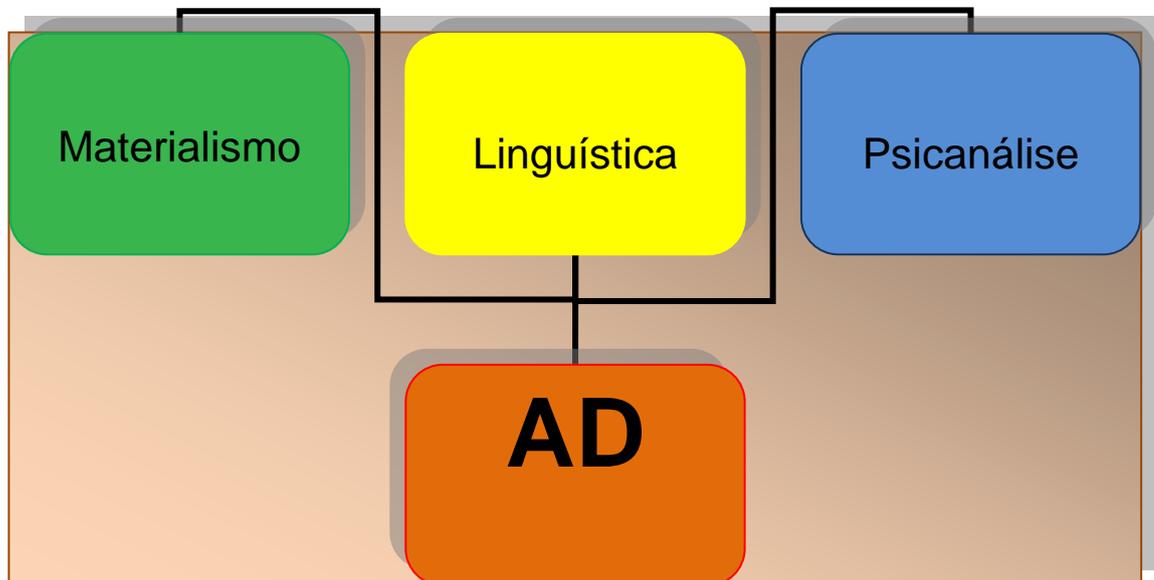


Figura 1: As três áreas do saber, elaborada pela pesquisadora a partir dos estudos de Orlandi (2001 e 2012) e Baronas e Komesu (2008)

Pêcheux, estabelecendo a metáfora de que o fazer ciência é uma verdadeira “aventura teórica”, aponta-nos três épocas distintas na AD, a saber: AD-1, período em que se constrói a máquina discursiva; AD-2, período de forças desiguais entre os processos discursivos; AD-3, uma nova fase da AD que vai além das maquinarias. Situada entre 1968 e 1975, a primeira época corresponde à fundamentação da Análise do Discurso¹ (BARROS, 2015). Apresenta-se aqui uma preocupação com discursos fortemente doutrinários, políticos etc. Significa dizer que, nesse momento, Pêcheux se debruçou em analisar discursos nos quais a ideologia iria atuar. Vale destacar que sua base teórica é a obra de Althusser.

Em 1969, com a publicação da obra *Análise Automática do Discurso*, Pêcheux fez aflorar uma nova percepção para os estudos da linguagem, a qual propunha fundamentalmente uma análise criteriosa das condições de produção do discurso, isto é, dos processos discursivos. Circunscreve, nessa perspectiva, o discurso como objeto de análise, partindo-se da pressuposição de que ele não pode ser confundido com um elemento empírico ou texto, pois – vale à pena enfatizar – a AD busca a articulação da Linguística com a História, bem como concebe o discurso como processo que se determina pelos fios da história.

Fato é que Pêcheux se recusa a compreender a linguagem como ferramenta de comunicação, ele irá relacioná-la aos vieses político e histórico. De acordo com Nascimento (2010), nesse momento, a preocupação de Pêcheux é estabelecer uma correlação entre discurso e prática política, a qual notoriamente passa pelo crivo da ideologia. Assim, o precursor da AD apresenta o sujeito como efeito ideológico elementar. Nessa percepção, o sujeito é interpelado pela ideologia, isto é, um sujeito fundamentalmente assujeitado.

Nesta fase, a proposta de Pêcheux foi criar um dispositivo de análise textual que se baseava no modelo de uma máquina de ler que arrancaria a leitura da subjetividade (MALDIDIÉ, 2003). Portanto, em *Análise Automática do Discurso*, Pêcheux “insere o discurso como parte de um mecanismo em funcionamento pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais, nem globalmente universais, mas que se incluem em uma estrutura ideológica política (NASCIMENTO, 2010, p.30). Deriva dessa concepção o fato de que o discurso é regido por determinados mecanismos formais que o produzem em determinada circunstância. Estamos falando, pois, das Condições de Produções¹². Não se pode deixar de mencionar que o estabelecimento das condições de produção é pressuposto fundamental a fim de se entender que o funcionamento discursivo não é integralmente linguístico, já que há uma exterioridade que lhe constitui. Assim, emerge a noção inequívoca de que o discurso está associado a outros discursos. Outro aspecto a ser observado é o de que o discurso sempre se remete às relações de sentido nas quais ele se produz.

¹² Segundo Orlandi (2012, p.30): “podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E, se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico e ideológico”.

Também é oportuno salientar que, na primeira época da AD, além dessas questões pensadas por Michel Pêcheux, emergem outros conceitos. Neste período, vêm à tona as noções de formação discursiva, formação ideológica, paráfrase, esquecimento, dentre outras formulações. Pêcheux propõe uma teoria do discurso que se contrapõe à análise de conteúdos, e passa a tecer um novo olhar sobre texto, leitura e sentido. Sobre essa primeira fase, afirma Nascimento:

Sabendo-se que a pretensão da AAD-69 era a construção de uma maquinaria discursivo-estrutural, Pêcheux afirma que, ao propor uma teoria do discurso enquanto teoria geral da produção dos efeitos de sentido, pretendia realizar as condições de uma prática de leitura, enquanto detecção sistemática dos sintomas representativos dos efeitos de sentido no interior da superfície discursiva. (NASCIMENTO, 2010, p.32)

Por conseguinte, entre os anos de 1976 e 1979, Pêcheux debruça suas análises sobre as relações de forças desiguais entre os processos discursivos. Aqui, as discussões sobre formação discursiva (FD) entram em cena. O autor explicita que uma formação discursiva é entrecortada por elementos que são de outros lugares, ou seja, sofre influência de outras FD's. Tais elementos se repetem nela, fornecendo-lhe sua marca discursiva mais acentuada, seja através dos pré-construídos ou de discursos transversos. Assim, nasce o interdiscurso (o exterior de uma formação discursiva).

Nessa medida, na obra **Semântica e Discurso**, observa-se a reafirmação entre língua, discurso e ideologia. Nesse contexto, os sentidos são determinados ideologicamente, por essa razão as formações discursivas representam no discurso as formações ideológicas dentro das quais as palavras adquirem sentido. Pêcheux (2009, p. 147) esclarece que:

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua realidade transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). [...] as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que,

numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.

Cronologicamente marcada entre os anos de 1980 e 1983, na terceira época (fase da desconstrução), as ideias de Foucault são instauradas mais fortemente na AD. Busca-se, então, correlacionar o fio discursivo às redes da memória discursiva, conceito trazido para a AD por Jean-Jacques Courtine (1999). Para esse autor, há sempre um discurso já existente (exterior ao sujeito que enuncia). Logo, a memória discursiva nos faz perceber a circulação de formulações anteriores, bem como é ela que possibilita o reconhecimento, no intradiscorso, de elementos do interdiscorso. Fundamentando, então, uma ressignificação dos dizeres. É importante ressaltar que, na terceira época, a noção de maquinaria explode definitivamente, já que para Pêcheux *Apud* Gadet (2014) a presença ou ausência do não-dito atravessa o dito sem que nenhuma fronteira seja demarcada. Logo, a sequência discursiva constrói-se por atravessamentos de discursos oriundos de outros lugares.

Nesse período, outra notória contribuição é fornecida pela linguista Jacqueline Authier-Revuz, a qual (tomando por base as ideias de Bakhtin) traz à luz do saber questões concernentes à heterogeneidade discursiva. Para a autora, vários tipos de não-coincidência ou de heterogeneidade são, assim, representados como alterando localmente o dizer. Dentre eles, podemos destacar os Pontos de não-coincidência do discurso com ele mesmo; que assinalam, no discurso, a presença de palavras pertencentes a outro discurso. Na visão de Authier-Revuz (1982) a homogeneidade do discurso não passa de uma grande ilusão, uma vez que ele é atravessado pela presença de diversas vozes em uma só voz.

Delineados os pressupostos anteriores, é possível concluir que a Análise do Discurso de linha francesa, caminhou de uma análise DO discurso para uma análise DE discurso. Quando surgiu, seu objeto de análise era notoriamente o discurso político; entretanto, em sua terceira época, outras materialidades passaram a ser estudadas. É interessante destacar que, consoante Barros (2015), a primeira época está calcada nas bases do estruturalismo e no ideário de ideologia de Althusser; a segunda fase, por sua vez, contempla as relações entre o discurso e o sujeito,

utilizando a noção de formação discursiva de Foucault (aqui há introdução do conceito de interdiscurso), haja vista que os atravessamentos que acontecem com o sujeito nos níveis ideológico e discursivo passam a ser reconhecidos; já a terceira fase é fruto de uma flexibilização conceitual, devido ao uso da noção de interdiscurso.

1.2.1 Alicerces teóricos

1.2.1.1 INSEPARÁVEIS: Discurso e Sujeito

Para Pêcheux, o discurso figura como o efeito de sentido entre locutores. Concebido como objeto teórico da AD (objeto histórico-ideológico), ele se produz socialmente através de sua materialidade específica: a língua, uma prática social cuja regularidade somente pode ser apreendida a partir das análises do processo de sua produção. Nesse contexto, o discurso não apresenta a possibilidade de se desvencilhar das condições de produção e da articulação com a história, já que a exterioridade é constitutiva do sujeito e do sentido. Na ótica Pecheutiana, o discurso passa a ser o espaço em que emergem as significações. Não se pode deixar de mencionar que, para Pêcheux, o discurso tem um caráter duplo de acordo com o campo no qual se inscreva ou em que se constitua, porque sua configuração pode ser de uma estrutura ou de um acontecimento.

Elemento histórico-ideológico da AD, o discurso pode ser compreendido como o ponto de convergência dos fenômenos linguísticos e dos processos históricos/ideológicos. Ele é, fundamentalmente, um lugar de reflexão que remete a uma noção de ideologia; por isso, enquanto práxis discursiva, o discurso deve ser entendido como processo. Sobre o discurso, é possível constatar que:

Para Pêcheux (1969) discurso é efeito de sentido entre interlocutores. Ou seja, todo discurso produz diferentes sentidos possíveis conforme as condições de produção em que os enunciados deste discurso são (re)produzidos e as formações ideológicas do sujeito que os produz, bem como que os interpreta (interlocutores). É no discurso que se explicita o modo de existência da linguagem, sendo que a linguagem enquanto discurso é interação, é modo de produção social, não é neutra, inocente, nem natural. Por isso, sempre é intencional, sendo o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. (GRIGOLETTO, 2003, p.43)

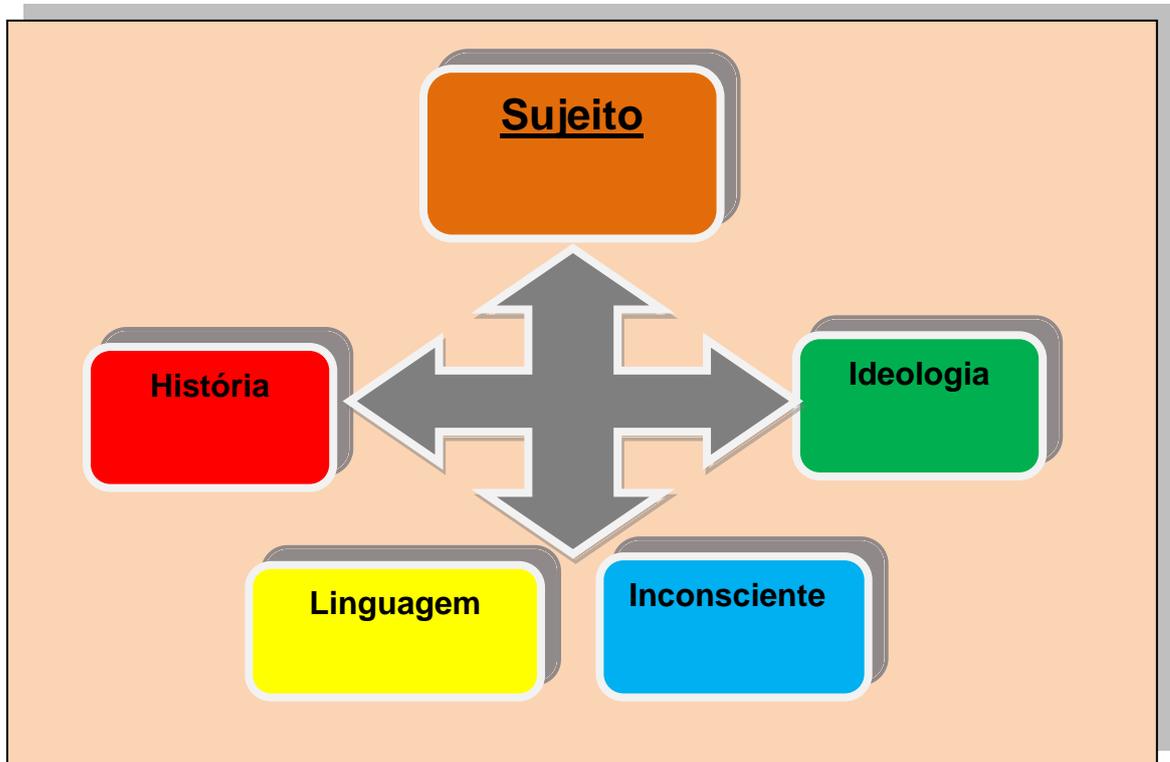
Na percepção de Orlandi (2012), o discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento e é possível apreendê-lo se não forem feitas oposições entre o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo e o objetivo, o processo ao produto. Nessa conjuntura, a autora aponta que o discurso não deve ser entendido como uma liberdade em ato, que não apresenta condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua deve ser entendida como plenamente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos. Para a autora: “as sistematicidades linguísticas – que nessa perspectiva não afastam o semântico como se fosse externo – são as condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos” (op. cit., p.22). Mediante ao que foi dito, a língua é a condição de possibilidade do discurso. Logo, observar-se-á que: “É porque pensa assim a língua que a AD pode pensar o sujeito se inscrevendo nessa língua, sendo sujeito no discurso; porque pensa assim a língua que a AD pode entendê-la como materialidade dos discursos” (DE NARDI, 2007, p. 49).

Santos (2012) evidencia ainda que o discurso é constitutivo no sentido de não estar pronto e acabado tal qual a gramática normativa de uma dada língua, nem mesmo com a identidade dos vários discursos sociais (político, religioso, científico). O discurso é o espaço vazio a ser preenchido pelas práticas discursivas – as quais, em sua materialidade, irão constituir conceitos e elementos possíveis. Também se faz oportuno salientar que Pêcheux insere o discurso como parte de um mecanismo em funcionamento, sendo ele pertencente a um sistema de normas (nem puramente individuais, nem globalmente universais); mas que se inserem em uma esfera ideológica e política que corresponde a determinado lugar no interior de uma dada formação social. Em síntese, para a AD o sujeito não é origem do sentido tampouco elemento de onde o discurso se origina.

Tomando por base essa constatação, o sujeito é o resultado da relação com os materiais linguísticos e históricos. Ele não é totalmente livre tampouco determinado por mecanismos exteriores. Nessa medida, o sujeito se constitui por sua relação com o outro, por esse motivo não pode nem deve ser vislumbrado como fonte única dos sentidos, muito menos como elemento originário do discurso. Para Leandro Ferreira (2015), o sujeito estabelece uma intrínseca relação no interior de uma Formação Discursiva; por isso, a incompletude é uma característica inerente ao sujeito da AD. Sendo assim, a afirmação de sua identidade será a resultante da incessante busca pela completude. Visto sob essa ótica, ele se configura como uma

construção polifônica, um lugar de significação que é historicamente constituído e interpelado pela ideologia.

A título de ilustração, o quadro abaixo apresenta a constituição do sujeito para AD:



1.2.1.2 Não há sujeito sem história, nem discurso sem sujeito: Formação Ideológica e Formação Discursiva

É lícito salientar que o discurso é umas das esferas em que a materialidade ideológica se apresenta, ou seja, é um dos elementos que trazem à tona a existência das ideologias. Dito isso, quando se analisa a articulação da ideologia com o discurso, um conceito tradicional e relevante para a AD é colocado em pauta: a Formação Ideológica (FI). A FI deve ser entendida como um conjunto complexo de ações e representações, as quais não são nem idiossincráticas, nem universais; mas relacionadas às posições de classe. A FI carrega consigo uma ou inúmeras formações discursivas, as quais são fator determinante para aquilo que pode e deve ser dito, bem como podem apagar o que não deve ser dito. As FI's se configuram como uma instância ideológica em sua materialidade concreta, são relações de

desigualdade e subordinação entre as regiões que constituem a conjuntura da luta de classes. Nessa percepção, afirma o precursor da AD que:

[...] A instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter “regional” e comportam posições de classe: os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que “a maneira de servir deles” – seu “sentido”, Isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem – ,o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia. (PÊCHEUX, 2009, p.132)

Consoante aponta Orlandi (2012), não há sujeito sem história, nem discurso sem sujeito, bem como não há enunciado que não se ancore numa Formação Discursiva, que limita a linha discursiva dos enunciados, os quais se configuram como recortes históricos impostos pela própria relação da língua com o sujeito e sua ideologia. Sendo assim, são as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, determinam aquilo que pode ou não ser dito, a partir de uma posição dada em uma dada conjuntura.

A noção de Formação Discursiva, concebida por Michel Foucault (1969), representa, na AD, um lugar de destaque da articulação entre língua e discurso. O autor, imbuído pelo desejo de descrever as relações entre os enunciados no campo discursivo, fomentou o conceito.

Foucault percebeu que entre essas relações de enunciados existem lacunas, desvios, jogos de diferença... Logo, chegou à conclusão de que era necessário descrever “sistemas de dispersão”, os quais se encontram relacionados com as formações discursivas. Portanto, na percepção de Foucault, uma FD relaciona um sistema em que é possível se observar uma regularidade no que diz respeito aos objetos, aos tipos de enunciação, aos conceitos e às seleções temáticas. O discurso, na perspectiva foucaultiana, “não é algo estável regido por um núcleo centralizador e único, mas é concebido em sua dispersão, ou seja, os elementos não estão ligados por um princípio de unidade” (SANTOS, 2012, p.50).

Nessa perspectiva, descrever o discurso é encontrar o que Foucault nomeou de “regras de formação”, ou seja, regras que possibilitam o surgimento e a coexistência de objetos em um espaço comum, no qual aparecem certos tipos de enunciação que são pertinentes aos discursos e capazes de estabilizar conceitos e

formas dentro de um viés enunciativo. As regras de formação possibilitam, assim, a determinação dos elementos que compõem o discurso, bem como determinam uma FD. Sobre essas constatações, verificamos que:

Para Foucault, um enunciado pertence a uma FD, assim como, uma frase pertence a um texto. Então, a regularidade dos enunciados é definida pela FD e, um conjunto de enunciados, apoiados numa mesma FD, constitui o que Foucault chamou de discurso. Desse modo, Foucault (1997) concebe o discurso como dispersão e a FD como sendo um sistema enunciativo geral, ao qual obedece um grupo de performances verbais, ou seja, é a FD que vai definir o tipo de um discurso. (GRIGOLETTO, 2003, p.46)

Já para Pêcheux, a noção de FD se encontra em total consonância com a ideologia. O autor toma por empréstimo o termo FD de Foucault, entretanto agrega a ele uma conotação marxista, ou seja, aplica ao termo uma teoria materialista ligada aos conceitos ideológicos e à luta de classes. Compreende-se, então, que em Pêcheux o conceito de FD está intimamente ligado ao de Formação Ideológica (FI), uma vez que para ele os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes pelas formações discursivas que apresentam na linguagem formações ideológicas correspondentes.

Em virtude do que foi dito, é a FD que permite dar conta do fato de que sujeitos falantes, situados num determinado contexto histórico, possam concordar ou não sobre o sentido que será dado às palavras, falar distintamente falando a mesma língua. Isso nos faz constatar que uma FD não é uma única linguagem para todos, mas que há várias linguagens em uma única. Para AD o conceito de formação discursiva é fundamental, já que:

É ela que estabelece, para a linguagem, o sujeito e a ideologia, a noção de sentido a partir da interpretação da realidade simbólica demonstrada pela linguagem. Na formação discursiva a regularidade dos enunciados e do discurso faz surgir em suas relações à constituição dos efeitos de sentidos. Será a formação discursiva que irá dar, de certa forma, um objeto passível de análise para AD que é o discurso. Na formação discursiva o discurso encontra sua materialidade e seu poder de significar o mundo. Dessa forma, a formação discursiva será o agrupamento de vários enunciados que formam os objetos e os conceitos formadores dos elementos constitutivos do sujeito, da ideologia e constituição/significação da sociedade. (SANTOS, 2012, p.56)

Em linhas gerais, a FD se configura como o espaço específico da constituição dos sentidos e da identificação do sujeito, visto que ela é uma manifestação, dentro do discurso, da ideologia. Sendo assim, a FD é o externar de uma determinada concepção ideológica em uma instância enunciativa. Ela é um conjunto de enunciados subsidiados pelas mesmas regras de formação, as quais carregam consigo um lugar central na articulação entre língua e discurso.

Face ao que foi explicitado, resta claro que o discurso é o espaço no qual há o embate entre língua e ideologia (SILVA, 2016). Sendo assim, ele sempre fará alusão à FD, a qual, por sua vez, aludirá à FI. É, nesse trajeto, que a linguagem tende a produzir sentido. Será por essa via que o discurso estabelecerá relações com as instituições em que é produzido.

1.2.1.3 Nos fios da memória: Memória Discursiva e Formações Imaginárias

No que tange à noção de memória, Pêcheux afirma que ela deve ser compreendida nos sentidos entrecruzados da memória mítica, ela é de ordem social e está circunscrita nas práticas. Portanto, a memória discursiva seria concebida como aquilo que, face a um texto, surge como acontecimento a ler, ela vem restabelecer os “implícitos”, isto é, os pré-construídos, elementos citados e relatados. Dessa maneira, é possível conceber a memória discursiva como um espaço de deslocamentos, retomadas de informações e regularizações. Ela é o retorno a algo que já se figura como passado, que se estatizou na história. É o “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (ORLANDI, 2012, p. 31).

Na concepção de Indursky (2011), subsidiada pelas análises de Courtine (1981), a memória discursiva e o interdiscurso, apesar de pertencerem a uma memória coletiva, não se superpõem. Desse modo, a memória discursiva tem em si uma FD específica, enquanto o interdiscurso representa a memória social referente a todas as formações discursivas, comportando assim todos os dizeres. Nas suas reflexões, a autora ainda observa que, nos anos 80, Courtine revisita o livro *Arqueologia do saber* de Foucault, trazendo para a AD a noção de memória. Vale salientar que, inspirado pelas reflexões de Foucault, o autor apresenta a seguinte constatação sobre os enunciados:

toda produção discursiva faz circular formulações anteriores, porque ela possui em seu domínio associado outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega... Isto é: em relação às quais esta formulação produz efeitos de memória específicos. (COURTINE, 1981, p.52 apud INDURSKY, 2011, p. 72)

Nesta perspectiva, Indursky reconfigura o conceito de memória discursiva e afirma que ela está relacionada à FD do sujeito. Logo, no seio da FD, há uma relação de paráfrase entre os já ditos e esta repetição parafrástica não é entendida como simples repetição de palavra, mas como um verdadeiro ressignificar do sentido. Esta percepção de memória, defendida pela autora, denota que a matriz de sentido recebe outros sentidos que atravessam as fronteiras da FD e, neste percurso, passam a ser determinados em outras relações com a ideologia.

No que diz respeito a essa relação entre FD e memória discursiva, Indursky ainda preceitua que:

A FD é regulada por uma memória discursiva que faz aí ressoar os ecos de uma memória coletiva, social. Por outro lado, nem tudo pode ser dito no interior de uma FD, de modo que a memória discursiva não é plena, não é saturada, pois nem todos os sentidos estão autorizados ideologicamente a ressoar em uma FD. Dessa forma, percebe-se que, assim como a FD é de natureza lacunar, a memória discursiva também o é. (INDURSKY, 2009, p. 8)

Também é oportuno elucidar, ainda sobre a memória discursiva, que ela é elemento constituinte nas condições de produção e, por isso mesmo, analisar tais condições se mostra relevante para construção dos sentidos, posto que não há discurso que não esteja relacionado com outros. Nesta inter-relação entre os discursos, o sujeito apresenta a capacidade de se colocar no lugar do outro, daquele que está lhe ouvindo.

Em síntese, todos os dizeres, bem como as condições de produção, os jogos de imagens e o mecanismo de antecipação são fatores que fazem parte da memória na Análise de Discurso. Então, na ótica da AD, interessante é considerar a produção de “efeitos de memória” que incidem na formulação e atualização de dizeres possíveis, bem como na constituição de formações discursivas.

Nesse cenário, a memória discursiva é feita de sentidos que não foram ditos, de sentidos a não dizer, de silêncio. Ela é a lembrança, a repetibilidade, e também o olvidar dos saberes histórico-sociais. A memória, consoante afirma Orlandi (2013), é fator determinante na constituição dos sentidos historicamente construídos. É ela

que aciona a cada momento de utilização dos discursos os efeitos de sentido pretendidos pelos sujeitos. Ao enunciar, não são proferidos apenas enunciados socialmente localizados e instituídos pelas relações sociais de poder e saber. Verifica-se, desse modo, que a memória tanto ativa quanto reativa, no discurso, alguns elementos que fazem alusão a discursos já concebidos e que, na discursividade, fazem vir à tona novos efeitos de sentido.

A memória discursiva se refere à existência histórica do enunciado no centro das práticas discursivas, as quais são embasadas e reguladas pelos aparelhos ideológicos. Assim sendo, ela alude aos enunciados que se inscrevem nas FD`s, no interior das quais recebe seu sentido. Constata-se, portanto, que “uma FD é embasada por uma memória discursiva que faz aí ressoar os ecos de uma memória coletiva, social” (Indursky, 2011, p.87). Dessa maneira, é possível afirmar que a repetibilidade fundamenta a produção de discursos, este princípio sustenta a regularização dos sentidos que se encontram circulando na sociedade. Em linhas gerais, evidencia - se que:

A memória discursiva é a condição de produção do discurso, uma vez que no contexto imediato, e, mais amplo que incluem o contexto sócio histórico, onde os sujeitos estão engajados produzindo efeitos de sentido que são manipulados pelas condições de produção do discurso em situações reais de uso da linguagem é a condição de surgimento do discurso. Dessa forma, o discurso é o acionamento da memória discursiva em um contexto real de uso da língua, por um sujeito socialmente situado. (SANTOS, 2012, p. 67)

Resta acrescentar que todos esses mecanismos que fazem o funcionamento do discurso repousam no que se pode nomear de Formações imaginárias. Nesse sentido, não são os sujeitos físicos nem seus lugares empíricos que são sociologicamente descritos nos discursos, mas sim suas imagens (resultantes de projeções).

Na percepção de Orlandi (2012), em todas as línguas há projeções que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para uma posição (discursiva). O que significa nos discursos são essas posições; elas significam no que diz respeito ao contexto e à memória (o saber discursivo, o que já se foi dito).

Na relação discursiva, são as imagens que fundamentam as diferentes posições. Isso se faz de tal maneira que o que funciona no discurso, por exemplo, não é o nordestino visto empiricamente, mas o nordestino enquanto posição discursiva. Sendo esta produzida pelas formações imaginárias. Essas são, pois, as imagens que os interlocutores projetam de si próprios, dos outros e do objeto do discurso. Também são as imagens que o locutor acredita que seu interlocutor tem dele e as imagens que ele acha que seu interlocutor tem do objeto do discurso. Todo esse arcabouço de imagens (as formações imaginárias) são postas em relação e materializadas nos discursos.

Consoante a visão de Pêcheux, num processo discursivo ocorre uma suposição, por parte do emissor, uma antecipação das representações do receptor, sobre a qual se firma a estratégia do discurso. Tratando-se de antecipações, o que é dito irá fundamentalmente preceder as eventuais respostas de S2, as quais irão efetivar ou não as decisões antecipadas de S1. Essas antecipações são, contudo, sempre atravessadas pelo já dito ou ouvido; e constituem notoriamente a base sob a qual se assentam as formações imaginárias. Esse mecanismo de antecipação revela uma importante constatação:

todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro modo, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Este espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto. Dessa maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor. (ORLANDI, 2012, p. 39).

Face ao que foi apresentado, o imaginário é parte constitutiva do funcionamento da linguagem. Ele não surge do nada, ao contrário, fundamenta-se na maneira como as relações sociais se inscrevem na história e são norteadas, em uma sociedade, por relações de poder.

O breve panorama histórico aqui esboçado serve para se compreender melhor os postulados teóricos de Pêcheux (fundamentalmente) e outros autores, os quais se debruçam nas análises da AD. Esta disciplina vislumbra o social, o histórico e o cultural como partes constitutivas dos movimentos de linguagem e, como importante aporte teórico, confere subsídio epistemológico a essa pesquisa.

1.3 O Livro Didático na esfera escolar: a (re)produção de discursos

Embora existam inúmeros recursos tecnológicos na sociedade atual, os quais trouxeram notórias melhorias da qualidade de ensino e aprendizagem, como a televisão, DVD, computador, internet, dentre outros, o LD ainda é um dos principais instrumentos de ensino e aprendizagem no âmbito escolar. Vale salientar que a larga trajetória de conhecimento que se estende das mais remotas civilizações às sociedades do mundo contemporâneo é, em grande parte, uma trajetória feita de livros. Eles são verdadeiros registros do passado e do presente, bem como auxiliam os homens a compreender o mundo que os cerca, a vida e a si próprios.

O livro, no transcorrer de tantos séculos, tem permanecido como o olhar comprovador da história da humanidade, uma vez que guarda consigo uma riqueza de usos e vantagens que o tempo não consegue apagar. É interessante destacar ainda que:

Sua origem está na cultura escolar, mesmo antes da invenção da imprensa no final do século XV. Na época em que os livros eram raros, os próprios estudantes universitários europeus produziam seus cadernos de textos. Com a imprensa, os livros tornaram-se os primeiros produtos feitos em série e, ao longo do tempo a concepção do livro como “fiel depositário das verdades científicas universais” foi se solidificando (GATTI JÚNIOR, 2004, p.36).

No âmbito educacional, o LD tem como finalidade contribuir para o processo de ensino-aprendizagem. Indubitavelmente, é uma das ferramentas, mas não a única, a ser utilizada na construção do conhecimento, no despertar da reflexão crítica e no desenvolvimento de habilidades do aluno-cidadão. Dessa maneira, torna-se imprescindível que o LD seja congratulado como:

[...] um instrumento que favoreça a aprendizagem do aluno, no sentido do domínio do conhecimento e no sentido da reflexão na direção do uso dos conhecimentos escolares para ampliar sua compreensão da realidade e instigá-lo a pensar em perspectiva, formulando hipóteses de solução para os problemas atuais. Isso significa colocar o livro didático como subsídio da escola para a consecução do objetivo de promover o exercício da cidadania, vale dizer, a serviço da sua proposta pedagógica que é, em última instância, o projeto coletivo necessário à constituição da identidade da unidade escolar. (BATISTA, 2003, p.43)

Por serem importantes suportes de conhecimentos e métodos para o ensino, os livros didáticos têm de respeitar e consolidar os pressupostos que norteiam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Em seu artigo terceiro, a LDB (1996) apresenta como alguns dos princípios epistemológicos do ensino: a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”, o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”, o “respeito à liberdade e apreço à tolerância”, a “vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais”.

Pautados por esses princípios, os livros didáticos favorecem o diálogo, o respeito e a convivência, possibilitando aos alunos e aos educadores o acesso a informações necessárias para o crescimento cognitivo e social dos agentes envolvidos no processo educativo. Nesse sentido, o LD é um dos recursos disponíveis na escola para a promoção da cidadania. Como ferramenta de aprendizagem, o LD deverá apresentar conteúdos e atividades que favoreçam a construção do conhecimento, por meio da reflexão e da resolução de exercícios propiciada pela observação e análise, visando despertar tanto a criatividade quanto a criticidade. Ao atender a essas prerrogativas, o LD possibilitará ao aluno tornar-se mais empoderado da sua própria aprendizagem e poderá servir ao professor para assumir a responsabilidade pela condução desta.

Entretanto, embora seja a meta, nem sempre tal promoção cidadã, bem como a criticidade são alcançadas na esfera escolar. Isso ocorre, uma vez que o uso inadequado do LD corrobora para a mecanização do processo de ensino-aprendizagem. O LD deve ser concebido como um apoio à atividade pedagógica; porém, infelizmente, inúmeros profissionais ainda o vislumbram como verdadeiro roteiro (pré-estabelecido e convencionado) da práxis educacional. Acerca desse fato, Freitag (1985, p.93) argumenta que: “por isso mesmo vai se tornando uma

espécie de livro sagrado, de Bíblia, que, numa linguagem didática, constrói e difunde dogmas de natureza social e política”.

Por isso mesmo, o universo de referências de professores e alunos não pode se restringir exclusivamente ao uso do LD. O material didático deve contribuir para que o profissional organize seu trabalho, fornecendo subsídios de aprofundamento das concepções pedagógicas; todavia, o professor deve ampliar seu repertório de conhecimento. Ou seja, buscar outras fontes para complementar e enriquecer sua práxis, visto que a diversidade de fontes de informação contribui significativamente para que o aluno potencialize o seu saber. Segundo o Guia do Livro Didático (2007, p.17):

Afinal, o que dá ao livro o seu caráter e qualidade didático-pedagógicos é, mais que uma forma própria de organização interna, o tipo de uso que se faz dele; e os bons resultados também dependem diretamente desse uso. Logo, convém não esquecer: um livro, entendido como objeto, é apenas um livro [...] Podemos exigir e obter bastante de um livro, desde que conheçamos bem nossas necessidades e sejamos capazes de entender os limites do LD (livro didático) e ir além deles.

Nessa perspectiva, o LD não é o elemento protagonista do acesso ao conteúdo disciplinar da escola, contudo é uma importante "fonte de sabedoria". Em virtude disso, ele deve funcionar como um laboratório de ideias que possibilite o jogo complexo de associações, a análise do universo cultural, o confronto de diferentes pontos de vista. Dessa forma, por meio do discurso, é possível não somente adquirir cultura e conhecimentos, como também modificá-los, recriá-los e fundamentalmente ampliá-los. Portanto, o LD é um recurso de importância vital para a prática pedagógica, por esse fato muitos e vários olhares vêm sendo lançados sobre o LD Na visão de Soares:

(...) um olhar pedagógico, que avalia a qualidade e correção, que discute e orienta a escolha e o uso; um olhar político, que formula e direciona processos decisórios de seleção, distribuição e controle; um olhar econômico, que fixa normas e parâmetros de produção, de comercialização, de distribuição. Avaliar a qualidade e correção, orientar a escolha e uso, direcionar decisões, fixar normas... são olhares que prescrevem, criticam ou denunciam; por que não um olhar que investigue, descreva e compreenda? Olhar que afaste o 'dever ser' ou 'fazer ser', e volte-se para o 'ser' – não o discurso sobre o que 'deve ser' a pedagogia do livro didático, a política do livro didático, a economia do livro didático, mas o discurso sobre o que 'é', o que 'tem sido', o que 'foi' o livro didático. (SOARES, 1996, p.53-54)

Fato é que o LD e a prática da leitura enriquecem os saberes e ampliam a visão de mundo, permitindo ao leitor interpretar o ambiente em que vive, a si mesmo e aos outros. Quanto mais abrangentes as situações de leitura às quais se tem acesso, mais eficiente e perspicaz será o modo de ler e interpretar o mundo.

Repensando a formação do sujeito-leitor e a preocupação de que tenha condições de acessar um texto e fazer inferências que permitam explorar os sentidos e dinamizar a sua capacidade interpretativa, considero importante tomar por base os caminhos que levam ao interesse e motivação pelo hábito da leitura, a fim de que novos leitores possam se sentir envolvidos pelo prazer estético e funcional da leitura. Nessa perspectiva, o LD contribui com o processo de aprendizagem.

A importância do LD merece atenção especial de professores e pais que desejam formar cidadãos críticos. O sujeito que apreende a leitura como um hábito contínuo de prazer e busca de conhecimento, possui um nível de apreensão da realidade, interpretação de situações orais e escritas, competências e habilidades comunicativas que o caracterizam por uma competência linguística mais apurada e lapidada. Os LD's abrem caminhos de aprendizagem mais significativos e abrangentes em outras esferas de conhecimento, além do ensino de línguas. Para Bezerra e Luca (2006, p. 37), o LD precisa ser compreendido como:

elemento importante na construção do saber escolar e do processo educacional espera-se que contribua para o aprimoramento da ética, imprescindível ao convívio social e à construção da cidadania. Nesse sentido, há que se verificar, nos textos e nas atividades, a existência de uma real preocupação em despertar no aluno a prática participativa, a sociabilidade, a consciência política, enfim, a cidadania, entendida em seu sentido mais amplo.

Todavia, cumpre esclarecer que, mesmo tendo ocorrido muitos avanços e mudanças na estruturação e elaboração dos compêndios escolares, ainda é bastante acentuada a reprodução de certos estigmas e estereótipos acerca de certas identidades. Fato que será evidenciado nas análises dessa dissertação.

1. 3.1 O Livro Didático no Brasil: Breve Panorama Histórico

No Brasil, 1938 é o ano em que se iniciou a legislação do livro didático (LD), criada pelo Decreto-Lei 1.006, de 30 de dezembro. Nesse período, surgiu a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), que se encontrava incumbida de analisar e apreciar os manuais.

Na década de 60, devido à expansão escolar (fruto da industrialização), a educação de inspiração europeia cedeu lugar a uma educação nos moldes americanos, em que o ensino voltava o estudante para o mundo do trabalho industrial. Neste contexto, a preocupação com o LD aumentou no Brasil. Contudo, em 1964, o golpe dado pelos militares atingiu não só a democracia, mas também a escola brasileira. No Regime Militar, época da ditadura, a educação era utilizada de forma estratégica, controlando-a política e ideologicamente. O Regime Militar, que durou até 1984, foi um período marcado por momentos de extremo autoritarismo, violência, repressão e por diversos outros meios de manter o regime. Este Regime utilizou diversas maneiras para divulgar seus padrões de conduta, e um dos principais, sem dúvida, foi o livro didático, que teve um papel fundamental na reprodução dessa ideologia no âmbito educacional. Este Regime totalitário se utilizou de diversos recursos para firmar seus padrões de conduta e concebeu o LD como um instrumento propagador de sua ideologia. Sobre essa passagem histórica, Munakata (2003, p.3) afirma que:

Em meio à imposição de reformas educacionais, os livros didáticos foram identificados como suporte da ideologia oficial (...). Levar a sério o livro didático equivalia, nessas circunstâncias, a colaborar com a ditadura (...) a crítica do livro didático tornou-se uma trincheira contra a ditadura. Proliferaram discursos conclamando os professores a abandonar essas “muletas” em nome de uma educação mais “criativa”, “reflexiva”, “crítica” – embora raramente essas palavras fossem objeto de elucidação.

No ano de 1971, o Instituto Nacional do Livro (INL) desenvolve o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLDEF) e, em 1976, quando ocorreu a extinção do INL, foi instituída a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename).

Os anos 80 apontaram como um marco na produção e análise dos livros didáticos. Nessa década, o mercado do LD representava metade do total de livros produzidos no Brasil. Em 1984, com o fim da ditadura militar, os brasileiros

conquistaram a abertura político-social e uma nova fase iria se instaurar no processo de ensino-aprendizagem do país.

Outra grande mudança foram os programas criados pelo Governo Federal como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PNLD), Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) criado em 2004 e o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) criado em 2007. Essas mudanças trouxeram uma democratização na área pedagógica, com isso o livro didático a cada ano vem melhorando, ele é revisado permitindo observar valores de acolhimento à pluralidade e aos princípios de cidadania, rejeitando estigmas e preconceitos, desde que o Ministério da Educação (MEC), em 1996, passou a subordinar a compra dos LD inscritos no PNLD a uma aprovação prévia efetuada por uma avaliação oficial sistemática, cujos resultados são divulgados nos *guias de livros didáticos*, distribuídos para todas as escolas brasileiras, com a finalidade de orientar os professores nas escolhas do livro didático.

Nos anos 90, ocorreu uma importante e louvável discussão no que concernia ao Ensino Fundamental. Em 1995, criou-se o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o qual teve como propósito o estabelecimento de parâmetros para a avaliação dos livros. A partir de 1997, as políticas públicas para o LD são representadas pelo PNLD e executadas por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O MEC começa a adquirir livros didáticos de forma contínua, passando todos os estudantes do Ensino Fundamental a recebê-los.

Em 2004, o Ministério da Educação criou o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) e, em 2007, o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) – os quais beneficiaram milhões de estudantes das escolas brasileiras.

1. 3.2 O Livro Didático de Língua Portuguesa: do estruturalismo à textualidade

No que diz respeito aos estudos sobre a linguagem, o livro didático de Língua Portuguesa (LDP) evidenciou consideráveis mudanças nos últimos anos. As análises meramente estruturalistas cederam espaço a reflexões sobre a língua em contexto de usos reais, postura essa consolidada pelos PCN.

Até meados da década de 40, o ensino de Língua Portuguesa privilegiava as regras da gramática normativa e a análise de textos de autores consagrados. Assim sendo, o professor de Português:

era aquele que conhecia bem a gramática e a literatura da língua, a retórica e a poética, aquele a quem bastava, por isso, que o manual didático lhe fornecesse o texto (a exposição gramatical ou os excertos literários), cabendo a ele – e a ele só – comentá-lo, discuti-lo, analisá-lo e propor questões e exercícios aos alunos. (SOARES, 2001, p.151-152)

Nos anos 50, as gramáticas e antologias foram substituídas por um único livro que apresentava tópicos gramaticais, textos para leitura e exercícios de fixação. Nesse período, o autor do LDP assumiu a responsabilidade de formular os exercícios e propor as questões. Fato que transformou muitos profissionais em “reféns” do LDP, uma vez que esperavam encontrar nele um saber pré-moldado e não recorriam a outras ferramentas. Vale salientar que, nessa fase, a concepção de linguagem e, por conseguinte, de ensino de Língua Portuguesa eram pautadas pelas luzes do tradicionalismo, isto é, ensinar língua era sinônimo de ensinar a rígida teoria gramatical.

Com a criação da Lei 5.692, de 1971, profundas mudanças ocorreram na educação brasileira – as quais se estenderam para o ensino de língua portuguesa. Essa lei conseguiu, inclusive, alterar o nome da disciplina, que passou a ser chamada de “**Comunicação e expressão**”. Nessa época, a noção de ensino/aprendizagem que embasava as propostas educacionais era guiada, notoriamente, pela psicologia dos behavioristas e funcionalistas norte-americanos. De acordo com esses teóricos, a aprendizagem se dava por meio de numerosas e intensas repetições (exercícios contínuos). Então, os manuais didáticos priorizavam o trabalho com exercícios estruturais e tinham como objetivo maior fazer com que os alunos reproduzissem os modelos exaustivamente. Ao docente competia apenas o controle das atividades, sem maiores esforços, porque as questões já se encontravam resolvidas no manual do professor. Esboçou-se, assim, a panorâmica perfeita para a proliferação do LD.

Silva (1998), argumentando sobre a força que o LD alcançou no âmbito escolar, aponta que tal fato ocorreu devido a dois fatores (reforçados pelo poder da ditadura): a introdução e sedimentação da pedagogia tecnicista bem como a

opressão ao trabalho do professor, estando a opressão da atividade docente associada à perda da dignidade profissional. Foram essas as maneiras que o regime militar encontrou para impedir a reflexão política nas escolas e calar a voz dos professores. Nesse contexto de amordaçamento, formaram-se inúmeros profissionais de língua materna, que se encontravam carentes de competência teórico-prática. Eles consolidaram um ensino de língua permeado – única e exclusivamente – pelas regras mecanicistas da gramática, ou seja, que se desvincilhou da análise textual.

No entanto, a partir dos anos 80, os avanços conquistados pelas ciências linguísticas mudaram os objetivos do ensino da Língua Portuguesa. Dessa maneira, rejeitou-se o dogmatismo do ensino da gramática tradicional e se assumiu uma percepção mais dinâmica e interativa de língua e linguagem. **Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCNLP)** consideram que é função da escola, numa sociedade cada vez mais letrada, desenvolver a competência discursiva do aluno. Sendo a competência discursiva entendida como: “o conhecimento de como combinar formas gramaticais e significados para produzir um texto unificado, falado ou escrito, em diferentes gêneros” (CANALE, 1983, p.9 apud PEDRO, 1997, p.19). Acerca dessa premissa, os PCN da disciplina de língua portuguesa acrescentam que:

(...) não é possível tomar como unidades básicas do processo de ensino as que decorrem de uma análise de estratos – letras/fonemas, sílabas, palavras, sintagmas, frases – que descontextualizados, são normalmente tomados como exemplos de estudo gramatical e pouco têm a ver com a competência discursiva. Dentro desse marco, a unidade básica do ensino só pode ser o texto. (PCNLP, 1998, p. 23)

Dessa maneira, o LDP passa a apresentar um tratamento da língua voltado para a concepção interacionista¹³ de linguagem. No que concerne à perspectiva dos PCN, a linguagem é muito mais do que um instrumento de comunicação, é o produto de inter(ação) entre os sujeitos. Ela se constitui nas práticas sociais, espaço

¹³ A concepção interacionista compreende que mais do que possibilitar uma “mera transmissão” de informações de um emissor a um receptor, a linguagem é contemplada como um espaço de interação humana. Assim, por meio dela, o sujeito que fala pratica ações que não conseguiria realizar, a não ser falando. Nessa medida, com ela o falante atua sobre o ouvinte, constituindo vínculos que não preexistem à fala.

onde o conhecimento também é produzido. Consoante os PCN (1997, p.22): “Produzir Linguagem significa produzir discursos”.

Mediante a essa mudança e em conformidade com os PCN, os autores do LDP começaram a vislumbrar em suas obras alguns aspectos, tais como: o texto como unidade básica de ensino; a produção e a compreensão de textos orais e escritos; o trabalho com os gêneros do discurso e a análise das variações linguísticas. Assim sendo, nos últimos anos, os livros didáticos de Língua Portuguesa se empenharam em mobilizar e desenvolver o maior número de habilidades e competências envolvidas em leitura, produção de textos, práticas orais e reflexão sobre a linguagem. Esse novo olhar lançado sobre o ensino de Língua Portuguesa veio certificar que:

O domínio da linguagem, como atividade discursiva e cognitiva, e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidade de plena participação social. Pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultura atribui à escola a função de responsabilidade de contribuir para garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania. (PCNLP, 1998, p.19).

Em virtude do que se foi explicitado, hoje, os livros didáticos de Língua Portuguesa tendem a fundamentar a linguagem como atividade discursiva, uma prática social situada e imersa na realidade cultural e histórica de um povo. Para Travaglia (2003, p.17) a língua, mais do que nomenclatura, é um: “conjunto de conhecimentos linguísticos que o usuário tem internalizado para uso efetivo em situações concretas de interação comunicativa.” Desse modo, o ensino de língua materna deve ser, preponderantemente, o ensino de uma forma específica de (inter)agir, e não apenas de um conjunto de informações sobre a língua. É por esse motivo que a prática da leitura expressiva e a produção de textos orais e escritos devem ocupar o centro do trabalho pedagógico. Vale enfatizar que é esse o pressuposto que está respaldando o atual ensino de Português, cujo propósito maior é: “ampliar as habilidades do aluno como sujeito interlocutor, que fala, ouve, escreve e lê textos” (ANTUNES, 2009, p.122).

1.4 A Escola como instrumento de reprodução ideológica

Althusser designa por Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas, dentre elas se situa a escola. Nesse panorama, já que é dirigido e controlado pelo Estado, o sistema educacional se configura, insofismavelmente, como um dos agentes que sacramenta as concepções da classe dominante. E por que o aparelho escolar é tacitamente o aparelho ideológico do Estado dominante nas formações capitalistas? O autor responde que:

Todos os Aparelhos Ideológicos do Estado, sejam eles quais forem, concorrem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalista [...]. Contudo, neste concerto, há um Aparelho Ideológico de Estado que desempenha incontestavelmente o papel dominante, embora nem sempre se preste atenção à sua música: ela é de tal maneira silenciosa! Trata-se da Escola. (ALTHUSSER, 1974, p.62-64).

Na ótica althusseriana, desde o primário, a Escola arrebanha todas as crianças de todas as classes sociais. E, a partir daí, passa a inculcar-lhes saberes emanados da ideologia dominante. Ou seja, durante anos (os mais vulneráveis das crianças) conhecimentos pré-estabelecidos (línguas, cálculo, ciências, literatura...) lhes são impostos. Isso ocorre já que:

Nenhum Aparelho Ideológico do Estado dispõe durante tanto tempo da audiência obrigatória (e ainda por cima gratuita...), 5 a 6 dias em 7 que se tem a semana, à razão de 8 horas por dia, da totalidade das crianças da formação social capitalista (ibidem, p.66).

Verifica-se, portanto, que – por meio da aprendizagem de determinados saberes práticos (oriundos da inculcação massiva da ideologia dominante) – são (re)produzidas as relações de produção de explorados com seus exploradores e vice versa. Assim, os mecanismos que consolidam este processo vital para o Capitalismo estão envoltos por uma ideologia da Escola. Nessa medida, a partir do que preceitua Althusser (ibidem, p.68), “a Escola (e o par Escola-Família) constitui o Aparelho Ideológico de Estado dominante, aparelho que desempenha papel determinante na reprodução das relações de produção”. Cassin corrobora a prerrogativa do teórico francês, ao afirmar que:

Com relação ao Aparelho Ideológico de Estado escolar, ele deve ser entendido como um sistema, dentre os vários que compõem o Estado, que tem como objetivo reproduzir as relações de produção; na sociedade capitalista o de reproduzir as relações de dominação capitalista, portanto reprodução de relações de exploração (CASSIN, s.d, p.16)

Não se pode deixar de elucidar que Althusser, em sua antológica publicação *Aparelhos Ideológicos do Estado*, apresenta três teses fundamentais para a conceituação do termo “Ideologia”. A primeira afirma que: **A ideologia é uma “representação” da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência.** Nesta primeira tese, Althusser preceitua que o que se representa na ideologia são as relações imaginárias as quais os indivíduos têm com a realidade e não propriamente a realidade. Dessa forma, ele argumenta que:

não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que os “homens” “se representam” na ideologia, o que é nelas representado é, antes de mais nada, a sua relação com as suas condições reais de existência. É esta relação que está no centro de toda representação ideológica, portanto imaginária do mundo real. É nesta relação que está a “causa” que deve dar conta da deformação imaginária da representação ideológica do mundo real. Ou melhor, para deixar em suspenso a linguagem da causa, convém formular a tese segundo a qual é a natureza imaginária desta relação que fundamenta toda a deformação imaginária que se pode observar em toda a ideologia (se não se viver na verdade desta). (Ibidem, p.81)

Na formulação de sua segunda tese, Althusser – além de situar a ideologia no campo da prática-social – também a apresenta como instância específica de determinada formação social. O autor então postula que: **A ideologia tem uma existência material**, a qual se circunscreve na prática ou práticas nos AIE. Isto é, a ideologia se produz/ materializa nas ações concretas dos indivíduos e por esse motivo:

as ideias desaparecem enquanto tais (enquanto dotadas de uma existência ideal, espiritual), na medida mesma em que se evidenciava que sua existência estava inscrita nos atos das práticas reguladas por rituais definidos em última instância por um aparelho ideológico (ibidem, p.91)

Segundo Althusser (1974), a ideologia deve ser entendida como um sistema de ideias e representações, as quais tendem a dominar o espírito de um dado indivíduo ou de todo um grupo social. Ela tem com função subsidiar e justificar as ações; por isso, trata-se de princípios condutores das diversas ações humanas. Logo, o indivíduo é interpelado em sujeito pelo fio condutor da ideologia para que se produza o dizer. De acordo com Carvalho (2011):

A ideologia, para Althusser, é a relação imaginária transformada em práticas, reproduzindo as relações de produção vigentes. Em sua tese sobre a Ideologia, é constante a preocupação em encontrar o lugar da submissão espontânea, o seu funcionamento e suas consequências para o movimento social. Para ele, a dominação burguesa só se estabiliza pela autonomia dos aparelhos ideológicos de Estado. Estes promovem uma organização social rigidamente estabilizada, planejada e definida pelo Estado, em que não há espaço para os cidadãos, que devem manter-se resignados ao poder do Estado, onipotente, onipresente e dominante (CARVALHO, 2011, p.253-254).

Vista sob esse prisma, a ideologia se figura como uma teia que envolve todo o tecido social, disciplinando e combinando regras para a manutenção da sociedade e dos sujeitos. Nesse contexto, somatizando as duas teses iniciais, é possível concluir que: 1. Só há prática através e sob uma ideologia; 2. Só há ideologia através do sujeito e para os sujeitos. Essas duas premissas são o esteio sob o qual se assenta a terceira tese althusseriana: A Ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeito. Nesta formulação, o autor conota à ideologia a função de base constitutiva de indivíduos concretos em sujeitos. Althusser, de acordo com Cassin:

Ao colocar que a ideologia interpela o indivíduo e o constituindo em sujeito, supõe a existência de um outro Sujeito, o que interpela o sujeito interpelado. O Sujeito interpela o indivíduo e esse se reconhecendo na interpelação se constitui em sujeito daquela interpelação. (CASSIN, s.d, p.7)

É lícito mencionar que essas três teses, ao serem situadas ao âmbito escolar, suscitam algumas inferências possíveis. Em primeira instância, podemos conceber a ideologia (na esfera educacional) como prática-social, a qual – nas formações capitalistas – representa relações de exploração. Já no que tange especialmente à terceira tese, constata-se que os Sujeitos interpeladores (enquanto

Sujeitos ideológicos) constituem-se fora da escola, no entanto se materializam em práticas no interior dela.

Em face do que foi exposto, não existe discurso sem sujeito, bem como não existe sujeito sem ideologia. Essa prerrogativa nos leva a pensar que a sociedade é feita de discursos e que esses discursos hão de refletir uma ideologia (conjunto de normas que regulam o dizer e o saber dos sujeitos nas posições sociais que eles estão ocupando). Então, é importante evidenciar que há uma relação dinâmica entre língua, discurso e história, na qual o indivíduo é convidado a ser sujeito.

Pêcheux, em *Semântica e Discurso* (2009), preceitua que as ideologias não são feitas de ideias, mas de práticas. Segundo o autor, a região do materialismo histórico que interessa a uma teoria do discurso é a estrutura ideológica. O precursor da AD francesa argumenta que o funcionamento da ideologia em geral, como interpelação dos indivíduos em sujeitos, ocorre por intermédio das formações ideológicas (FI).

Nesse sentido, falar-se-á de FI para caracterizar um elemento (determinado aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir, com outras forças, no panorama ideológico característico a uma formação social em um dado momento histórico. Assim, cada FI constitui um complexo conjunto de atitudes e representações que não são nem de ordem individual nem universal, mas que se relacionam a posições de classes conflitantes. O discurso opera como um dos aspectos materiais da ideologia; por isso, é possível afirmar que o discursivo é uma espécie pertencente ao gênero ideológico. Em outros termos, a FI tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. Desse modo, os discursos são gerenciados por formações ideológicas.

Orlandi (2012) conceitua o termo “ideologia” como a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. Desse modo, o sujeito nasce de sua relação com a história e com o discurso (entrecortado pela ideologia). Por isso, rejeita-se a ideia de um sujeito autônomo e dono de seu dizer, visto que as coisas já foram ditas e inscritas na história das ideias. A ideologia permeia o discurso que constitui a sociedade, “não é ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo” (Ibidem. p.47).

Enquanto prática significativa, a ideologia se mostra como o pilar necessário do sujeito com a língua e com a história. Por sua vez, é também a ideologia que faz com que haja o sujeito. Por isso:

O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito. Pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito inaugura-se e a discursividade. Por seu lado, a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique produzindo o efeito de evidência do sentido (o sentido-lá). E a impressão do sujeito ser a origem do que diz. Efeitos que trabalham, ambos, a ilusão da transparência da linguagem. No entanto nem a linguagem, nem os sentidos, nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem juntamente. (Ibidem, 2012, p.48)

Também não se pode deixar de mencionar que o LD figura como um poderoso instrumento de reprodução ideológica. Partindo dessa premissa, ele não poderia veicular preconceitos e estereótipos (embora muitas vezes o faz), bem como apresentar informações desatualizadas ou erradas acerca de certas temáticas.

E, para a instrumentalização desse processo, efetiva-se o LD (ferramenta de trabalho de inúmeros espaços escolares, patrocinada pelo poder público) e que se torna um notório instrumento de controle e de manutenção de discursos hegemônicos. Esse mecanismo de controle pode ser denominado de “ideologia”, meio através do qual as concepções de uma classe social (dominante) se apresentam como o referencial de toda a sociedade.

Face ao que foi exposto, nesta sociedade eminentemente capitalista em que o homem contemporâneo está imerso, a educação concebe a escola como um dos instrumentos de dominação das classes hegemonicamente superiores. Assim sendo, a escola reproduz os valores burgueses, perpassando e inculcando sua ideologia. Partindo desse pressuposto, é possível constatar novamente que há, em muitas esferas escolares, uma utilização irrestrita e fiel do LD. Para alguns profissionais, para efeito dessa pesquisa especialmente os professores de língua materna, o LD constitui um apoio necessário, quase exclusivo, sendo necessário cumprir todos os pontos do conteúdo programático nele presentes. Para esses professores, extremamente fiéis à utilização do LD, o compêndio funciona como palavra irrefutável, e todos os saberes sobre determinados assuntos ali estão contidos. Nas palavras de Coracini (2011, p.24): “o LD já se encontra, de certo

modo, como dissemos, “internalizado” no professor”. O fato observável é o de que há um caráter de superioridade do LD que se legitima na concepção de que ele é depositário de verdades (ideologias) a serem reproduzidas e compartilhadas socialmente.

Nesse contexto, é trazida à tona uma concepção tradicionalmente perpetuada pelo LD, enquanto espaço amostral produtor de “dizeres de verdade”. E, assim, as “verdades” vão ganhando espaço e se dissipando. Vale ressaltar que a ideologia também se mostra na forma de apresentação do LD (seu aspecto estrutural, os textos e gravuras selecionados, a forma de apresentação de tais textos, o comando das instruções das questões etc.).

2º CAPÍTULO: TRAÇANDO O PERCURSO METODOLÓGICO

Atualmente, considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do corpus é construir montagens discursivas que obedecem a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão. Esses objetivos, em consonância com o método e os procedimentos, não visam à demonstração, mas a mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos.

[ORLANDI, 2012, p.63]

Partindo da concepção de que a metodologia deve ser compreendida como uma construção teórica, notoriamente entrelaçada à prática da pesquisa, e que não se concretiza por uma investigação neutra conforme aponta Minayo (2001), este capítulo tem como propósito central abordar o percurso metodológico adotado nessa dissertação. Desse modo, inicialmente, delinea-se um breve panorama do conhecimento e da atividade científica; em seguida, apresenta-se a abordagem e os materiais utilizados para fins de análise. Tomando por base a Análise do Discurso de linha francesa (AD), ferramenta analítica fundada em um viés qualitativo, será realizada a caracterização do dispositivo de análise, objetivando situar o corpus discursivo e os fundamentos que subjazem essa pesquisa.

2.1 Considerações sobre o conhecimento e a atividade científica

2.1.1 O enfoque tradicional

Tradicionalmente, o mundo construído pela ciência almeja a objetividade bem como se baliza pela racionalidade, a qual está ligada à utilização de critérios metodológicos por parte dos cientistas para sustentar suas formulações e teorias. Nesta perspectiva, é mister o conhecimento imparcial, o qual independe das preferências subjetivas e resulta da descentralização do sujeito. Ocorre que a ciência que se produz nos centros de pesquisa e nas academias visa à promoção do conhecimento, estando este suscetível a testes e à confirmação de sua veracidade. Assim sendo, conota-se o status de científico a algo que tenha passado pelo rigor dos procedimentos seguros e pelo crivo do racional. “Ser científico é sinônimo de imparcialidade na escolha de teorias; de neutralidade em relação aos valores

sociais, culturais, religiosos e políticos; e de autonomia na aplicação e no direcionamento das pesquisas e de seus resultados” (TOZZINI, 2011, p.10).

Por sua vez, o conhecimento científico – respaldado pela sistematicidade e pelo caráter metódico – pressupõe a experimentação, validação e comprovação dos objetos em análise. Ele possibilita que os indivíduos elaborem instrumentos que possam ser utilizados no tecido social, isto é, que intervenham na realidade e a transformem positiva ou negativamente. Aranha e Martins (2009) afirmam que o conhecimento científico é uma conquista recente da humanidade, datando de aproximadamente quatrocentos anos. Dessa forma, a ciência moderna nasceu quando passou a determinar seu objeto de investigação, quando criou um método confiável pelo qual realizasse o controle desse conhecimento. Vale destacar que a rigor, vistos sob esse prisma, são os métodos que conferem a possibilidade de se alcançar um conhecimento sistemático, objetivo e preciso. Cumpre acrescentar que o conhecimento científico vislumbra a coerência como característica notória, ou seja, evita incongruências. Ele fundamenta a ciência, a qual tem sua força alicerçada pelo binômio: método rigoroso e eficiência na aplicabilidade prática.

Na contemporaneidade, a maior parte do trabalho da ciência é realizada em equipe, isto é, no seio de uma **comunidade científica**. Esta pode ser definida como o conjunto de indivíduos que se reconhecem mutuamente como detentores de saberes intrínsecos da área de investigação a que pertencem. Segundo preceitua Thomas Kuhn (1922-1996):

[...] Uma comunidade científica é formada pelos praticantes de uma especialidade científica. Estes foram submetidos a uma iniciação profissional e a uma educação similares, numa extensão sem paralelos na maioria das outras disciplinas. Neste processo absorveram a mesma literatura técnica e dela retiraram muitas das mesmas lições. Normalmente as fronteiras dessa literatura-padrão marcam os limites de um objeto de estudo científico e em geral cada comunidade possui um objeto de estudo próprio. (KUHN, 2011, p.222)

Lícito é salientar que a atividade científica está respaldada por valores cognitivos, éticos e políticos. E, é precisamente quanto aos valores cognitivos de **imparcialidade** e **neutralidade** que as concepções de Kuhn seguem uma linha antagônica. Via de regra, as idiosincrasias não devem ou deveriam subsidiar o processo de investigação da ciência; contudo, o teórico denota ceticismo em relação

à neutralidade. Em sua percepção, uma linguagem neutra para comparar teorias está descartada, visto que teorias diferentes são contempladas como **incompatíveis e incomensuráveis**¹⁴.

Nesse contexto, os interesses pessoais e o poder de persuasão tendem a exercer influência na escolha dos cientistas. Isso ocorre porque elementos de subjetividade (morais e sociais) acabam impactando as escolhas das pesquisas; por isso, havendo o privilégio de umas em detrimento de outras, torna-se impossível considerar a ciência efetivamente neutra.

2.1.2. As abordagens positivista e neopositivista

Fundado por Augusto Comte¹⁵ na França, o positivismo ganhou força motriz na Europa na segunda metade do século XIX. Esta doutrina filosófica é adepta da concepção de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. Nesses moldes, a ciência positiva deve ser entendida como aquela que adquire conhecimento pelas observações e generaliza tais observações através de leis que permitam a previsibilidade do fenômeno. De acordo com Araújo (2008), segue-se o lema ver para prever, prever para poder. Na ótica dos positivistas, uma teoria só pode ser considerada como correta se for devidamente comprovada através de métodos científicos válidos. Deriva desse fato, o caráter anticientificista das crenças e superstições. Para seus adeptos, o progresso da humanidade é totalmente dependente dos avanços da ciência. Não se pode deixar de mencionar que o positivismo configura uma radical reação ao Idealismo e ao Romantismo alemão, uma vez que ignora fortemente o individualismo e a subjetividade, características inerentes aos movimentos supracitados. O positivismo comtiano apresenta como ideia central a **Lei dos três Estados**, ou seja, estágios pelos quais passa o entedimento humano. São eles: **o Teológico** (no qual se investiga a

¹⁴ Segundo TOZZINI (2011), o termo, quando utilizado na epistemologia da ciência, tem por objetivo dizer que não há linguagem comum na qual duas teorias rivais possam ser inteiramente traduzidas.

Aceitemos, portanto como pressuposto que as diferenças entre paradigmas sucessivos são ao mesmo tempo necessárias e irreconciliáveis.[...] Paradigmas sucessivos nos ensinam coisas diferentes acerca da população do universo e sobre o comportamento dessa população.[...] Essas são diferenças substantivas entre paradigmas sucessivos... (KUHN, 2011, p.137-138)

¹⁵ **Isidore Auguste Marie François Xavier Comte** (1798 -1857) foi um [filósofo francês](#), fundador da [Sociologia](#) e do [Positivismo](#), que trabalhou intensamente na criação de uma filosofia positiva.

natureza íntima dos seres, neste as entidades que tudo regem são os deuses); o **Metafísico** (no qual há entidades abstratas para explicar a realidade) e o **Positivo ou Científico** (neste, a imaginação está subordinada à observação).

Já o **Neopositivismo** ou **Positivismo Lógico**, cujas origens se deram no Círculo de Viena¹⁶, apresentava como principal objetivo a análise da ciência, sua linguagem e procedimentos metodológicos. R. Carnap, figura icônica desta corrente, afirmava que o método de observação empírica acerca dos fatos (organizados sob a forma simbólico-matemática) é uma ferramenta peculiar à ciência. Sendo assim, o conhecimento científico é o único tacitamente legitimado, pois é nele que ocorre a verificação empírica, o que permite o progresso das ciências. Essa prerrogativa fundamenta o que Chibene (2001) denominou de **visão comum da ciência**, a qual prega que os métodos seguem determinadas pressuposições. Neste sentido, em primeira instância, **a ciência começa com observações**, as quais são rigorosas, precisas e irão auxiliar uma atividade posteriormete. **As observações são neutras**, não devendo sofrer interferências prévias de qualquer teoria. Em última análise, Chibene destaca a **Indução**, a qual trata das generalizações das leis. É oportuno reiterar que essa “concepção comum de ciência” norteou inúmeros teóricos na primeira metade do século XX, os quais preceituavam que:

Em ciência, é preciso indicar as condições de verificação, de teste; a partir delas é que se pode confirmar ou refutar os enunciados pelas experiências, pela observação ou por novos cálculos. Se não for possível encontrar uma experiência que fundamente o enunciado, ele não terá conteúdo empírico e assim não se pode decidir se ele é verdadeiro ou falso. É isso que distingue a ciência dos demais saberes e formas de conhecimento. [...] A ciência é objetiva e neutra por que seus enunciados são os únicos cuja construção permite a verificação e cuja verdade ou falsidade pode ser estabelecida. Todos os demais tipos de conhecimento não são conhecimentos propriamente ditos, pois não temos como verificá-los. (ARAÚJO, 2008, p.201 -202).

Todavia, essa visão neopositivista sofreu e tem sofrido duras críticas. Posturas divergentes argumentam que nem sempre a ciência é erigida por regras lógicas e endoçam que testes empíricos não bastam. Afirmam ainda que não existe

¹⁶ “O Círculo de Viena foi fundado no final da década de 1920 por um grupo de cientistas, lógicos e filósofos da ciência, liderados por Rudolf Carnap e do qual participaram Otto Neurath, Moritz Schlick, entre outros. Sofreram influências de Einstein, Russell e Wittgenstein, considerados os principais representantes da concepção científica do mundo”. (ARANHA e MARTINS, 2009, p.382)

um padrão de referência neutro e que a metodologia é apenas umas das etapas da pesquisa, havendo outros fatores também relevantes. Corroborando com essas afirmações Chibene (2013) postula ser praticamente impossível haver uma total objetividade e neutralidade científica, pois os cientistas carregam consigo sua bagagem intelectual, sendo impactados invariavelmente por fatores subjetivos. O fato é que, nesta perspectiva, há a construção e a desconstrução de modelos teóricos, uma variabilidade de métodos e instabilidade nas teorias. Logo, os resultados da ciência estão muito distantes da pretensa objetividade, a qual decorre simplesmente de uma verificação.

Vale a pena lembrar que essa concepção neopositivista, teve Karl Popper (1902-1994) como um de seus primeiros críticos, fato perceptível se consideramos sua contestação ao critério de verificação. Além disso, os adeptos das teorias historicistas¹⁷ e pragmáticas puseram em xeque a suposta neutralidade da ciência, questionando tanto seus instrumentos internos (metodologia) quanto suas funções socioeconômicas e tecnológicas.

2.1.5. Novas orientações epistemológicas: a redefinição do conceito de ciência

No fim do século XIX e início do século XX ocorreu uma grande revisão acerca do conceito de ciência e de sua metodologia. Neste contexto, deu-se a necessidade de reavaliar não só os critérios de certeza que subjazem a atividade científica, mas também a relação estabelecida entre ciência e realidade circundante e a validade das teorias.

Esses questionamentos são as bases da **epistemologia científica** (filosofia da ciência), cuja etimologia provém do grego **epistéme**. Essa nomenclatura faz menção à **teoria do conhecimento**, a qual trata do estudo crítico dos princípios, hipóteses e conclusões das diversas ciências. Convém enfatizar que a epistemologia tem por meta analisar o saber científico (suas origens, história e valor social); além disso, verifica a inserção da ciência na sociedade e o papel imperioso das atividades científicas para os avanços tecnológicos. Também é cabível a ela

¹⁷ [Popper](#) usou o termo **historicismo** em seus livros *The Poverty of Historicism* e *The Open Society and Its Enemies*, afirmando que "há uma abordagem das ciências sociais, que pressupõe que a *previsão histórica* é o seu objetivo primordial, e que ela pressupõe que este objetivo é atingível por descobrir os "ritmos" ou "padrões", as "leis" ou as "tendências" que estão subjacentes à evolução da história". Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Historicismo>.

questionar os métodos de verificação e validação, os quais são distintos nas diferentes áreas do conhecimento. Como se é sabido, os critérios de cientificidade apresentam variações para atender aos diferentes modelos teóricos. Nas palavras esclarecedoras de Araújo a filosofia da ciência:

[...] indaga, igualmente, como se constitui o saber científico, qual é sua relação com outros tipos de saber e formas de conhecimento, os critérios pelos quais operam as diversas ciências, quais são as modificações culturais e institucionais que elas acarretam a ponto de, muitas vezes, alterarem o modo como a sociedade valida e usa esses tipos de saber. A filosofia da ciência não pretende impor regras aos cientistas, pois seu objetivo não é a construção de um sistema dogmático, e sim analisar o modo como estruturam os conhecimentos científicos, podendo-se tratar de aspectos lógicos, sociológicos, políticos, éticos, o que abre a epistemologia para a interdisciplinaridade (ARAÚJO, 2008, p. 195).

No panorama epistemológico do século XX, destacam-se nomes de estudiosos como Karl Popper e Thomas Kuhn, os quais se mostraram contestadores de inúmeros preceitos da ciência neopositivista.

Para o filósofo austríaco Popper, não interessa ao cientista a justificativa de sua teoria, a qual tradicionalmente ocorre tomando por base a experimentação, as hipóteses e suas confirmações. O argumento central, em sua teoria, é a substituição do empirismo (princípio indutivista) pela falseabilidade ou refutabilidade. Percebe-se que um fato da epistemologia popperiana e que o distingue de seus antecessores é a concepção de que os métodos das ciências naturais são não indutivos. Conforme o autor, não existe justificativa alguma em se retirar uma conclusão geral a partir de particulares, configurando o pensamento indutivo como uma falácia fantasiosa, porque todas as teorias são substancialmente especulativas. Logo, faz-se necessário que para que sejam aceitas e tomadas como verdadeiras, tenham de passar por testes e serem falseadas (fundamentalmente um processo dedutivo).

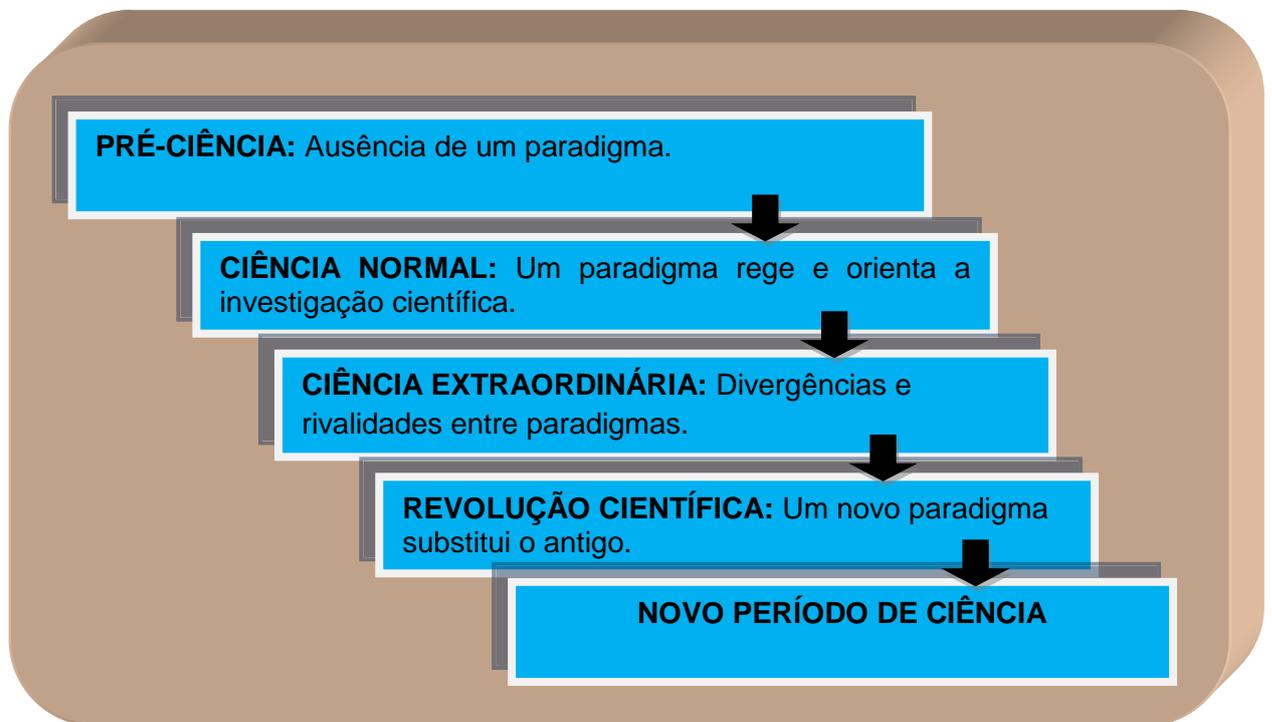
Ou seja, segundo esse critério, o cientista imagina uma hipótese e a submete a possíveis maneiras de falseá-la, refutá-la através da experiência. Nessa medida, caso não se possa provar que dada teoria é universal e verdadeira, ao menos é possível provar que ela seja falsa. Resistindo à refutação, a teoria é confirmada. Na percepção de Popper, só é considerada científica a teoria que for suscetível ao falseamento. Significa dizer que não faz sentido algum contrapor ciência e metafísica, como preceituou Carnap, pois a ciência não é um conglomerado de

verdades absolutas e os resultados científicos são sempre passíveis de refutação. Em virtude do que foi explicitado, o avanço científico é decorrente da tentativa e do erro, das conjecturas e refutabilidades. De acordo com Chibeni (2001, p.6): “Popper rejeita que as teorias científicas sejam construídas por um processo indutivo a partir de uma base empírica neutra, e propõe que elas têm um caráter completamente conjectural”.

Nesse cenário, outro emblemático nome é o de Thomas Kuhn, o qual mostra que a ciência não é meramente um jogo de contraste entre teorias e realidade. Pelo contrário, no fazer científico, existe o dialogismo, o debate, as tensões essenciais. Existem embates entre aqueles que defendem paradigmas diferentes. Reside aí (nesse embate) a prerrogativa de que os cientistas não são totalmente racionais e que suas atividades estão influenciadas pelo panorama histórico-sociológico no qual estão inseridos e em que estas se desenvolvem. São os traços da subjetividade impactando a ciência. Kuhn elabora uma noção de paradigma, segundo a qual a ciência progride através da tradição intelectual fomentada pela visão de mundo (idiosincrasias) da comunidade científica. Seu posicionamento no tocante à epistemologia das ciências se notabilizou como inovador, visto que passou a conotar importância a outras variáveis que até então eram relegadas a segundo plano, isto é, não deveriam participar das explicações da teoria do conhecimento. É interessante destacar que a racionalidade não estava sendo descartada por Kuhn, mas repensada e redimensionada; por isso, ele afirma: “Os meus argumentos são uma tentativa de mostrar que as teorias existentes de racionalidade não são totalmente corretas e que precisamos reajustá-las ou modificá-las para explicar por que a ciência opera como opera” (KUHN, 1979, p.326, apud NETO, 2007, p.85).

Ocorre que as ideias de Thomas Kuhn causaram uma tremenda revolução nas reflexões sobre a ciência, pois conceberam como elementos inerentes a ela os aspectos históricos e sociais que delineiam o trabalho científico. Na visão Kuhniana, há melhores e mais refinadas explicações sobre a realidade, fato que se obtém pelo paradigma (entendido aqui como todo conjunto de crenças, teorias e procedimentos partilhados por uma dada comunidade científica). De acordo com o filósofo norte-americano, a ciência resulta da elaboração de paradigmas, os quais não são verdadeiros ou falsos; e sim, modelos coerentes dos quais surgem tradições científicas. Em virtude disso, consoante expõe Aranha e Martins (2009), no período **Pré-paradigmático** os problemas que se originaram no cotidiano pendem

explicações que ainda não apresentam consenso. Ao se atingir uma formulação consensual, dar-se-á o período de **Ciência Normal**, nesta fase o trabalho científico se edifica sob um paradigma e é dirigido por ele. Havendo o questionamento do paradigma vigente, decorre um período de **Crise**, o qual pode colaborar para uma **Revolução científica**. Face ao que foi dito, Kuhn se ocupou principalmente do estudo da história da ciência, expondo o contraste entre duas concepções: a **perspectiva formalista** (na qual a ciência é entendida como uma atividade fundamentalmente racional e controlada) e a **perspectiva historicista** (na qual a ciência é contemplada como uma atividade concreta, esboçando em cada época peculiaridades e características próprias). O quadro abaixo apresenta o percurso supracitado.



Apresentados os pressupostos epistemológicos anteriores, na concepção Kuhniana de ciência, todo este percurso é cíclico. A cada Revolução Científica, o ciclo e o paradigma que foram instaurados inauguram um novo processo de Ciência Normal.

2.1.4 A questão da subjetividade no fazer científico

A subjetividade pode ser definida como o espaço interno do ser, no qual se encontram as explicações para a formação da opinião e dos objetivos, ela é produto das singularidades que compõem os indivíduos e reverbera na construção das crenças e valores socializados culturalmente. Cumpre esclarecer que a subjetividade está ligada aos anseios, pressionada por múltiplas exigências e influências (tão apenas pessoais, a princípio); além disso, é “bombardeada” por um fluxo ininterrupto de informações colhidas e escolhidas, em formação crescente e contínua, seja de forma consciente ou inconsciente.

Nesse sentido, é possível e pertinente inferir que o eu é o ponto inicial das ações, uma vez que as atitudes são pessoais e não há o acionamento destas sem quem haja esse vínculo com a subjetividade. Ou seja, as ações denotam as inquietudes, desejos e sonhos mais particulares dos indivíduos. Assim, mesmo que não nos apercebamos, nós as coordenamos, orientamos, organizamos de acordo com as nossas expectativas e vontades. E, fundamentalmente, de acordo com um interesse do nosso íntimo, a fim de compreendê-lo, satisfazê-lo e/ou projetá-lo.

No que tange à materialização das ações, o agir, projetar, descrever, investigar são atividades relevantes que as traduzem. Inicialmente, intuitivos e subjetivos, esses processos se tornam conscientes ao passo que são expressos e ganham formato na sociedade. E, à proporção que as mudanças acontecem, o homem se percebe e se descobre através de suas atitudes. Mediante ao que foi exposto, o comportamento de cada ser humano (seus gostos, escolhas, tipos e modos) impacta os padrões culturais, históricos, refletindo suas crenças e pensamentos. E a criação, busca constante pelas descobertas, está diretamente aplicada à sensibilidade e a percepção subjetiva.

A subjetividade, invariavelmente, delimita, determina e orienta as condutas de cada indivíduo. Partindo dessa prerrogativa, Ostrower Fayga pontua que:

O nosso mundo imaginativo será povoado por expectativas, aspirações, desejos, medos, por toda sorte de sentimentos e de prioridades interiores. E é fácil deduzir-se a influência que exercem sobre a nossa mente, no sentido de encaminhar as associações para determinados rumos e renovar determinados vínculos com o passado, do mesmo modo é fácil saber que as prioridades interiores influem em nosso fazer e naquilo que ‘queremos’ criar. (1978, p.20)

Transportando essa reflexão para a esfera da ciência, como o fez Thomas Kuhn, constatar-se-á que na atividade científica influem tanto interesses racionais (relacionados à aplicação objetiva e prática de uma teoria), como subjetivos (a existência de coletividades ou grupos sociais a favor ou contra uma teoria concreta, ou mesmo a existência de problemas éticos). De tal forma, que as atividades da ciência se veem influenciadas pelo contexto histórico-sociológico no qual estão se desenvolvendo, prerrogativa esta fortemente defendida pela AD.

2.2 Análise do Discurso Francesa: além de teoria, também uma metodologia de análise

Esse dispositivo tem como característica colocar o dito em relação ao não-dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar. [...] A Análise de Discurso não procura o sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em uma materialidade linguística e histórica. A ideologia não se prende, o inconsciente não se controla com o saber. A própria língua funciona ideologicamente, tendo em sua materialidade esse jogo.

[ORLANDI, 2012, p.59]

Nesta pesquisa, a investigação se deu ao serem observadas algumas coleções de livros didáticos de língua portuguesa (com ênfase no 9^a ano do Ensino Fundamental II, por se entender que essa é uma importante faixa de transição escolar). O foco das análises foram os textos que mostram/ representam a região nordeste e seus habitantes. Ou seja, enquanto analista, objetivou-se verificar aspectos relacionados ao sujeito discursivo e às memórias suscitadas nas narrativas, bem como nos textos presentes nos compêndios escolares.

Nessa perspectiva, como ferramenta teórico-metodológica, a AD viabiliza o trabalho do analista e as análises concernentes às “tramas do dizer”, haja vista que essa disciplina de entremeio ressignifica o discurso, a partir de um novo olhar no qual se apresentam novas condições de produção da práxis pedagógica. Sob esse prisma, a AD desmonopoliza as normas e trabalha os modos de produção, de negociação dos sentidos; assim, possibilita, no seio da luta de classes, um espaço para a circulação de diferentes sentidos.

De acordo com Brandão (1996), Pêcheux estabelece, em suas análises discursivas, duas noções fundamentais e opostas. A saber:

- a) A noção de base linguística que constitui precisamente o objeto da linguística e compreende todo o sistema linguístico enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas. Dotado de certa autonomia, ele é subsidiado por leis internas;
- b) A noção de processo discursivo-ideológico que se desenvolve sobre a base dessas leis internas; rejeita-se, então, qualquer hipótese de uma discursividade enquanto utilização “acidental” dos sistemas linguísticos ou enquanto “parole”. Dessa forma, o conceito de processo discursivo é elaborado a partir da noção de Foucault de sistema de formação, compreendida como conjunto de regras discursivas que determinam a existência dos objetos, conceitos, modalidades enunciativas, estratégias. A preocupação de Pêcheux, portanto, é inscrever o processo discursivo em uma dada relação ideológica de classes.

Ocorre que essa distinção fundamental nos leva a perceber que a língua constitui a condição de possibilidade do discurso, uma vez que ela se configura como uma espécie de invariante pressuposta por todas as condições de produção possíveis em um determinado momento histórico. Deriva também, dessa noção oposicionista de Pêcheux, o fato de que os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso e a língua é o lugar material no qual se realizam os efeitos de sentido. Assim sendo, se concebermos o processo discursivo como produção de sentido, o discurso passa a ser o espaço em que as significações emergem. E, aqui, o local específico da constituição dos sentidos é a formação discursiva, noção que junto à condição de produção e a formação ideológica, construirá uma tríade fundamental nas concepções teórico-metodológicas da análise do discurso de linha francesa.

Em sua obra **Princípios e procedimentos (2012)**, Orlandi alude à função do analista no que tange ao dispositivo, enfatizando que a escuta discursiva deve explicar os gestos de interpretação que se relacionam aos processos de identificação dos sujeitos e suas filiações de sentido. Nesse contexto, deve-se verificar a relação do sujeito com sua memória. Para a estudiosa, o analista deve “poder explicitar os processos de identificação pela sua análise: falamos a mesma língua, mas falamos diferente. Se assim é, o dispositivo que ele constrói deve ser

capaz de mostrar isso, de lidar com isso” (2012, p. 60). Logo, o referido dispositivo precisa levar em conta a importância da ideologia e do inconsciente.

Em posição análoga, Indursky (2011) reitera que é de competência do analista traçar os contornos da Formação Discursiva (FD) com a qual o sujeito do discurso em análise apresenta determinada identificação. Para, somente após essa tomada de decisão, construir suas análises.

Na percepção de Orlandi (Ibidem, p.60) descrição e interpretação estão totalmente concatenadas; cumpre destacar que, nesse cenário, também é função do analista discerni-las. Mediante ao que foi dito, a autora vislumbra dois momentos da análise, a saber:

- a) Em um primeiro momento, é preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto da análise, isto é, o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido submetido à análise;
- b) Em um segundo momento, é preciso compreender que não há descrição sem interpretação, então o próprio analista está envolvido na interpretação.

Deriva desse fato a imperiosa necessidade de se incluir um dispositivo teórico que intervenha na relação existente entre o analista e os objetos simbólicos por este analisados; logo, instaurando-se um deslocamento em sua relação de sujeito com a interpretação. Tal deslocamento permite o analista trabalhar no ponto de intersecção presente entre a descrição e a interpretação como aponta a autora.

Face ao que foi explicitado, ao se pensar nas análises propriamente ditas, o elemento que ganha primazia é a constituição do corpus. Na conjuntura contemporânea, a construção de “montagens discursivas” (as quais sigam os pressupostos da AD) é considerada o modo mais adequado para tecer as análises e alcançar uma compreensão pertinente dos fios do discurso em apreço. Cumpre salientar que o método e os procedimentos não vislumbram a mera demonstração, fundamental e oportunamente, querem evidenciar como um discurso funciona e produz efeitos de sentido. Por essa razão:

Não se objetiva, nesse tipo de análise, a exaustividade que chamamos horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico. Ele é inesgotável. Isto porque, por definição, todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes. A exaustividade almejada –

que chamamos de vertical – deve ser considerada em relação aos objetivos de análise e à sua temática. Essa exaustividade vertical, em profundidade, leva a consequências teóricas relevantes e não trata os “dados” como meras ilustrações. Trata de “fatos” de linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguístico-discursiva. (ORLANDI, 2012, p.62-63)

Então, é oportuno destacar que os textos precisam ser remetidos aos discursos, isso porque é no veio dessa associação que são identificadas as FD's, as quais estão completamente atreladas às Formações Ideológicas (FI). Conforme preceitua a autora, essa análise é um processo que se inicia pelo estabelecimento do corpus e se organiza em face da natureza do material e da pergunta (ponto de vista) que norteia o analista e sua abordagem. Resta claro que: “o texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte” (ORLANDI, *ibidem*, p.63).

É notório, convém ainda lembrar, que a comunicação linguística não ocorre meramente através de estruturas isoladas, isto é, fonemas, morfemas ou vocábulos soltos; uma vez que existem unidades maiores: os textos. Lícito é salientar que Pimentel (2012) explicita que “textum”, em latim, é o particípio do verbo tecer, ou seja, significa “tecido”. Dessa maneira, é interessante relacionar o termo texto à noção de “tessitura” de ideias, argumentos, fatos ou relatos. Nessa perspectiva, considerar-se-ão as palavras de Marcuschi (2008, p.71-72) ao afirmar que:

Isto quer dizer que há um fenômeno linguístico (de caráter enunciativo e não meramente formal) que vai além da frase e constitui uma unidade de sentido. O texto é o resultado de uma ação linguística cujas fronteiras são em geral definidas por seus vínculos com o mundo no qual ele surge e funciona.

Diante do que foi dito, o texto pode e deve ser compreendido como um tecido estruturado, um instrumento de comunicação e uma entidade socio-histórica. Assim sendo, ele não é uma mera refração do mundo, e sim, uma (re)construção do mundo. Na ótica de Beaugrande (1997) apud Marcuschi (2008, p.72): “o texto é um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas”. Essa definição carrega em seu bojo a negação do texto como artefato meramente linguístico e monodisciplinar, uma vez que se acresce a percepção de “evento comunicativo”. O que nos leva a considerar não apenas os aspectos estruturais das sentenças. Em virtude do que foi apresentado, é oportuno salientar que, em um texto, há correlações entre vários elementos, ou seja, convergem para sua

ocorrência: sons, palavras, significados, participantes do discurso, ações num plano, etc. Logo, nas palavras de Beaugrande (1997) apud Freitas (2011) podemos conceber o texto como um multissistema que abrange múltiplos sistemas interativos. Então, subsidiado pelas orientações já mencionadas de Beaugrande, bem como pelas análises de Marcuschi, Freitas (2011, p.28) apresenta algumas importantes reflexões, afirmando que o texto:

1. Não é uma “sequência de enunciados” – pode ser uma só palavra ou enunciado, ou uma sequência de frases ou mesmo um livro;
2. Pode ser tanto escrito como falado e de qualquer gênero textual, já que é um evento sociocomunicativo;
3. Não é um produto, mas um processo;
4. É um evento multifacetado, não restrito ao fenômeno linguístico-expressa, por exemplo, atos e macroatos de fala- e não apenas significações);
5. É realizado por um enunciador, portanto, não é produção do acaso e sim de um sujeito histórico e situado;
6. Dá-se em coautoria entre o locutor e o interlocutor (tem autoria e se acha em uma situação de produção que o autor tem de observar);
7. Segue as regras (sintáticas, morfológicas, fonológicas, lexicais e outras) da língua em que é formulado;
8. Não pode ser produzido sem condições de produção identificáveis com base em modelos contextuais de base cognitiva;
9. É um sistema real de escolhas reais interconectadas retiradas da língua enquanto sistema virtual de escolhas potenciais;
10. Não se dá fora de seu enquadramento temporal, podendo inclusive variar a sua interpretação, caso mude o tempo de recepção.¹⁸

Nesse contexto, a AD, que nasceu na década de 60 do século XX, lida tanto com a produção quanto com a compreensão dos discursos imersos nos textos. Considerando sempre o discurso como um efeito de sentido entre os locutores. Logo, é imperioso atentar para a materialidade linguístico-discursiva, apreendendo processos de significação, desvelando, a partir da aplicação teórica, os efeitos de sentidos decorrentes das tramas do discurso presentes nos textos.

Vale ressaltar que, por intermédio da AD, constata-se o funcionamento de expressões por vezes, silenciadas, as quais provocam em seus leitores a dispersão/percepção para os sentidos outros. Devido a isso, emerge cristalina a proposta de construir escutas que considerem os efeitos de sentido e aclarem a

¹⁸ As referências à Linguística Textual aqui foram feitas devido alguns aspectos de conciliação com a AD no tocante ao texto. Para a AD, o texto figura como uma unidade de análise do discurso, enquanto tal, é o lugar do jogo dos sentidos, do trabalho da linguagem, do funcionamento da discursividade.

relação com determinados saberes que não são aprendidos ou ensinados. Consoante Orlandi (2012), esse novo gesto de leitura, preponderantemente discursivo, tende a considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de uma forma e o que é dito de outra, objetivando escutar o não-dito naquilo que é dito. Paradoxalmente, uma presença de uma ausência que figura como necessária.

2.3 Considerações sobre a pesquisa bibliográfica e o corpus discursivo

A pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório.

[LIMA & MIOTO, 2007, P.38]

Como é sabido, o processo de pesquisa é uma atividade científica basilar na qual, por intermédio da indagação e (re) construção da realidade, retroalimenta a prática de ensino e a atualiza com vistas à realidade circundante. Tal processo vincula pensamento e ação, pois “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 2001, p.17). Nessa medida, conforme exposto no título dessa dissertação, o corpus discursivo da pesquisa se respalda em algumas coleções de livros de língua materna. Com efeito, foi avaliada a coleção de livros didáticos de Língua Portuguesa: Projeto Radix: Raiz do conhecimento, de Ernani Terra e Floriana Toscano Cavalleto (utilizada em diversas escolas pernambucanas, da rede pública, entre 2010 e 2016). Cumpre acrescentar que o livro produzido pelas edições SM, Para Viver juntos (9ºano), editora responsável Andressa Munique de Paiva, também foi passível de análise. Os compêndios supracitados, do último ano do ensino fundamental II, foram utilizados em instituições de ensino de Recife e região metropolitana entre 2012 e 2016.

Para se chegar às coleções em análise, estabeleceram-se alguns critérios: a) Coleções do Ensino Fundamental II, com ênfase no 9º ano, por se entender essa faixa como uma linha de transição bastante interessante no percurso escolar; b)

Coleções aprovados pelo Guia de Livros didáticos do Programa Nacional do Livro didático (PNLD), publicado nos anos de 2012 e 2016.

Vale destacar que a própria aprovação desses livros e sua utilização nas instituições de ensino públicas e privadas da região metropolitana do Recife já os legitimam. Não apenas isso, certamente também interferem na produção de sentidos que ocorre no âmbito da sala de aula. De uma maneira geral, o Guia apontava os livros em apreço como obras que não só privilegiavam a construção dos sentidos, mas também teciam um dialogismo entre múltiplas linguagens e o desenvolver de eficazes estratégias cognitivas. Avaliações como essas conferem indiscutivelmente notoriedade às obras. Nessa pesquisa, o foco não foi o Livro didático em si, fundamentalmente, procurou-se analisar as vozes de autoridade que essas obras apresentam e os discursos que elas ecoam na escola. No que tange ao Nordeste, discursos muitas vezes respaldados pela repetibilidade de cenários e caracterizações ou mesmo pelo agenciamento de traços culturais que, em regra, homogeneizam o território e são (re)produzidos nas e pelas coleções.

Nessa pesquisa, não se buscou tecer um juízo de valor sobre os compêndios, mas sim colocar uma questão em pauta: Quais são os discursos construtores do território nordestino e sua gente nos livros que circulam nas escolas? Ao tomar como aporte teórico a AD, buscamos não atribuir sentidos aos discursos veiculados pelas obras, mas expor-se às opacidades dos textos. Quando muito até o silenciamento dos dizeres sobre a região, pois é importante destacar que muitas coleções que seriam corpus em potencial sequer traziam alguma alusão à região. Por essa razão, fora complexa e morosa a filtragem e a seleção das obras bem como dos textos.

Assim, duvidando da transparência e neutralidade da linguagem, consideramos importante analisar como o Nordeste é “dito” pelos livros didáticos.

3ºCAPÍTULO: ANÁLISES

O livro didático é uma mensagem construída ad hoc, pelo que tanto sua elaboração como sua posterior utilização somente são compreensíveis no contexto do processo geral de escolarização. Em outros termos, o livro de texto didático não possui um valor literário ou científico autônomo: já desde o século 17 e a partir da empresa comeniana o texto se legitima na medida em que contribui eficientemente para o processo de produção de conhecimentos escolares.

(NARODOWSKI, 2001, p. 83-84.)

Na contemporaneidade, os processos discursivos têm notória importância como instrumento de reflexão, interpretação e compreensão da vida social bem como na constituição das identidades. Sendo assim, os discursos não só representam as entidades e relações sociais, eles as constroem e as legitimam. Para Foucault (2008, p.135-136), os discursos podem ser definidos como:

Um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência; é, de parte a parte, histórico — fragmento de história, unidade, e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade.

Desse modo, torna-se oportuno analisar os discursos que os livros didáticos de língua materna veiculam sobre o Nordeste. Em outras palavras, faz-se necessário averiguar como o LDP se posiciona diante desse tema, como mostra/diz essa região e seus habitantes. Assim, já que o LD é um aparelho reprodutor de ideologias, ele pode cristalizar imagens estereotipadas ou valorizar o singular arcabouço cultural da região. Acima de tudo, em um país de dimensões continentais como o Brasil, o LD pode ser mais um instrumento de uma articulação inter-regional. Ou seja, ao trabalhar o conceito de região numa perspectiva valorativa, propicia que as diferenças regionais convivam bem no seio da unidade nacional. Logo, “Estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas, etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição” (SANTOS, 1995, p. 46).

Nessa perspectiva, para efeito de análise da construção discursiva do Nordeste, foi avaliada a coleção de livros didáticos de Língua Portuguesa: “**Projeto Radix: raiz do conhecimento**”, de Ernani Terra e Floriana Toscano Cavallette, utilizada em algumas escolas pernambucanas entre os anos de 2010 a 2016. O exemplar do 9^a ano, da **Coleção para Viver Juntos**, organizada por Andressa Munique Paiva, também foi analisado. Lícito é esclarecer que a pretensão foi averiguar, criticamente, como a região foi apresentada por esses manuais didáticos.

Cumprindo ainda destacar que os manuais em apreço foram aprovados pelo PNLD, cujas bases conceituais preconizam algumas diretrizes, a saber: o respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; II - o respeito às diversidades sociais, culturais e regionais; III - o respeito à autonomia pedagógica das instituições de ensino; IV - o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; e V - a garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de aquisição das obras didáticas, pedagógicas e literárias. A referência às diversidades culturais e regionais nos interessa particularmente, haja vista que averiguar o modo como os LD's apresentam o Nordeste é o foco dessa pesquisa.

3.1 O Nordeste em livros didáticos de Língua Portuguesa

No exemplar direcionado ao **6º ano** do ensino fundamental, do “**Projeto Radix: raiz do conhecimento**”, a região Nordeste aparece no módulo 7 (capítulo 10, página 154) intitulado: “**Uma dura realidade**”. Aqui, é possível verificar que o adjetivo já prenuncia uma representação pejorativa para o território nordestino. A própria organização do livro corrobora para essa representatividade, uma vez que o capítulo 9 – “**Vida nas Cidades**” – alude à urbanização e a industrialização, através de textos e imagens que apresentam os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Em visão antagônica, o capítulo 10 traz à tona textos e paisagens que expõem o problema da seca. Infelizmente, tal postura pode tender a consolidar um velho rótulo: o Sudeste é a área de progresso, enquanto o Nordeste é palco de aridez e da miserabilidade. Segundo Naxara (1998, p.118): “Essa dicotomia entre rural e urbano provocou um movimento contraditório da cultura brasileira: uma preocupação com a homogeneidade necessária para o estabelecimento da identidade”. Isto é, ajudou a instaurar uma espécie de regionalismo de inferioridade. Ocorre que a região e por

osmose a identidade nordestina são constructos imagético-discursivos, frutos de um discurso que traz consigo a bandeira da dualidade espaço-geográfica. Discursos esses que se perpetuaram ao longo da história e foram agenciados por inúmeras obras literárias e por muitos veículos midiáticos. Sobre essa construção discursiva territorialista, é possível inferir que:

O discurso regionalista não mascara a verdade da região, ele a institui. Ele, neste momento, não faz mais parte da mimese da representação que caracterizava a episteme clássica e que tomava o discurso como cópia do real; na modernidade este discurso é regido pela mimese da produção em que os discursos participam da produção de seus objetos, atua orientado por uma estratégia política, com objetivos e táticas definidos dentro de um universo histórico, intelectual e até econômico específico. O Nordeste é uma produção imagético-discursivo, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.62)

Dessa forma, a terra e seu povo são apresentados nas páginas do LD a partir de uma homogeneidade sociocultural, a qual é sedimentada por discursos de inferioridade. Este aspecto discursivo está ligado às produções que caracterizam a identidade nordestina através da linguagem, da cultura, das vestimentas, da climatologia e do modus vivendi que permeia todo imaginário sobre o Nordeste. Sendo assim, a identidade da região (“rica”) se confirma pela diferença com a região empobrecida, ressaltando que a questão da diferenciação marca a identidade por oposição, ou seja, o Sudeste é tudo que a região Nordeste não é. Nesse contexto, desenha-se um panorama em que: “o Sul é o espaço-obstáculo, o espaço-outro contra o qual se pensa a identidade do Nordeste. O Nordeste nasce do reconhecimento de uma derrota” (Ibidem, p.83).

Autores como Hall e Silva (2004) preceituam que a identidade é uma construção discursiva produzida em condições específicas de um determinado momento da história; sendo, por isso, produto das relações socioculturais. Na percepção de Hall:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em lugares históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo das

modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença. (Ibidem, p.109)

Vale destacar que os textos serviram de apoio para questões de natureza gramatical (estudo das orações), não havendo contemplação dos processos de compreensão e-ou interpretação textual. Aqui partimos da prerrogativa de que a compreensão é um processo que não é apenas genético, natural; mas está associado ao conhecimento, ou seja, às experiências. Dessa forma, compreender é produzir efeitos de sentido (entendimento). Sobre este fato Marcuschi (2008, p.230) postula que: “Compreender não é uma ação apenas linguística ou cognitiva. É muito mais uma forma de inserção **no** mundo e um modo de agir **sobre** o mundo na relação com o outro dentro de uma cultura e uma sociedade”. Ainda que seja patente a relevância da compreensão, o livro não em abordagem não a contemplou.

Nesse capítulo 10, no exemplar do **6º ano**, o primeiro texto – **“Seca no Nordeste preocupa ONU” (Anexo C)** – encontra-se na página 156 e foi publicado pelo JC Online em 2007. Ele noticia que: “Produzir alimentos no Nordeste será cada vez mais difícil e o governo brasileiro precisa se preparar para fazer investimentos de peso em irrigação na região”.

SECA NO NORDESTE PREOCUPA ONU

Produzir alimentos no Nordeste será cada vez mais difícil e o governo brasileiro precisa se preparar para fazer investimentos de peso em irrigação na região. O alerta é da Organização Meteorológica Mundial da ONU (OMM), que aponta para os efeitos das mudanças climáticas como sendo responsáveis por esse novo cenário nos Estados que já sofrem com seca. A entidade ainda diz que as mudanças climáticas podem se tornar uma séria ameaça à oferta de alimentos para populações mais pobres. Devemos esperar uma maior desertificação e salinização das terras do Nordeste nas próximas décadas, afirmou M.V.K. Sivakumar, chefe da Divisão de Meteorologia Agrícola da entidade. Segundo ele, a produção agrícola tende a ficar mais difícil até mesmo na bacia do Rio São Francisco. Os efeitos começarão a ser sentidos em cerca de 10 anos, mas devem continuar com maior intensidade até 2050. Até lá, o governo deve se preparar para tomar pelo menos duas medidas: garantir a irrigação da região e adotar uma estratégia de gestão da água disponível no Nordeste. Isso será fundamental para a agricultura no Nordeste, afirmou Sivakumar, considerado um dos principais pesquisadores sobre o impacto das mudanças climáticas sobre a agricultura. A OMM afirma que a perda de terras será um fenômeno mundial nas próximas décadas. Hoje, apenas 11% da superfície do planeta é cultivável. O problema é que, até 2020, a população mundial atingirá 8,2 bilhões de pessoas ante os atuais 6,3 bilhões. O tema fará parte da conferência da ONU que começa na segunda-feira

em Madri, para tratar do futuro do solo do planeta para a agricultura. As informações são do jornal O Estado de São Paulo.

A notícia, gênero peculiar ao âmbito jornalístico, utiliza dados estatísticos e citações para conotar um efeito de veracidade ao fato, e acaba confirmando outro problema da região: a falta de políticas governamentais efetivas no combate à seca e à fome. Estabelece-se, desse modo, uma identidade para o Nordeste a partir do fator climático, o que reverbera na maneira de enxergar e falar sobre o Nordeste e seus habitantes. Essa sequência reproduz claramente o discurso da mídia sobre a região e evidencia algumas marcas constitutivas do território (a securidão em especial). Constantemente ditas e reditas, elas permeiam a memória do leitor-aluno. Nessa medida, constata-se que há uma relação intrínseca da memória com o discurso (interdiscurso), isto é, o que se fala anteriormente, em outro tempo e esfera, e que, por sua vez, é retomado pela memória discursiva. Vale destacar que a memória discursiva comporta em si saberes já ditos, reproduzidos pela força da repetição – os quais, numa determinada situação de comunicabilidade, (re)ativam novos efeitos de sentido – através do material histórico cristalizado socialmente. Na ótica de Orlandi (2012), o interdiscurso é o que possibilita a construção do sentido. Logo, a tríade (memória, discurso e história) traz à tona os sentidos vislumbrados pelos sujeitos. Na percepção de Santos (2012):

A produção de sentido para AD é o cruzamento do discurso com a memória e a história através do interdiscurso. O interdiscurso é a emergência do discurso recalcado na memória que vem a tona quando utilizado em outras situações comunicativas, ou seja, cada discurso é ativado graças à memória que se fixou com seus sentidos, e que nessa nova utilização ganha novos efeitos de sentido através do interdiscurso. O discurso não é repetível na memória, ele é reorganizado utilizando formas e estruturas da memória inconsciente na busca de novos efeitos de sentido. A repetição do discurso em AD não existe, existem novos efeitos de sentido a partir do dito e do não dito. (SANTOS, 2012, p.68)

Por isso, as palavras são tomadas pela memória discursiva, recuperando saberes já ditos ou apresentados. Como evidencia a notícia, os veículos midiáticos e seus discursos acerca do Nordeste consolidam esse processo de recuperação de dizeres da memória discursiva.

O segundo texto motivador para leitura – “**ABC do Nordeste flagelado**”, do cearense Patativa do Assaré – está presente na página 158 e é ainda mais incisivo em seu discurso de inferioridade. Vale salientar que expressões como: “duro viver”, “triste a gente”, “berra o gado impaciente”, “desfigurado e arrasto” reforçam o caráter de sofrimento por qual sertanejos e animais (democraticamente) passam no Nordeste brasileiro. “A literatura popular canta o sertão, suas alegrias e tristezas. Principalmente, dá ênfase ao espaço físico e humano de um povo religioso que sofre, luta, sonha e não desiste nunca”. (NASCIMENTO, 2010, p.98).

A — Ai, como é duro viver
nos Estados do Nordeste
quando o nosso Pai Celeste
não manda a nuvem chover.
É bem triste a gente ver
findar o mês de janeiro
depois findar fevereiro
e março também passar,
sem o inverno começar
no Nordeste brasileiro.

B — Berra o gado impaciente
reclamando o verde pasto,
desfigurado e arrasto,
com o olhar de penitente;
o fazendeiro, descrente,
um jeito não pode dar,
o sol ardente a queimar
e o vento forte soprando,
a gente fica pensando
que o mundo vai se acabar

Diante do que foi explicitado, percebe-se que o ponto convergente, entre os textos que anunciam o território nordestino, é a repetição das imagens de atraso socioeconômico e miséria. Essa prerrogativa consolida a afirmação de Foucault (2008) ao afirmar que o enunciado está em relação dialética entre a singularidade e a repetição. Foucault define como objeto de sua arqueologia aquilo que é da ordem do repetível, bem como denota que as regularidades não são dadas de uma única vez; o que se tem, portanto, são campos homogêneos de determinadas regularidades enunciativas. Nessa medida, o que se verifica é:

O espaço do repetível como controlado pela memória, pois os dizeres aparecem ressignificados em seu imediatismo. A relação com a formulação anterior ocorre de formas diversas, à medida que há uma anulação da distância interdiscursiva que constitui os efeitos imaginários. Há assim uma acamada espessa de citações e de retornos ao interior de extratos discursivos que se interpõe entre a irregularidade do texto primeiro e a do texto que o cita. (COURTINE, 1999 apud NASCIMENTO, 2010, p.93)

Para a perspectiva foucaultiana, o discurso não é estável, nem regido por um núcleo centralizador. Antes e, sobretudo, ele é visto pelo prisma da dispersão, ou seja, os elementos não estão ligados por um princípio de unidade. Sendo assim, a descrição do discurso prima pelo que Foucault chama de regras de formação. Elas são a geratriz da possibilidade do surgimento e da coexistência de objetos em um espaço comum, em que aparecem certos tipos de enunciação, pertinentes aos discursos. Sob esse olhar, o discurso é constituído pela prática discursiva num determinado espaço de utilização da linguagem.

O terceiro texto para leitura, no exemplar direcionado ao **6º ano** – **“Quem está pior merece o melhor” (Anexo D)**, artigo de Fernando Bonassi, colunista da Folha de São Paulo, situado na página 160 – perpassa a ideia de que a condição de vida no Nordeste é precaríssima e degradante.

QUEM ESTÁ PIOR MERECE O MELHOR

A natureza é um troço legal, com árvores, cachoeiras, bichos e pessoas. Mas também é bem maluca.

Há lugares frios, onde até xixi congela. E há aqueles tão quentes que até chocolate derrete na sombra!

O Nordeste do Brasil é um dos lugares mais quentes que existem!

Só se acha água se espremer bem as folhas ou as raízes das plantas ou então cavando poços bem fundos.

Lá chove pouco e, quando chove, é uma festa!

Agora está acontecendo por lá, a pior seca! O chão racha, as plantas e os bichos morrem, e a vida de quem mora lá fica muito difícil.

O Nordeste já é um lugar pobre e, quando a natureza fica desse jeito, os nordestinos sofrem mais ainda. Há gente que morre de fome e tudo!

Eu nunca passei fome muito tempo, só assim, quando eu me atraso para o almoço ou para o jantar. E já é bem ruim.

Acho que ficar vários dias sem comer, como muitos nordestinos ficam, deve ser a coisa mais horrível do mundo. Como eles moram num lugar onde existe muita seca, eu acho que o governo tinha de dar para quem mora nos lugares e que a natureza é mais amiga. Quem está pior merece mais. É isso o que eu acho.

(BONASSI, Fernando. *Folha de S. Paulo*, 16 maio 1998. P-5-6)

A crônica apresenta muitas marcas que indicam um discurso de regionalismo de inferioridade, como bem exemplifica este trecho: “O Nordeste já é um lugar pobre e, quando a natureza fica desse jeito, os nordestinos sofrem mais ainda. Há gente que morre de fome e tudo!”. Observa-se que o uso do verbo ser (é), na terceira pessoa do singular, do presente do indicativo, confere uma espécie de status de certeza na adjetivação feita sobre o lugar (“pobre”). Também é importante frisar que o uso de circunstanciais, tais como: “já”, “mais” e “ainda”, leva o leitor à conclusão de que, no Nordeste, “sofrer” “é verbo sempre conjugado. O texto também acentua a homogeneização do território nordestino quando explicita que nesta área: “Só se acha água se espremer bem as folhas ou as raízes das plantas ou então cavando poços bem fundos”, ignorando-se imperiosamente todas as áreas úmidas que, por ventura, existam na região. Ou seja, há a homogeneização do que é extremamente heterogêneo, contraditório, construindo um imaginário que aponta para UM único sentido para o Nordeste. Nessa medida, para combater essa homogeneidade territorial e também atenuar a visão pejorativa sobre a identidade nordestina, é necessário compreender que:

Não há identidades fixas e categóricas. Esta é uma ilusão – a da identidade imóvel – que, se de um lado é parte do imaginário que nos garante uma unidade necessária nos processos identitários, por outro lado, é ponto de ancoragem de preconceitos e de processos de exclusão. (ORLANDI In: SIGNORINI, 1998, p. 204)

Desse modo, é possível constatar que o artigo de Fernando Bonassi figura como um verdadeiro “**lugar de memória**”. É oportuno explicar que lugar de memória é uma noção formulada por Pierre Nora (1984). Essa concepção se apresenta sob a forma de objetos, instrumentos, instituições, documentos, vestígios vivos constituídos no entrecruzar do histórico, cultural e simbólico. Também é válido salientar que para a AD “toda e qualquer materialidade simbólica de significação funciona como lugar de memória discursiva” (FONSECA-SILVA. 2007. p. 19). Por isso, ela é vislumbrada como a categoria responsável pela mobilização das redes de sentidos que são evidenciados na ordem da história, do social, do simbólico e do linguístico.

Assim sendo, o texto “Quem está pior merece o melhor” materializa e sedimenta dizeres repetíveis sobre a região Nordeste, isto é, a seca avassaladora do território e o sofrimento imposto por ela aos homens e animais da região. Então,

pode-se dizer que este imaginário é, de certo modo, o imaginário de uma memória discursiva sobre o Nordeste. Em face dessa questão, Albuquerque Júnior afirma que:

Privilegiamos, no entanto, neste debate, aquele que se trava especificamente em torno da ideia de Nordeste, como ele foi inventado, no cruzamento de práticas e discursos e os sucessivos deslocamentos que a imagem e o texto desta região sofreram [...]. Buscamos perceber como determinados enunciados audiovisuais se produziram e se cristalizaram, como “representações” deste espaço regional, como sua essência. Perceber que a rede de poder sustentou e é sustentada por essa identidade regional, por este saber sobre a região, saber estereotipado, que reserva a este espaço o lugar do gueto nas relações sociais em nível nacional, região que é preservada como elaboração imagético-discursiva como o lugar da periferia, da margem, nas relações econômicas e políticas no país, que transforma seus habitantes em marginais da cultura nacional. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 37)

E este discurso se mostra respaldado pelo regime de repetibilidade, devido ao pressuposto de ter sido repetido com bastante veemência no largo dos tempos. Em virtude disso, ganhou regularização, tornando-se parte da memória coletiva dos brasileiros.

No final do exemplar direcionado ao **6º ano**, página 193, apresenta-se a canção “**Último pau de arara**” (**Anexo E**), de Venâncio, Corumbá e J. Guimarães – a qual expõe mais uma vez a questão da seca.

ÚLTIMO PAU DE ARARA

A vida aqui só é ruim
 Quando não chove no chão
 Mas se chover dá de tudo
 Fartura tem de montão
 Tomara que chova logo
 Tomara, meu Deus, tomara
 Só deixo o meu Cariri
 No último pau-de-arara
 Só deixo o meu Cariri
 No último pau-de-arara
 Enquanto a minha vaquinha
 Tiver o couro e o osso
 E puder com o chocoalho
 Pendurado no pescoço
 Vou ficando por aqui
 Que Deus do céu me ajude
 Quem sai da terra natal

Em outro canto não pára
Só deixo o meu Cariri
No último pau-de-arara
Só deixo o meu Cariri
No último pau-de-arara
Enquanto a minha vaquinha
Tiver o couro e o osso
E puder com o chocalho
Pendurado no pescoço
Vou ficando por aqui

Embora a seca pare nessa atmosfera, evidenciam-se, na letra da canção, “gotas de otimismo”, como mostram os seguintes versos: “A vida aqui só é ruim / Quando não chove no chão / Mas se chover dá de tudo / Fartura tem de montão”. Outro aspecto relevante dessa letra é o forte sentimento telúrico do sertanejo: “Quem sai da terra natal / Em outros cantos não para / Só deixo meu Cariri / No último pau de arara...” É sugerido aos alunos que, a partir da leitura e discussão da letra, elabore-se uma pesquisa a respeito da região do Cariri em livros, enciclopédias e outras fontes. Nessa perspectiva, a forma como o texto é contemplado pelo livro em análise tende a enriquecer o arcabouço sociocultural e geográfico do alunado. Ponto positivo para o compêndio, visto que ele está contemplando as diretrizes vislumbradas pelo PNLD. Não somente, também está oferecendo a possibilidade de os estudantes ampliarem seus conhecimentos em diversas áreas do conhecimento. Além disso, tal atividade serve, ainda, para evitar possíveis percepções preconceituosas em relação à região, que não deve ser reconhecida só pela miséria, mas sobretudo pelo potencial eclético de fauna, flora e belezas naturais que possui.

Há nesse discurso sobre a possível saída da terra natal um notório sentimento de pertencimento. O sujeito não quer sair da sua terra, perder seus costumes, sua identidade. Instaura-se nessa formação discursiva uma contradição: o sujeito pode vir a sair do seu lugar para tentar sobreviver à fome e à seca, e ao mesmo tempo, mostra-se resistente a essa saída por amor ao seu lugar. Nesse cenário, o sujeito está apresentando uma preocupação com o que pode vir a ser perdido, relegado em terras distantes: a sua cultura, o seu território. Assim, há a crença de que a perda dos vínculos com a terra de origem (Cariri) seja a perda irreparável de seu traço identitário.

O livro dirigido ao **7º ano** apresenta o tema Nordeste no módulo 1 (capítulo 1, página 10). O principal objetivo desse capítulo é pôr os alunos em contato com o universo das manifestações artísticas populares, o que sugere a valorização da cultura. Para tanto, foi utilizada a imagem da festa do Bumba meu boi (**Anexo F**), que, segundo o texto de apoio, é: [...] “uma tradição que se mantém desde o século XVIII, arrasta maranhenses e visitantes por todos os cantos de São Luís, nos meses de junho e julho”. Abaixo da ilustração, um texto explica, detalhadamente, o enredo da história contada na encenação da festa. Tomando essa leitura como base, os alunos se deparam com uma instigante atividade: refletir sobre os seus conhecimentos de outras festas populares e partilhá-los com os colegas de classe. De acordo com Nascimento (1999, p.98):

A cultura popular apresenta traços característicos da identidade do homem nordestino. Criada a partir dos costumes, hábitos, crenças, mitos e valores, ela é transmitida de geração a geração através da memória coletiva e se perpetua pelas práticas sociais, as quais são permeadas por diferentes formações ideológicas.

A atividade em apreço ratifica a postura dos PCN (1997) quando afirmam que o tema da Pluralidade Cultural contribui para a construção da cidadania na sociedade pluriétnica e pluricultural. Desse modo, destacam-se como principais objetivos do trabalho com a Pluralidade:

- conhecer a diversidade do patrimônio etnocultural brasileiro, cultivando atitude de respeito para com pessoas e grupos que a compõem, reconhecendo a diversidade cultural como um direito dos povos e dos indivíduos e elemento de fortalecimento da democracia; [...]
- valorizar as diversas culturas presentes na constituição do Brasil como nação, reconhecendo sua contribuição no processo de constituição da identidade brasileira;
- reconhecer as qualidades da própria cultura, valorando-as criticamente, enriquecendo a vivência de cidadania; (PCN, 1997, p.143).

Como proposta para se trabalhar a expressão oral dos alunos, apresenta-se, nas páginas 11 e 12, o texto de abertura do espetáculo **Marco do meio-dia (Anexo G)**, de Antônio Nóbrega e Wilson Freire. Verificam-se, no fragmento selecionado, várias referências aos ritmos e instrumentos que fazem parte da música nordestina (o tarol, o ganzá, o bordão, o fole...). Nota-se que o texto é motivador para o aluno

conhecer o universo plural da cultura popular nordestina e desenvolver a competência de uma leitura expressiva.

Em primeiro lugar, é importante afirmar que definir o conceito de cultura popular também não é uma empreitada fácil. Interessante é perceber que esse conceito foi e ainda é usado com objetivos diversos, ou seja, quase sempre carrega em seu bojo juízos de valor, idealizações, homogeneizações e disputas políticas. Fato é que essa formulação conceitual traz consigo a marca da diferença, do estranhamento frente a outras culturas (concebidas como dominantes e/ ou eruditas).

Na ótica de Chauí (2006), no Brasil, ela recebeu três tratamentos principais. Segundo a autora, o primeiro ocorrera no Romantismo; esta corrente literária concebia a cultura popular como a cultura do povo bom, verdadeiro e justo, ou como aquela que exprimia a alma nacional e o espírito popular. O segundo tratamento, proveniente do Iluminismo francês do século XVIII, considerava a cultura popular como o resquício da tradição, mistura de superstições e ignorâncias, as quais deveriam ser corrigidas pelo viés da educação. Já o terceiro, oriundo do populismo do século XX, mesclava a percepção romântica à iluminista, considerando a ideia de que essa cultura feita pelo povo tendia a ser tradicional e retrógrada, precisando se atualizar por intermédio de uma ação pedagógica do Estado ou de vanguardas políticas. Dessa maneira, Chauí considera que:

Cada uma dessas percepções de cultura popular configura opções políticas bastante determinadas: a romântica busca universalizar a cultura popular por meio do nacionalismo, ou seja, transformando-a em cultura nacional; a ilustrada ou iluminista propõe a desaparecimento da cultura popular por meio da educação formal, a ser realizada pelo Estado; e a populista pretende trazer a “consciência correta” ao povo para que a cultura popular se torne revolucionária (na perspectiva das vanguardas de esquerda) ou se torne sustentáculo do Estado (na perspectiva do populismo de direita). (Ibidem, p.133)

Face ao que foi explicitado, instaura-se o espaço da cultura dominante como o lócus a partir do qual se sedimenta e legitima o exercício da exploração econômica, da exclusão e da dominação social. E, em posição antagônica, a cultura popular figura como o que é produzido pelas classes populares, em especial, pela classe trabalhadora. Fundamenta-se, então, a existência de um quadro dicotômico estrutural da sociedade: de um lado, uma elite – mola propulsora do progresso; de

outro, o povo – representante da permanência das formas culturais. Sobre essa dicotomia, Bosi (1998) afirma que a cultura erudita e a popular são espécies de organizações complexas as quais administram a produção e a circulação dos bens simbólicos. O autor ainda preceitua que é de suma relevância repensar o processo de formação da cultura popular, pois ela viveu e ainda vive – de certo modo – sob o limiar da erudita. Na visão de Alfredo Bosi:

Certa vertente culta, ocidentalizante, de fundo colonizador, estigmatiza a cultura popular como fóssil correspondente a estados de primitivismo, atraso, demora, subdesenvolvimento. Para essa perspectiva, o fatal (que coincide, no fim, com o seu ideal mais caro) é o puro desaparecimento desses resíduos, e a integração de todos os seus sujeitos nas duas formas institucionais mais poderosas: a cultura para as massas e a cultura escolar. Trata-se de uma visão linearmente evolucionista que advoga, com a autoridade da ciência oficial, a causa dos vencedores. (BOSI, 1998, p.323)

Não se pode deixar de mencionar que, no Brasil, a expressão cultura popular permeia os estudos de inúmeros teóricos, estando presente numa vertente do pensamento intelectual (folcloristas, antropólogos, sociólogos, educadores, artistas, etc.) preocupada com a construção de uma identidade cultural. Vê-se, portanto, que os indivíduos que compartilham a mesma cultura apresentam o que se chama identidade cultural; e esta se traduz no modo de ser, produzir, consumir, fazer política, bem como nas expressões arquitetônicas, na rotina diária, nos rituais que são praticados dentro de uma sociedade. Todo esse arcabouço de informações nos permite reconhecer quem habita certo recorte territorial, fundamenta uma identidade. Por isso, de maneira geral, para se reconhecer e destacar a identidade de uma sociedade, levamos em consideração os seus elementos mais expressivos. Dessa maneira, para que tenhamos a representação identitária de uma cultura, faz-se necessário o reconhecimento das experiências de vida dos sujeitos e o significado delas para esses sujeitos. Acerca do que foi mencionado anteriormente, Jacks (1998) tece um novo argumento sobre a cultura, isto é, preconiza a importância da cultura regional e das identidades que ela constrói.

Com isso ressalta-se a importância da cultura regional, que vista sob a ótica da dinâmica cultural, não é uma manifestação estática, apenas traduzida por padrões tradicionais, mas sobre transformações para sobreviver diante das mudanças econômicas e sociais, só mantendo o que possibilita relações de significações como a concretude da realidade. (JACKS, 1998, p.128)

Na página 18, uma nova alusão à cultura nordestina aparece. A questão de número 3 (**Anexo H**) explicita o vocábulo “babau” para trabalhar o conceito de verbete (palavra ou expressão de um dicionário ou enciclopédia que carrega alguns significados). A questão recorre ao Dicionário do folclore brasileiro, de Luis da Câmara Cascudo, para constatar que babau é “[...] Nome popular do mamulengo, fantoche, na Zona da Mata em Pernambuco. Forma primitiva de marionete.” Com esse exercício, o aluno além de ampliar seu repertório vocabular, potencializa conhecimento sobre a cultura Nordestina.

Na página 20, a literatura nordestina entra em cena, pois é apresentado o diálogo inicial do livro **Auto da Compadecida (Anexo I)**, famosa obra do escritor paraibano Ariano Suassuna. As personagens João Grilo e Chicó, participantes do diálogo, são os típicos “amarelos” nordestinos – cujas pobreza são contadas em abc. Simbolizam e representam a gente intuitiva, imaginosa e sofrida do sertão. A leitura e análise do referido texto serve como base para a realização de alguns exercícios, os quais têm como propósito fazer com que os alunos identifiquem os traços característicos do gênero dramático e interpretem algumas falas e atitudes das personagens. Vale salientar que a questão 8, na página 22, (**Anexo J**) lança mão de uma interessante abordagem. Após expor o conceito da palavra “popular”, solicita que o aluno responda o que na peça Auto da Compadecida é agradável ao povo e a caracteriza como teatro popular. O aluno é levado a refletir sobre o humor simples (do trocadilho, do bordão), sobre as figuras sertanejas (personificadas em João Grilo e Chicó) e suas falas, repletas de tons coloquiais. Uma atividade como essa congratula que: “O texto não é a forma prioritária de se usar a língua. É a única forma. A forma necessária” (ANTUNES, 2007 p. 130). Nesse sentido, tudo o que deve interessar no estudo da língua culmina com a exploração das atividades textuais e discursivas.

É licito salientar que não foram encontradas no livro do **8º ano** referências significativas sobre a temática Nordeste. Fato interessante a ser observado, uma vez que Análise do Discurso permite que se pense não só os dizeres e os discursos, mas também aquilo que não é tacitamente mencionado (os “não-ditos”) e os silenciamentos discursivos. O “não-dizer” do exemplar em apreço sedimenta o silêncio sobre a região, configura o “não-dito visto do interior da linguagem. Na percepção de Orlandi (2007), o silêncio:

[...] pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. É o silêncio como horizonte, como iminência de sentido. Esta é uma das formas de silêncio, a que chamamos silêncio fundador: silêncio que indica que o sentido pode sempre ser outro. Mas há outras formas de silêncio que atravessam as palavras, que “falam” por elas, que as calam (ORLANDI, 2007, p. 83).

No exemplar do **9ºano** da coleção Projeto Radix, o tema Nordeste é vislumbrado em dois momentos, voltando a ser abordado de modo homogeneizante. Primeiramente, a região aparece no Módulo 2 (capítulo 3, página 38) denominado de **“Penando aqui na Terra”**. Esse título, além de aludir a uma canção de um autor nordestino, ancora-se no tema do messianismo religioso – o qual é ilustrado na Tela “Procissão” de Maria Guadalupe (**Anexo K**). Ele indica, explicitamente, uma condição degenerativa para o homem do Nordeste, a condição de “penar”, isto é, padecer/sofrer. O “sujeito nordestino”, assim, é mais uma vez apresentado no LD sendo crivado pelo drama, pelas intempéries da natureza, por uma palavra: sofrimento. Essa construção discursiva paira no imaginário social acerca do ser nordestino. Mas a quem ela favorece? O que efetivamente o discurso da repetibilidade denota? O que carrega consigo essa cristalização de estereótipos? A resposta pode está fundamentada nas palavras de Santos. Para o autor:

Toda essa história de invenção do Nordeste e arrebanhamento das identidades não é algo ingênuo; ela obedece às relações de poder que se instauraram na época em que o Nordeste foi inventado geográfica e discursivamente e, posteriormente, quando grandes grupos de poderosos lucraram e ainda lucram muito com essa ideia inventada de seca, fome, desgraça, pois tudo isso eram argumentos para se desviar grandes levas de recursos que iriam acudir quem era vítima de algum problema de estiagem. (SANTOS, 2012, p.127)

Na página 39, a canção de Gilberto Gil, intitulada “**Procissão**” bem como a imagem do Círio de Nazaré (**Anexo L**), corroboram a ideia de que o homem sertanejo se nutre da religiosidade, de sua fé. São exemplos disso os seguintes versos: “Meu sertão continua ao deus-dará / Mas se existe Jesus no firmamento / Cá na terra isto tem que se acabar.”

PROCISSÃO

Olha lá
 Vai passando
 A procissão
 Se arrastando
 Que nem cobra
 Pelo chão
 As pessoas
 Que nela vão passando
 Acreditam nas coisas
 Lá do céu
 As mulheres cantando
 Tiram versos

Os homens escutando
 Tiram o chapéu

Eles vivem penando
 Aqui na Terra
 Esperando
 O que Jesus prometeu
 E Jesus prometeu
 Vida melhor
 Prá quem vive
 Nesse mundo sem amor
 Só depois de entregar
 O corpo ao chão
 Só depois de morrer
 Neste sertão

Eu também
 Tô do lado de Jesus
 Só que acho que ele
 Se esqueceu
 De dizer que na Terra
 A gente tem
 De arranjar um jeitinho
 Pra viver

Muita gente se arvora
 A ser Deus

E promete tanta coisa
Pro sertão
Que vai dar um vestido
Pra Maria
E promete um roçado
Pro João

Entra ano, sai ano
E nada vem
Meu sertão continua
Ao Deus dará
Mas se existe Jesus
No firmamento
Cá na Terra
Isso tem que se acabar

A canção de Gilberto Gil mostra a situação de miséria e abandono em que o sertão se encontra, relatando que algumas pessoas prometem inúmeras coisas, mas poucos cumprem as suas promessas. Evidencia-se, portanto, que o discurso religioso se apresenta como uma imperiosa estratégia discursiva, na medida em que entendemos a fé como a força motriz do sertanejo, ou seja, um traço que o singulariza. Sobre esse fato, Nascimento esclarece que:

O universo em que vive o sertanejo é permeado por uma força espiritual que condiciona a vida das pessoas. A fé é a maior riqueza que se possui, e acreditar em Deus se torna meio de sobrevivência. Em face de tantas adversidades, o sertanejo se apegava à religião como princípio de ligação com o Divino, fonte de salvação e de superação para todas as dificuldades enfrentadas. Sua religiosidade é uma necessidade de estar protegido e abençoado, sendo possível alcançar todas as graças ou conseguir ter força para continuar sua batalha diária (NASCIMENTO, 2010, p.100)

Notabiliza-se que pelo interdiscurso é possível aludir à questão do coronelismo no sertão, pois este regime ditatório-regional utilizava a Igreja para realizar um verdadeiro exercício de opressão aos pobres e, paralelamente, inculcá-los a ideia de que eles sofriam, porque Deus assim o quis, porque Deus assim permitia. O que configura a velha e eficaz forma de manutenção do poder no sertão nordestino. Nesse cenário, o discurso sobre o Nordeste se encaminha para o mesmo desfecho: o sofrimento, marca caracterizadora da região.

Na página 41, na seção Para além do texto, a imagem de uma família do sertão do Piauí (**Anexo M**) é desalentadora. Mulher e crianças, sentados na porta de uma tapera, são ícones da aridez e da desesperança. Na página 46, a exposição de um fragmento do Livro Vidas Secas de Graciliano Ramos acentua mais ainda a certeza da miserabilidade do sertanejo: “Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredirá bem três léguas.” Nele, palavras como “infelizes”, “cansados” e “famintos” estampam a imagem de um retirante, fundamentalmente sofredor. É perceptível que a escolha de um trecho específico do livro Vidas Secas, selecionado para ilustração dos conceitos sintáticos de período simples e composto, escamoteia essa imagem que se constrói sobre o retirante nordestino, através de exercícios de pura nomenclatura e classificação gramatical. Ainda na página 46, na seção Algo Mais, lê-se outro trecho da mesma obra. Aqui é realizada uma descrição da personagem Fabiano:

Vivia longe dos homens, só se dava bem com animais. Os seus pés duros quebravam espinhos e não sentiam a quentura da terra. Montado confundia-se com o cavalo, grudava-se a ele. E falava uma linguagem cantada, monossilábica e gutural, que o companheiro entendia. A pé, não se aguentava bem. Pendia para um lado, para o outro lado, cambaio, torto e feio. Às vezes, utilizava nas relações com as pessoas a mesma língua com que se dirigia aos brutos – exclamações, onomatopeias. Na verdade falava pouco. Admira as palavras compridas e difíceis da gente da cidade, tentava reproduzir algumas em vão, mas sabia que elas eram inúteis e talvez perigosas.

Observa-se que a seleção desses textos e dessa imagem realiza um recorte do Nordeste como região profundamente precária, na qual os habitantes são nomeados necessariamente como “desgraçados” e estão suscetíveis aos infortúnios de sua condição social.

Na página 47, o texto “**A indústria da seca no Nordeste**” (**Anexo N**) abre precedente para a discussão sobre uso particular de verbas públicas destinadas a medidas emergenciais. Porém, isso se dá de forma muito superficial, sendo assunto pouco explorado nas questões de compreensão leitora que se seguem. Mascara-se, assim, a responsabilidade da estrutura política e econômica das sociedades de classes e da injusta e desigual distribuição de riquezas no quadro de pobreza da região Nordeste.

A INDÚSTRIA DA SECA NO NORDESTE

Os problemas sociais existem em todo o Nordeste, mas a culpa pela miséria da região sempre recaiu sobre o fenômeno das secas. De fato, elas muitas vezes inviabilizam as atividades econômicas no sertão, dizimando o gado e fazendo com que os sertanejos deixem suas terras em busca de melhores condições de vida. Mas a seca não é a única responsável por toda a situação. Questões como a distribuição de renda e de terras costumam ser deixadas de lado nas discussões. Grupos políticos e econômicos aproveitam-se do flagelo da região em benefício próprio. Divulgando uma situação de calamidade pública, essa elite consegue ajuda governamental como anistia das dívidas, verbas de emergência e renegociação de empréstimos. Tais auxílios nem sempre beneficiam a população afetada pela estiagem. Muitas vezes, o dinheiro público é usado para a construção de açudes e para o desenvolvimento de projetos de irrigação. Tudo isso caracteriza a chamada "indústria da seca", ou seja, uma série de medidas que eternizam o problema para impedir que o auxílio desapareça.

Fonte: https://www.passeiweb.com/estudos/sala_de_aula/diversos/nordeste_industria_da_seca

É válido salientar que as imagens que acompanham o texto (a foto do rio seco e da terra profundamente rachada e também a imagem do vaqueiro desolado observando o gado morto) consolidam uma unificação de discursos sobre a natureza semiárida e a seca, unificação essa que fundamenta um discurso hegemônico sobre o território nordestino, em que se faz presente a dualidade natureza versus sociedade. Nesse discurso, “a natureza semiárida é o sujeito, e a sociedade, seu objeto, instituindo a perspectiva de uma sociedade vitimada por seu meio” (CASTRO, 2001, p.105). Na ótica bakhtiniana (1999), o discurso verbal, em qualquer esfera da vida, não pode ser compreendido fora da situação social que o engendra, não existindo isoladamente na medida em que participa do fluxo social.

Na página 48, são apresentadas algumas informações sobre o pintor Candido Portinari (**Anexo O**), criador da série Os Retirantes. Identifica-se que, na imagem que acompanha o texto, a família esquelética é o símbolo da degradação humana. Para Albuquerque Júnior (2011, p. 280-281): “As imagens consagradas do pintor legitimam o filme realista, que tem o compromisso de expressar o escândalo social e a tragédia que é a migração de nordestinos flagelados pela seca”. Essa materialização visual do Nordeste configura um espaço de observação da

interdiscursividade, o qual fora percebido na relação com a memória discursiva que fundamenta imagens e dizeres sobre o Nordeste e seu povo, imagens essas já cristalizadas socialmente.

O livro destinado ao **9º ano** aborda novamente o tema Nordeste no módulo 8 (capítulo 12, página 186), cujo título é: “**Um mundo de contraste**”. O propósito deste capítulo é expor as disparidades sociais. Para realização dessa abordagem, foi exposta a canção de Herbert Viana, Bi Ribeiro e João Barone, **Alagados (Anexo P)**. A imagem das palafitas na enseada dos Tainheiros, no estado da Bahia, plastifica o contraste que pode ser percebido nos seguintes versos: “E a cidade / Que tem braços abertos num cartão-postal/ com os punhos fechados da vida real”. Duas imagens da cidade se opõem: a primeira, acolhedora e bonita (a do cartão-postal, de braços abertos), e a segunda, a real, dura e feia (de punhos fechados), que mostra a face do mal e da miséria.

Na página 187, mais uma vez é apresentado um fragmento do romance *Vidas Secas* (**Anexo Q**). O texto é motivador para uma mesa-redonda em que a temática é “o papel da arte em nossas vidas”. Através dessa atividade, o aluno é levado a pensar numa resposta para o seguinte questionamento: O papel da arte é divertir, fazendo as pessoas se esquecerem um pouco da realidade, ou levá-las a refletir, mostrando a realidade sem disfarces? É válido lembrar que essa realidade sem disfarces (nua e crua) está presente na obra supracitada: “Miudinhos, perdidos no deserto queimado, os fugitivos agarraram-se, somaram-se as suas desgraças e os seus pavores”. Sendo assim, as páginas do romance são um reflexo da realidade do retirante nordestino. Fato que solidifica a percepção de Bakhtin (1999), quando afirma que um signo não existe apenas como parte de uma realidade, ele também a reflete e refrata.

Na página 195, na seção A linguagem dos textos, os conceitos de concisão e brevidade textual são trabalhados tomando-se por base outros trechos expressivos do romance *Vidas Secas*. Para se analisar a precisão textual, evidencia-se o uso dos verbos na passagem que diz: “[...] Baleia **arrebitou** as orelhas, **arregaçou** as ventas, **sentiu** cheiro de preás, **farejou** um minuto, **localizou-se** no morro próximo e **saiu** correndo.” Já no que concerne ao estudo da brevidade, denota-se o seguinte trecho:

Fabiano seguiu-a com a vista e espantou-se: uma sombra passava por cima do monte. Tocou o braço da mulher, apontou o céu, ficaram os dois algum tempo aguentando a claridade do sol. Enxugaram as lágrimas, foram agachar-se perto dos filhos, suspirando, conservaram-se encolhidos, temendo que a nuvem se tivesse desfeito, vencida pelo azul terrível, aquele azul que deslumbrava e endoidecia a gente.

Essas são imagens tão consolidadas que, mesmo com toda produção cultural do Nordeste, no cenário contemporâneo, muitos ainda vislumbram o nordestino como Fabianos e Sinhás famintos, magros e secos de sede, sem instrução alguma, afeitos à ignorância. Estando essas personagens mais próximas de animais que, propriamente, de seres humanos.

No que diz respeito ao livro destinado ao **9º ano**, da coleção Para viver juntos, constata-se que, inicialmente, o Nordeste aparece no capítulo 4, página 123 (**Anexo R**). Numa alusão feita à rapadura (literalmente o lado doce da vida nordestina), o texto em abordagem menciona que este alimento esteve presente na vida de cangaceiros e de soldados que combateram na Primeira Guerra Mundial. A alta qualidade nutricional desse alimento, típico do sertão nordestino, bem como seu papel de destaque na gastronomia do Nordeste, também ganham espaço na coluna apresentada pelo compêndio em análise. A referência à rapadura é um enaltecimento dos sabores dessa região. A iguaria, que ficou conhecida por andar junto com a farinha do sertanejo, ganha “status”. Das mochilas de personagens famosos como Lampião, o Rei do Cangaço, a **rapadura** ganhou as prateleiras dos supermercados, servindo de alimento presente nas mesas nordestinas. Aqui há uma importante alusão à cultura e à gastronomia do território, quebrando o ciclo de apresentação de textos que homogeneizam o Nordeste. Cumpre acrescentar que a fabricação da **rapadura** configura uma viagem a um passado colonial do Nordeste. Os equipamentos utilizados na produção também representam uma volta no tempo. Moendas, tanques, fornalhas, tachos, gamelas e formas não são substituídas há muito tempo apesar de haver quem se dedique a fabricar tais peças.

No mesmo exemplar em apreço, o Nordeste também aparece no capítulo 9, página 274 (**Anexo S**). O conto do pernambucano Marcelino Freire trata de um tema muito contemporâneo. Seu contexto além de provocar espanto ao leitor, pelo modo particular como o autor utiliza a linguagem, denuncia as misérias de grupos sociais minorizados pelos poderes constituídos, embora essa minorização seja

numericamente majoritária. Mais uma vez alusão à miséria, mas não a que frequentemente aparece nas páginas regionalistas. Agora é a miséria contemporânea que atinge o homem, o qual literalmente vive no lixo. O lixo está em seu corpo e sua alma. É o ápice da “coisificação” do homem. A partir do conto, podemos refletir sobre o consumismo, a injustiça social, a miséria vivida por grupos marginalizados. Muribeca, um lixão bastante conhecido no estado de Pernambuco ambienta a degradação da alma humana.

Lixo? Lixo serve pra tudo. A gente encontra a mobília da casa, cadeira pra pôr uns pregos e ajeitar, sentar. Lixo pra poder ter sofá, costurado, cama, colchão. Até televisão. É a vida da gente o lixão. E por que é que agora querem tirar ele da gente? O que é que eu vou dizer pras crianças? Que não tem mais brinquedo? Que acabou o calçado? Que não tem mais história, livro, desenho? E o meu marido, o que vai fazer? Nada? Como ele vai viver sem as garrafas, sem as latas, sem as caixas? Vai perambular pela rua, roubar pra comer? E o que eu vou cozinhar agora? **Onde vou procurar tomate, alho, cebola?** Com que dinheiro vou fazer sopa, vou fazer caldo, vou inventar farofa?

Fale, fale. Explique o que é que a gente vai fazer da vida? O que a gente vai fazer da vida? Não pense que é fácil. Nem remédio pra dor de cabeça eu tenho. Como vou me curar quando me der uma dor no estômago, uma coceira, uma caganeira? Vá, me fale, me diga, me aconselhe. Onde vou encontrar tanto remédio bom? E esparadrapo e *band-aid* e seringa?

O povo do governo devia pensar três vezes antes de fazer isso com chefe de família. **Vai ver que eles tão de olho nessa merda aqui. Nesse terreno. Vai ver que eles perderam alguma coisa. É. Se perderam, a gente acha. A gente cata. A gente encontra. Até bilhete de loteria, lembro, teve gente que achou.** Vai ver que é isso, coisa da Caixa Econômica. Vai ver que é isso, descobriram que lixo dá lucro, que pode dar sorte, que é luxo, que lixo tem valor.

Por exemplo, onde a gente vai morar, é? Onde a gente vai morar? Aqueles barracos, tudo ali em volta do lixão, quem é que vai levantar? Você, o governador? Não. Esse negócio de prometer casa que a gente não pode pagar é balela, é conversa pra boi morto. Eles jogam a gente é num esgoto. **Pr'onde vão os coitados desses urubus? A cachorra, o cachorro?**

Você precisa ver. Isso tudo aqui é uma festa. Os meninos, as meninas naquele alvoroço, pulando em cima de arroz, feijão. Ajudando a escolher. A gente já conhece o que é bom de longe, só pela cara do caminhão. Tem uns que vêm direto de supermercado, açougue. **Que dia na vida a gente vai conseguir carne tão barata? Bisteca, filé, chã-de-dentro - o moço tá servido? A moça?**

Os motoristas já conhecem a gente. Têm uns que até guardam com eles a melhor parte. É coisa muito boa, desperdiçada. Tanto povo que compra o que não gasta - roupa nova, véu, grinalda. Minha filha já vestiu um vestido de noiva, até a aliança a gente encontrou aqui, num corpo. É. Vem parar muito homem morto, muito criminoso. A gente já tá acostumado. **Quase toda semana o camburão da polícia deixa seu lixo aqui, depositado. Balas, revólver 38. A gente não tem medo, moço. A gente é só ficar calado.**

Agora, o que deu na cabeça desse povo? A gente nunca deu trabalho. A gente não quer nada deles que não esteja aqui jogado, rasgado, atirado. A gente não quer outra coisa senão esse lixão pra viver. Esse lixão para morrer, ser enterrado. **Pra criar os nossos filhos, ensinar o nosso ofício, dar de comer. Pra continuar na graça de Nosso Senhor Jesus Cristo.** Não faltar brinquedo, comida, trabalho.

Não, eles nunca vão tirar a gente deste lixão. **Tenho fé em Deus, com a ajuda de Deus eles nunca vão tirar a gente deste lixo.** Eles dizem que sim, que vão. Mas não acredito. **Eles nunca vão conseguir tirar a gente deste paraíso.**

O saldo real é que esses fragmentos estatizam os velhos paradigmas criados para o território nordestino, apenas pontualmente aludem à pluralidade cultural da região. Ou seja, o Nordeste é constantemente lido através do tema da seca (apresentada como uma entidade abstrata, por si só responsável pelo quadro de pobreza na região, pelo flagelo de seus habitantes). Ele é descrito pela caneta da fome, da desigualdade social, do sofrimento. Sobre imaginário, diz Morais:

Considerando que o sentido é construído na interdiscursividade, que materializa o léxico em meio a uma rede discursiva de associações, definindo-o por sinonímia ou por antonímia, o significante “nordestino”, nos imaginários sociodiscursivos avaliados, emerge por meio de associações que o põem no âmbito de uma suposta inferioridade, seja ela natural, seja ela social. Desse modo, a identificação do “ser nordestino” se ancora em imaginários sociodiscursivos que o diminuem nas mais diversas acepções componentes da sua “natureza”, tais como sua pertença a uma região atrasada, sua situação econômica miserável, sua incapacidade política, sua precariedade educacional, sua degenerescência racial e sua inferioridade estética frente ao “ser não-nordestino”. (MORAIS, 2014, p. 35-36)

Nessa medida, infelizmente, o manual didático e por extensão a escola passam a reforçar estigmas, a negar a diversidade. Postura essa que confirma a percepção de Moreira e Candau (2003, p.161). Esses autores pontuam que a escola: “sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização”. Todavia, abrir espaços não só para diversidade, mas também para o cruzamento de culturas constitui o maior desafio que eles (LD e escola) estão convocados a enfrentar.

Em linhas gerais, no corpus averiguado, o sujeito enunciativo usou para legitimar seu discurso, por muitas vezes, elementos do cenário socioeconômico e

geográfico nordestino. Principalmente, aqueles que apontam para a seca e a miséria que atingem muitos de seus habitantes. Nesse sentido, traços da memória social do sertanejo são trazidos à tona na busca de se construir uma panorâmica que seja sinonímia da própria região. Para Nascimento (2010, p.99), podemos perceber que: “nesse funcionamento discursivo um instrumento que resgata a identidade do sertanejo, através de uma memória discursiva legitimada pela articulação com outros discursos”.

Como aponta Orlandi (2003), o texto é o todo que organiza os recortes. Esse “todo” apresenta intrínseca relação com as condições de produção e com o contexto no qual o discurso se materializa. Vale salientar que a ideia de recorte está atrelada à noção de polissemia e não da informação. Nesse sentido, os textos aqui analisados não devem ser concebidos como “verdades absolutas” sobre a região Nordeste, e sim, como recortes que apresentaram a região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu sou de uma terra que o povo padece
 Mas não esmorece e procura vencer.
 Da terra querida, que a linda cabocla
 De riso na boca zomba no sofrer
 Não nego meu sangue, não nego meu nome
 Olho para a fome, pergunto o que há?
 Eu sou brasileiro, filho do Nordeste...

Patativa do Assaré

Sabemos que o discurso é o meio através do qual se torna possível entender a nossa participação nas diversas esferas da vida social. Ele determina quem somos, como avaliamos o outro e como pensamos que esse outro nos avalia, desencadeando um processo ininterrupto de (re)construção de identidades. Delineado esse conceito, observamos que a região Nordeste não é meramente uma extensão territorial, ela é sobretudo fruto de uma série de práticas discursivas. Isso porque, vários autores, artistas, intelectuais e veículos midiáticos se firmaram como construtores de uma identidade regional.

Sendo assim, não apenas as concepções sociológicas de Gilberto Freyre, os escritos de José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz, mas também as telas de Candido Portinari (série *Os Retirantes*) e muitas das músicas de Luiz Gonzaga denunciaram a imagem de uma região pautada pela extrema miséria (sujeita a secas periódicas), passível de fome e sede. O território nordestino é ainda associado ao messianismo religioso e ao êxodo rural, bem como à disparidade social. Notabilizou-se, desse modo, um *regionalismo de inferioridade*, caracterizado pela constância com que se apresenta esse espaço geográfico e seus habitantes, respectivamente conceituados como uma região decadente e um povo sofredor.

Postulado isso, constatamos nessa pesquisa que essa construção imagético-discursiva sobre o Nordeste (de tom fortemente pejorativo em muitos momentos) também encontra espaço nos livros didáticos de Língua Portuguesa. Evidenciamos que, embora o território e a cultura nordestina sejam ricos e plurais, poucas são as referências à multiplicidade da região no LDP. Decorre desse fato que a maior parte dos textos e imagens que fazem menção a esse espaço territorial apresenta a seca como a marca emblemática do lugar. Mas não só ela, as imagens de retirantes esqueléticos (imersos numa paisagem xerófila e árida) bem como as cenas de

extrema pobreza e degradação social se fazem presentes nas páginas dos livros. Configurando-se, dessa maneira, como sinônimos do vocábulo Nordeste.

Infelizmente, ainda que nos últimos anos, os livros didáticos tenham passado por transformações, o que ainda se constata – no que diz respeito à apresentação do tema Nordeste – é uma reprodução de clichês de fácil assimilação.

Verifica-se, então, que os tipos nordestinos do pau de arara, do sertanejo, do cangaceiro ensejam uma coleção de ícones que a mídia, a literatura, o cinema e tantas outras artes agenciam. O nordestino corriqueiramente é apresentado no LD como a oposição da figura do urbano (não é civilizado, urbanizado ou polido). Ao contrário, geralmente é apresentado como homem rural e de paupérrimo intelecto, é a negação da figura cosmopolita, porque representa a pobreza física e mental. A diferença, logo, funciona como um traço identitário de oposição, marcando a identidade em relação ao que ela não é ou não consegue ser. Deriva desse fato a seguinte averiguação:

Essa formulação discursiva e as imagens que foram criadas sobre o Nordeste são tão consistentes que fica difícil novas dizibilidades sobre a região e o espaço, ou seja, a sedimentação da identidade nordestina foi tão intensa que ficou muito difícil reverter essa configuração histórica que foi criada com relação à identidade, espaço social e geográfico da região Nordeste. Nessa perspectiva, o que se diz sobre o Nordeste é um conjunto de visibilidades e de dizibilidades que se formulou a respeito de sua geografia e sua gente baseadas nos discursos que se criaram a respeito do Nordeste, ou seja, o Nordeste foi inventado a partir das produções e das imagens que se tinham da região. (SANTOS, 2012, p.128)

Nesse contexto, os compêndios escolares, frequentemente, apresentam em suas páginas imagens e textos que veiculam um discurso de inferioridade sobre a região e seu povo (a seca, a fome, os quadros de desigualdade e miséria, etc.). Não se pode dizer, contudo, que alguns livros não explicitem referências sobre a cultura nordestina. Todavia o fato é que essas incursões sobre a cultura são poucas e raras, pois os discursos que veementemente perpassam os livros corroboram a construção de um imaginário negativo, quando muito paradisíaco, da região.

Delineados os pontos anteriores, a região e o homem do Nordeste, ainda e com certa constância, estão sendo apresentados nos LDP por discursos pautados pelas imagens de famílias patriarcais, de sertanejos sofredores; imagens da seca, do cangaço, do messianismo e do êxodo rural que circunscreveram e plastificaram a

região e seu povo. Nesse sentido, a produção desses discursos conferiu ao Nordeste e aos nordestinos determinadas características e estigmas morais, culturais e simbólicos, os quais ainda são muito presentes no imaginário dos brasileiros e, por osmose, nos livros didáticos de língua materna.

Em virtude do que foi exposto, com a elaboração dessa pesquisa monográfica, almejamos que a temática “Nordeste” seja redimensionada no LDP, ou seja, ganhe novas e melhores abordagens – as quais possam desmitificar os velhos estereótipos e, de fato, valorizar o arcabouço cultural da região. Agindo assim, o LD verdadeiramente irá possibilitar aos alunos entender o Brasil como um país complexo e multifacetado em que “diferença” é palavra-chave.

Em linhas gerais, essa pesquisa objetivou realizar uma abordagem crítica sobre a imagem da região Nordeste veiculada pelos compêndios escolares, pois entendemos que analisar os livros didáticos é trazê-los à tona para o questionamento. Seja em relação à sua metodologia, as concepções presentes neles ou mesmo o uso que deles se faz. Analisar os livros é questionar o próprio ensino que se respalda pelo LD. Fato é que ensino e livro caminham lado a lado, reproduzindo a engrenagem da sociedade e dos sujeitos do discurso. Nessa medida, especificamente o estudo do livro de língua materna se mostra como um procedimento ainda mais relevante, isso porque ele figura como uma fonte em que os textos se materializam, a leitura se produz, bem como se mobilizam os conhecimentos de oralidade e análise linguística. Todas essas práticas vão respaldar as concepções dos alunados e circunscrevê-los no tecido social, vão também corroborar para a formação de suas concepções sobre o mundo e as identidades que os cercam.

Acreditou-se, com a realização desse trabalho, na importância de se tecer novos discursos e de se lançar novos olhares sobre a região Nordeste e sua gente. Entendemos que analisar uma região discursivamente é desconstruí-la para reconstruir novos modos de apresentá-la. No que tange especialmente ao Nordeste brasileiro, percebeu-se que se trata de território gestado por várias vozes que firmaram algumas representações para o local e seus habitantes. Contudo, se a língua é a carteira de identidade de um povo, não existe uma identidade individual (inferior a outras), mas sim coletiva, somos todos cidadãos brasileiros e cada região contribui para a formação nacional.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de História: Conceitos, Temáticas e Metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1974.
- ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e a suas regras**. 11ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- ANDRADE, Maristela Oliveira de. **Cultura e tradição nordestina: ensaios de história cultural e intelectual**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Manufatura / Fundação João Fernandes da Cunha, 2000.
- ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro e interação**. 8ª ed. São Paulo: Parábola, 2009.
- _____. Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de língua sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola, 2007.
- ARANHA, Maria Lúcia; MARTINS, Maria Helena. **Filosofando: introdução à filosofia**. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 2009.
- ARAÚJO, Inés. Filosofia da Ciência. In: CASTRO, Susana (org.). **Introdução à Filosofia**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée e Hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. **DRLAV 26**. Paris, 1982, p. 91-115 (mimeo).
- _____. **Palavras incertas: As não-coincidências do dizer**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2001.
- BARROS, Thiago. Por uma teoria do discurso: reconsiderações histórico-conceituais. In: **Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso: inflexões histórico-conceituais** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 27-71. Formato Ebook.
- BAKHTIN. Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. A avaliação dos livros didáticos: para entender o programa nacional do livro didático (PNLD). In: ROJO, Roxane. ; BATISTA, Antônio Augusto Gomes (orgs.). **Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2003, p. 25-68.

BEAUGRANDE, Robert de. Teoria linguística y metateoria para una ciencia del Texto. In: **Linguística del texto**. ed. por E. BERNÁRDEZ, 1984. p. 35-94.

BENEDICT, Ruth. **Padrões de cultura**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de. Em busca da Qualidade PNLD – História – 1996 – 2004. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). **Livros Didáticos de História e Geografia. Avaliação e Pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 27 – 53.

BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira: temas e situações**. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

_____. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. p. 107-132.

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 5ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Guia do Livro Didático 2007: Apresentação: séries / anos iniciais do ensino fundamental**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares nacionais: Língua Portuguesa – 5.º a 8.º séries**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BUNZEN JÚNIOR, Clécio dos Santos. **O livro didático de língua portuguesa: um gênero do discurso**. (2005). Dissertação (Mestrado). Campinas: Instituto de estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. 2005.

CÂNDIDO, Antônio. **A educação pela noite e outros ensaios**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

CARVALHO, Eros. **Kuhn e a racionalidade na escolha científica**. Disponível em: http://www.academia.edu/4265687/Kuhn_e_a_racionalidade_da_escolha_cient%C3%ADfica. Acesso em 17 de maio de 2018.

CASTRO, Iná Elias de. Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste. In ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

CATENACCI, Viviam. Cultura popular entre a tradição e a transformação. In: **São Paulo em Perspectiva**, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**. O direito à cultura. 1ª. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHIBENI, Silvio Seno. **O que é Ciência?** Disponível em: <http://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/ciencia.pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2018.

COELHO, Nelly Novaes. Solidão e luta em Graciliano. In: BRAYNER, Sônia (Org.). **Graciliano Ramos (coletânea)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978. p. 60-73.

CORACINI, Maria José. O livro didático nos discursos da Linguística Aplicada e da sala de aula. In: CORACINI, M. J. (org.) **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2011.

DARÓZ, Elaine Pereira; AZEVEDO, Nadia Pereira Gonçalves; SILVA, Silmara Dela. Linguagem e produção de sentidos: a perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso. In: BARROS et al (Orgs.). **Ensino, texto e discurso**. Curitiba: Editora CRV, 2014.

DE NARDI, Fabiele Stockmans. **Um olhar discursivo sobre língua, cultura e identidade**: Reflexões sobre o livro didático para o ensino de espanhol como língua estrangeira. 2007. Tese (Doutorado). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2ª ed. São Carlos: Claraluz, 2001, p. 12-21.

_____. De sujeito a subjetividade na análise do discurso. In: SARGENTINI, V. GREGOLIN, M. R.(org.). **Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Mídia e lugares de memória discursiva. In: **Mídia e redes de memória**. FONSECA-SILVA, Maria da Conceição; POSSENTI, Sírio (Orgs). Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007. p. 11-37.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008.

FREITAS, Cleidson Jacinto. **A Compreensão de texto em provas de Língua Portuguesa em concursos públicos**. 2011. Dissertação (Mestrado). Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Pernambuco. 2011.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista**. 6ª ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976. 80 p.

_____. **Unidade e diversidade, nação e região**. Interpretação do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5ª ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2014.

GALVÃO, Pedro. Positivismo Lógico. In: BRANQUINHO; João. GOMES; Nelson; MURCHO, Desidério (Org.). **Enciclopédia de Termos Lógico - Filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GATTI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil**. Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1ª ed. 13. reimpressão. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

GRIGOLETTO, Evandra. **Sob o rótulo do novo, a presença do velho: análise do funcionamento da repetição e das relações divino/temporal no discurso da renovação carismática católica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

GRIGOLETTO, Marisa. Leitura e funcionamento discursivo do livro didático. In: CORACINI, Maria José Farias (Org.). **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**. Campinas: Pontes, 1999. p. 67– 77.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Thomas, Tadeu (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

HEIDEGGER, Martin. A Linguagem. In: **A Caminho da Linguagem**. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

INDURSKY, Freda; LEONARDO FERREIRA, Maria Cristina (Org.). Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar. São Paulo: Claraluz, 2005.

_____. Unicidade, desdobramentos, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (Orgs.). **Práticas Discursivas e Identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova: 2008.

JACKS, Nilda. **Mídia nativa, indústria cultural e indústria regional**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

KOMESU, Fabiana. **Homenagem a Michel Pêcheux: 25 anos de presença na análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 11ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____. **A tensão essencial**. Lisboa: Edições 70, 1989.

LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. (Org.). **A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento**. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1979.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 25 reimpr. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. In: ORLANDI, E. P. **Gestos de leitura: da história no discurso**. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. p.9-22.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora; MACHADO, Anna Raquel. (org). **Gêneros textuais & ensino**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

_____. O papel da Linguística no ensino de línguas. **Anais do I Encontro de Estudos Linguístico-Culturais da UFPE**, 2000.

MARINHO, Luciana. Graciliano Ramos e Gilberto Freyre: tempo e imagens sociais da pobreza. In: CORDIVIOLA, Alfredo (Org.). **Um projeto inacabado: identidades latino-americanas no ensaio do século 20**. Recife: Edições bagaço, 2001. p. 102-111.

MARTINS, F.; SOUZA, V. L. **O conceito de subjetividade nas teorias sócio-históricas**. Disponível em: <http://docplayer.com.br/6128307-O-conceito-de-subjetividade-nas-teorias-socio-historicas.html>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

MINAYO. Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Socioconstrucionismo: discurso e identidade social. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (Org.). **Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003. p. 13-38.

MORAES, Marcílio do Nascimento. **A historiografia da ciência de Thomas Kuhn: a ciência vista em seu contexto histórico**. 2009. 25 f. Monografia (graduação) – Centro de ciências exatas e da natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

MORAIS, Argus Romero. **Os imaginários sociodiscursivos acerca do nordeste brasileiro**. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 7, p. 22-38, dez de 2014

MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Educação escolar e culturas: construindo caminhos**. Revista Brasileira de Educação, n.23, mai-ago, 2003.

MUNAKATA, Kazumi. Investigações acerca dos livros escolares no Brasil: das ideias à materialidade. In: **VI Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana**. Historia de las ideas, actores e instituciones educativas - Memoria del VI Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana. San Luis Potosí: El Colegio de San Luis, 2003. v. 1. p. 1-15.

NASCIMENTO, Maria Eliza Freitas. **Sentido, memória e identidade no discurso poético de Patativa do Assaré**. Recife: bagaço, 2010.

NARODOWSKI, Mariano. **Infância e poder: conformação da pedagogia moderna**. Bragança Paulista: Universidade de São Francisco, 2001.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro 1870-1920**. São Paulo: Annablume, 1998. 160 p.

NECKEL, Nádia Regina Maffi; MILANI, Maria Luiza (Orgs.). **Cultura: fases do desenvolvimento**. Blumenau: Nova Letra, 2010.

NETO, Carlos Gustavo. **Incomensurabilidade sem paradigma: a revolução epistemológica de Thomas Kuhn**. 2007. 154 f. Dissertação (mestrado em filosofia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo – RS.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: Princípios e procedimento**. 10ª ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. **Discurso e texto: formulações e circulação dos sentidos**. Campinas-SP: Pontes, 2001.

_____. **Gestos de leitura da história no discurso**. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

_____. Identidade Linguística Escolar. In: SIGNORINI, I. (Org.). **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas: Mercado Aberto, 1998.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis: Vozes, 1978.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3ª ed. Campinas: editora da Unicamp, 1997.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni Punicelli Orlandi. 5ª ed. São Paulo: Pontes, 2008.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi (et al.). 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____. Papel da memória. In: Achard, P. et al. Papel da memória (Nunes, J.H., Trad. e Intr.). Campinas: Pontes, 1999.

PEDRO, Emilia Ribeiro. **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho, 1997.

PENNA, Maria Lucia Fernandes. Identidade social, linguagem e discurso. 1997. Tese (Doutorado). Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Pernambuco. 1997.

PFROMM NETO, Samuel; ROSAMILHA, Nelson; DIB, Cláudio Zaki. (Org.). **O livro na educação**. Rio de Janeiro: Primor/ MEC, 1974. 256 p.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011.

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

RAMOS Graciliano. **Vidas secas**. Rio de Janeiro: Record, 1975.

REGO, José Lins do. **Menino de engenho**. 8ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

SANTOS, Boaventura de S. **O social e o político na pós-Modernidade**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS (2), Júlio Neto dos. **Renovação do discurso sobre o Nordeste e sobre a identidade nordestina através do sincretismo cultural em letras de músicas do Tropicalismo**. 2012. Dissertação (Mestrado). Pau dos Ferros: Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. 2012

SILVA. Claudemir dos Santos. **A mudança de posição na formação discursiva em sujeitos com gagueira: uma análise discursiva**. 2016. Dissertação (Mestrado). Recife: Programa de Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco. 2016.

SILVA(2), Ezequiel Theodoro. **Criticidade e leitura**. Ensaios. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SOARES, Magda (1996). "Um olhar sobre o livro didático". In: **Presença Pedagógica**. Volume 2. Nº 12 Dimensão.

_____. Que professores de português queremos formar? **Revista Movimento**, n. 3, p. 149-55, 2001.

SOUZA, T. **A concepção de ciência em Thomas Kuhn**. 2012. 44 f. Monografia (graduação) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília – DF.

SUASSUNA, Ariano. **O auto da Compadecida**. 34ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 2002.

SUASSUNA(2), L. **Ensaio de pedagogia da língua portuguesa**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, p.101 a 119, 2009.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática: ensino plural**. São Paulo: Cortez, 2003.

TOZZINI, Daniel Laskowski. **Objetividade e racionalidade na filosofia da ciência de Thomas Kuhn**. 2011. 104 f. Dissertação (mestrado em filosofia)– Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR.

VALLE, Edênio; QUEIRÓZ, José J (Orgs.). **A cultura do povo**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1988.

VOESE, Ingo. **Análise do Discurso e o Ensino de Língua Portuguesa**. São Paulo: Cortez, 2004.

WHITE, Leslie A.; DILLINGHAM, Beth. Tradução: Teresa Dias Carneiro. **O conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

Z Aidan Filho, Michel. **O fim do Nordeste e outros mitos**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa época)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura_da_regi%C3%A3o_Nordeste_do_Brasil. Acesso em 17 de fevereiro de 2018.

<http://www.todamateria.com.br/cultura-do-nordeste/>. Acesso em 17 de fevereiro de 2018.

<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/08/Louis-Althusser-Aparelhos-Ideologicos-e-a-Escola-M-Cassin.pdf>. Acesso em 10 de fevereiro de 2018.

ANEXOS:

ANEXO A – <i>Manifesto Regionalista</i>	131
ANEXO B – <i>Telas da série “Os Retirantes” de Cândido Portinari</i>	142
ANEXO C – <i>Texto: “Seca no Nordeste preocupa ONU”</i>	143
ANEXO D – <i>Texto: ‘Quem está pior merece o melhor’</i>	144
ANEXO E – <i>Canção “Último pau de arara”</i>	145
ANEXO F – <i>Imagem da festa do Bumba meu boi</i>	146
ANEXO G – <i>Texto de abertura do espetáculo “Marco do meio-dia”</i>	147
ANEXO H – <i>Questão 3, livro do 7º ano, página 18</i>	148
ANEXO I – <i>Diálogo inicial do livro “Auto da Compadecida”</i>	149
ANEXO J – <i>Questão 8, livro do 7º ano, página 22</i>	150
ANEXO K – <i>Tela “Procissão” de Maria Guadalupe</i>	151
ANEXO L – <i>Canção de Gilberto Gil “Procissão” e imagem do Círio de Nazaré</i>	152
ANEXO M – <i>Imagem de uma família do sertão do Piauí</i>	153
ANEXO N – <i>Texto: “A indústria da seca no Nordeste”</i>	154
ANEXO O – <i>Informações sobre o pintor Cândido Portinari</i>	155
ANEXO P – <i>Canção “Alagado”</i>	156
ANEXO Q – <i>Fragmento do romance Vidas Secas</i>	157
ANEXO R – <i>Texto sobre a importância da rapadura</i>	158
Anexo S – <i>Conto Muribeca</i>	159

ANEXO A – MANIFESTO REGIONALISTA

O Manifesto que se segue foi lido no Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo que se reuniu na cidade do Recife, durante o mês de fevereiro de 1926 e que foi o primeiro do gênero, não só no Brasil como na América, só depois do Congresso do Recife tendo se reunido nos Estados Unidos a Conferência Regionalista de Charlottesville (Virgínia), com o apoio de Franklin D. Roosevelt e de outros eminentes norte-americanos e do qual participou o autor do "Manifesto de 1926" do Recife, por iniciativa e convite do seu colega Ruediger Bilden. Divulgado em parte por jornais da época, este "Manifesto" é, pela quinta vez, publicado na íntegra, agora por iniciativa do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Apareceu em primeira edição em 1952 lançado pela Editora Região. A presente edição - a 5a - aparece, como a 4a, revista e prefaciada pelo autor. Mas sem nenhuma alteração essencial ao texto lido em 1926 e publicado em 1952.

Há dois ou três anos que se esboça nesta velha metrópole regional que é o Recife um movimento de reabilitação de valores regionais e tradicionais desta parte do Brasil: movimento de que mestres autênticos como o humanista João Ribeiro e o poeta Manuel Bandeira vão tomando conhecimento e a que agora se juntam pela simpatia, quando não pela solidariedade ativa e até militante, não só norte-americanos como Francis Butler Simkins - que anuncia dever a um brasileiro do Recife seu critério regional de estudar a história do Sul dos Estados Unidos, - franceses como Regis de Beaulieu e alemães como Ruediger Bilden como alguns dos mais adiantados arquitetos, urbanistas e homens de letras do Rio. Concorrem eles ao Congresso de Regionalismo do Recife com trabalhos e teses acrescentando suas contribuições às de homens do próprio Nordeste ou aqui radicados: homens públicos ou de ciência, preocupados com problemas urbanos e rurais da região como Amaury de Medeiros, Gouveia de Barros e Ulysses Pernambucano; homens de letras empenhados na defesa dos nossos valores históricos como Carlos Lyra Filho, Luiz Cedro, Samuel Campêlo, Aníbal Fernandes, Joaquim Cardoso, Mário Melo, Mario Sette, Manuel Caetano de Albuquerque e seu filho José Maria - tão pichoso na arte da fotografia quanto na da tipografia; homens de saber interessados em dar sentido regional ao ensino, à organização universitária e à cultura intelectual entre nós, conto Odilon Nestor e Morais Coutinho, Alfredo Freyre e Antônio Inácio; velhos lavradores ou homens de campo voltados inteligentemente para os problemas de defesa e valorização da paisagem ou da vida nos seus aspectos rurais ou folclóricos, como Júlio Bello, Samuel Hardman, Gaspar Peres, Pedro Paranhos e Leite Oiticica. Homens, todos esses, com o sentido de regionalidade acima do de pernambucanidade - tão intenso ou absorvente num Mário Sette - do de paraibanidade - tão vivo em José Américo de Almeida - ou do de alagoanidade - tão intenso em Otávio Brandão - de cada um; e esse sentido por assim dizer eterno em sua forma - o modo regional e não apenas provincial de ser alguém de sua terra - manifestado numa realidade ou expresso numa substância talvez mais lírica que geográfica e certamente mais social do que política. Realidade que a expressão "Nordeste" define sem que a pesquisa científica a tenha explorado até hoje, sob o critério regional da paisagem, a não ser em raras obras como a de um Von Luetzelburg, admirável ecologista alemão ainda mais identificado conosco do que Konrad Guenther, o sábio fitopatologista, que há pouco visitou esta parte do Brasil a convite de um de nós - Samuel Hardman - enquanto, a meu convite, aqui já estiveram, tomando contato com tradições e problemas da região, meus antigos colegas na Universidade de Columbia, Ruediger Bilden e senhora Francis Butler Simkins, o mesmo prometendo fazer ainda este ano meu companheiro francês de aventuras intelectuais em Paris, Regis de Beaulieu: aquele que tendo me levado a conhecer seu mestre, Charles Maurras, não hesitou em mais de uma vez sentar-se co-migo numa La Rotonde ainda quente da presença de Lenine.

Toda terça-feira, um grupo apolítico de "Regionalistas" vem se reunindo na casa do Professor Odilon Nestor, em volta da mesa de chá com sequilhos e doces tradicionais da região - inclusive sorvete de Coração da Índia - preparados por mãos de sinhás. Discutem-se então, em voz mais de conversa que de discurso, problemas do Nordeste. Assim tem sido o Movimento Regionalista que hoje se afirma neste Congresso: acadêmico mas constante. Animado por homens práticos como Samuel Hardman e não apenas por poetas como Odilon Nestor; por homens politicamente da "esquerda" como Alfredo Morais Coutinho e da extrema "direita" como Carlos Lyra Filho.

Seu fim não é desenvolver a mística de que, no Brasil, só o Nordeste tenha valor, só os sequilhos feitos por mãos pernambucanas ou paraibanas de sinhás sejam gostosos, só as rendas e redes feitas por cearense ou alagoano tenham graça, só os problemas da região da cana ou da área das secas ou da do algodão apresentem importância. Os animadores desta nova espécie de regionalismo desejam ver se desenvolverem no País outros regionalismos que se juntem ao do Nordeste, dando ao movimento o sentido organicamente brasileiro e, até, americano, quando não mais amplo, que ele deve ter.

A maior injustiça que se poderia fazer a um regionalismo como o nosso seria confundi-lo com separatismo ou com bairrismo. Com anti-internacionalismo, anti-universalismo ou anti-nacionalismo. Ele é tão contrário a qualquer espécie de separatismo que, mais unionista que o atual e precário unionismo brasileiro, visa a superação do estadualismo, lamentavelmente desenvolvido aqui pela República - este sim, separatista - para substituí-lo por novo e flexível sistema em que as regiões, mais importantes que os Estados, se completem e

se integrem ativa e criadoramente numa verdadeira organização nacional. Pois são modos de ser - os caracterizados no brasileiro por suas formas regionais de expressão - que pedem estudos ou indagações dentro de um critério de inter-relação que ao mesmo tempo que amplie, no nosso caso, o que é pernambucano, paraibano, norte-riograndense, piauiense e até maranhense, ou alagoano ou cearense em nordestino, articule o que é nordestino em conjunto com o que é geral e difusamente brasileiro ou vagamente americano.

Dizendo sistema não sei se emprego a expressão exata. Nosso movimento não pretende senão inspirar uma nova organização do Brasil. Uma nova organização em que as vestes em que anda metida a República - roupas feitas, roupagens exóticas, veludos para frios, peles para gelos que não existem por aqui - sejam substituídas não por outras roupas feitas por modista estrangeira mas por vestido ou simplesmente túnica costurada pachorrentamente em casa: aos poucos e toda sob medida.

Daí ser perigoso falar-se precipitadamente num novo "sistema" quando o caminho indicado pelo bom senso para a reorganização nacional parece ser o de dar-se, antes de tudo, atenção ao corpo do Brasil, vítima, desde que é nação, das estrangeirices que lhe têm sido impostas, sem nenhum respeito pelas peculiaridades e desigualdades da sua configuração física e social; e com uma outra pena de índio ou um ou outro papo de tucano a disfarçar o exotismo norte-europeu do traje. Primeiro, sacrificaram-se as Províncias ao imperialismo da Corte: uma Corte afrancesada ou anglicizada. Com a República - esta ianquizada - as Províncias foram substituídas por Estados grandes e ricos, nem policiar as turbulências balcânicas de alguns dos pequenos em população e que deviam ser ainda Territórios e não, prematuramente, Estados.

Essa desorganização constante parece resultar principalmente do fato de que as regiões vêm sendo esquecidas pelos estadistas e legisladores brasileiros, uns preocupados com os "direitos dos Estados", outros, com as "necessidades de união nacional", quando a preocupação máxima de todos deveria ser a de articulação inter-regional. Pois de regiões é que o Brasil, sociologicamente, é feito, desde os seus primeiros dias. Regiões naturais a que se sobrepujaram regiões sociais.

De modo que sendo essa a sua configuração, o que se impõe aos estadistas e legisladores nacionais é pensarem e agirem inter-regionalmente. E lembrarem-se sempre de que governam regiões e de que legislam para regiões interdependentes, cuja realidade não deve ser esquecida nunca pelas ficções necessárias, dentro dos seus limites, de "União" e de "Estado". O conjunto de regiões é que forma verdadeiramente o Brasil. Somos um conjunto de regiões antes de sermos uma coleção arbitrária de "Estados", uns grandes, outros pequenos, a se guerrearem economicamente como outras tantas Bulgárias, Sérvias e Montenegros e a fazerem as vezes de partidos políticos - São Paulo contra Minas, Minas contra o Rio Grande do Sul - num jogo perigosíssimo para a unidade nacional.

Regionalmente é que deve o Brasil ser administrado. É claro que administrado sob uma só bandeira e um só governo, pois regionalismo não quer dizer separatismo, ao contrário do que disseram ao Presidente Artur Bernardes. Regionalmente deve ser estudada, sem sacrifício do sentido de sua unidade, a cultura brasileira, do mesmo modo que a natureza; o homem da mesma forma que a paisagem. Regionalmente devem ser considerados os problemas de economia nacional e os de trabalho. Como me aventuro a dizer num arremedo de poema que acabo de entregar ao pintor Luís Jardim, para que ele o ilustre com seu traço admirável: "O mapa do Brasil em vez das cores dos Estados terá as cores das produções e dos trabalhos".

Procurando reabilitar valores e tradições do Nordeste repito que não julgamos estas terras, em grande parte áridas e heroicamente pobres, devastadas pelo cangaço, pela malária e até pela fome, as Terras Santas ou a Cocagne do Brasil. Procuramos defender esses valores e essas tradições, isto sim, do perigo de serem de todo abandonadas, tal o furor neófilo de dirigentes que, entre nós, passam por adiantados e "progressistas" pelo fato de imitarem cega e desbragadamente a novidade estrangeira. A novidade estrangeira de modo geral. De modo particular, nos Estados ou nas Províncias, o que o Rio ou São Paulo consagram como "elegante" e como "moderno": inclusive esse carnavalesco Papai Noel que, esmagando com suas botas de andar em trenó e pisar em neve, as velhas lapinhas brasileiras, verdes, cheirosas, de tempo de verão, está dando uma nota de ridículo aos nossos natais de família, também enfeitados agora com arvorezinhas estrangeiras mandadas vir da Europa ou dos Estados Unidos pelos burgueses mais cheios de requififes e de dinheiro.

Talvez não haja região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter. Vários dos seus valores regionais tornaram-se nacionais depois de impostos aos outros brasileiros menos pela superioridade econômica que o açúcar deu ao Nordeste durante mais de um século do que pela sedução moral e pela fascinação estética dos mesmos valores. Alguns até ganharam renome internacional como o mascavo dos velhos engenhos, a Pau-Brasil das velhas matas, a faca de ponta de Pasmado ou de Olinda, a rede do Ceará, o vermelho conhecido entre pintores europeus antigos por "Pernambuco", a goiabada de Pesqueira, o fervor católico de Dom Vital, o algodão de Seridó, os cavalos de corrida de Paulista, os abacaxis de Goiana, o balão de Augusto Severo, as telas de Rosalvo Ribeiro, o talento diplomático do Barão de Penedo - doutor "honoris causa" de Oxford - e o literário de Joaquim Nabuco - doutor "honoris causa" de universidades anglo-americanas. Como se explicaria, então, que nós, filhos de região tão criadora, é que fôssemos agora abandonar as fontes ou as raízes de valores e tradições de que o Brasil inteiro se orgulha ou de que se vem beneficiando como de valores basicamente nacionais?

Sem se julgar estultamente o sal do Brasil, mas apenas o seu maior e melhor produtor de açúcar nos tempos coloniais - açúcar que está à base de uma doçaria rica como nenhuma, do Império, e à base, também, de uma doce aristocracia de maneiras de gostos, de modos de viver e de sentir, tornada possível pela produção e exportação de um mascavo tão internacionalmente famoso como, depois, o café de São Paulo - o Nordeste tem o direito de considerar-se uma região que já grandemente contribuiu para dar a cultura ou à civilização brasileira autenticidade e originalidade e não apenas doçura ou tempero. Com Duarte Coelho madrugaram na Nova Lusitânia valores europeus, asiáticos, africanos que só depois se estenderam a outras regiões da América Portuguesa. Durante a ocupação holandesa, outros valores aqui surgiram ou foram aqui recriados para benefício do Brasil inteiro. Apenas nos últimos decênios é que o Nordeste vem perdendo a tradição de criador ou recriador de valores para tornar-se uma população quase parasitária ou uma terra apenas de relíquias: o paraíso brasileiro de antiquários e de arqueólogos. Ou o refúgio daqueles patriotas meio necrófilos cujo patriotismo se comenta em poder evocar, nos dias de festas nacionais, glórias remotas e antecipações gloriosas, exagerando-as, nos discursos, dourando-as nos elogios históricos com brilhos falsos, revestindo-as nas composições genealógicas de azuis também excessivamente heráldicos.

Lembro-me - e recordei o fato num dos primeiros artigos que aqui publiquei ao regressar da Europa em 1923 - do interesse com que, há três ou quatro anos, em Versailles, entre fidalgos franceses e aristocratas russos que me deram o gosto ou a impressão de uma Europa já mais histórica do que atual, o velho Clement de Grandprey - ilustre tropicalista e talvez o único espírito moço naquele meio de condes arcaicos e viscondessas velhas - me interrogava: e os mucambos de Pernambuco? Não o maravilhara aqui, nos fins do século XIX, a Igreja da Penha ou o palácio da Estrada de Ferro Central: dois dos primeiros lamentáveis arremedos da civilização que Geddes chamaria paleotécnica com que foi mais ostensivamente perturbada, em sua autenticidade e em seu processo de adaptação ao meio, a arquitetura tradicionalmente portuguesa do Recife: honesta arquitetura cheia de boas reminiscências orientais e africanas, inclusive a da cor, a dos verdes, azuis, roxos, amarelos e vermelhos vivos dos sobrados altos, das casas de sítio, das próprias igrejas. A maior impressão de Clement de Grandprey, em Pernambuco, fora a do simples mucambo, a da "casa do caboclo", a da casa de palha dos pescadores das praias.

É que o mucambo se harmoniza com o clima, com as águas, com as cores, com a natureza, com os coqueiros e as mangueiras, com os verdes e os azuis da região como nenhuma outra construção. Percebeu-o o orientalista francês em sua rápida passagem por Pernambuco do mesmo modo que o perceberia depois o cientista alemão, também pintor, Ph. Von Luetzelburg. Percebem-no os que, sendo da terra, têm olhos para ver e admirar o que é característico da região e para saber separá-lo do simplesmente pitoresco ou curioso. Os que têm olhos para ver a sua Província ou a sua região como Lafcadio Hearn viu a Louisiana e as Índias Ocidentais Francesas.

Com toda a sua primitividade, o mucambo é um valor regional e por extensão, um valor brasileiro, e, mais do que isso, um valor dos trópicos: estes caluniados trópicos que só agora o europeu e o norte-americano vêm redescobrimo e encontrando neles valores e não apenas curiosidades etnográficas ou motivos patológicos para alarmes. O mucambo é um desses valores. Valor pelo que representa de harmonização estética: a da construção humana com a natureza. Valor pelo que representa de adaptação higiênica: a do abrigo humano adaptado à natureza tropical. Valor pelo que representa como solução econômica do problema da casa pobre: a máxima utilização, pelo homem, na natureza regional, representada pela madeira, pela palha, pelo cipó, pelo capim fácil e ao alcance dos pobres.

O mal dos mucambos no Recife, como noutras cidades brasileiras, não está propriamente nos mucambos, mas na sua situação em áreas desprezíveis e hostis à saúde do homem: alagados, pântanos, mangues, lama podre. Bem situado, o mucambo - e a casa rural coberta de palha ou de vegetal seco não nos esqueçamos que se encontra também na Irlanda e na própria Inglaterra - é habitação superior a esses tristes sepulcros nem sempre bem caiados que são, entre nós, tantas das casas de pedra e cal, sem oitões livres e iluminadas apenas por tristonhas clarabóias que apenas disfarçam a falta de luz e a pobreza de ar, dentro das quais vive vida breve ou morre aos poucos - quando não às pressas, arrastada pela tísica galopante - a maior parte da gente média da região, nas cidades e até nos povoados.

Não foi contra os mucambos que se voltou a maior indignação de sanitarista de Saturnino de Brito quando estudou o problema da casa no Recife: foi contra aquelas casas verdadeiramente sepulcrais. Elas, sim, é que pecam contra a natureza regional: e não os mucambos. Não os caluniados mucambos. Não as casa que os "caboclos", os negros, os pardos, os pescadores, os pobres da região levantam eles próprios, às vezes por meio do esforço comum do mutirão, revestindo-as e cobrindo-as de palha, folhas e capins secos que franciscamente defendem os moradores das chuvas e das ventanias fortes sem os privarem do sol, do ar e da luz tropicais.

O mesmo poderia alguém dizer das velhas ruas estreitas do Nordeste. Bem situadas, são entre nós, superiores não só em pitoresco como em higiene às largas. As ruas largas são necessárias - ninguém diz que não, desde que exigidas pelo tráfego moderno; mas não devem excluir as estreitas. Ainda há pouco um estrangeiro viajadíssimo era com que se encantava no Rio de Janeiro: com as velhas ruas estreitas. E não com as largas. Não com avenidas incaracterísticas. Não com as nossas imitações às vezes

ridículas de "boulevards" e de "broadways", por onde a gente que anda a pé só falta derreter-se sob o sol forte com que o bom Deus ora nos favorece, ora nos castiga. Entretanto, quando eu primeiro elogiei aqui as ruas estreitas e lamentei o desaparecimento dos velhos arcos que se harmonizavam com elas e das casas e sobrados pintados de vermelho, de verde, de azul ou revestidos de azulejos - azulejos que chegaram a ser condenados estupidamente, no Recife, por lei municipal - foi como se tivesse escrito heresia em porta de igreja ou obscenidade ou safadeza em muro de colégio de moça. O mesmo quando louvei na cidade do Recife o seu resto de recato mouro: outro absurdo para os modernistas da terra pois as cidades deviam ser todas abertas ao sol e aos olhos dos turistas e nunca fechadas dentro de paredes, muros e rótulas, aqui mais protetoras do homem do que o vidro nos países de pouca luz e de sol parecido com lua.

Reconhecemos a necessidade das ruas largas numa cidade moderna, seja qual for sua situação geográfica ou o sol que a ilumine; mas não nos esqueçamos de que a uma cidade do trópico, por mais comercial ou industrial que se torne, convém certo número de ruas acolhedoramente estreitas nas quais se conserve a sabedoria dos árabes, antigos donos dos trópicos: a sabedoria de ruas como a Estreita do Rosário ou de becos como o do Cirigado que defendam os homens dos excessos de luz, de sol e de calor ou que os protejam com a doçura das suas sombras. A sabedoria das ruas com arcadas, de que o Recife devia estar cheio. A sabedoria das casas com rótulas ou janelas em xadrez, que ainda se surpreendem em ruas velhas daqui e de Olinda.

Ao velho Recife o gênio dos mouros, mestres, em tanta cousa, dos portugueses - aos quais entretanto deram o mau exemplo, tão seguido pelos brasileiros, do horror à árvore - transmitiu a lição preciosa das ruas estreitas; e, sempre que possível, devemos conservá-las ao lado das avenidas americanamente largas - ou como afluentes desses "boulevards" amazônicos - em vez de nos deixarmos desorientar por certo anti-lusismo que vê em tudo que é herança portuguesa um mal a ser desprezado; ou por certo modernismo ou ocidentalismo que vê em tudo o que é antigo ou oriental um arcaísmo a ser abandonado.

Modernismo responsável por outra inovação contra a qual se levanta nosso regionalismo: a horrível mania que hoje nos persegue de mudarmos os mais saborosamente regionais nomes de ruas e de lugares velhos - Rua do Sol, Beco do Peixe Frito, Rua da Saudade, Chora Menino, Sete Pecados Mortais, Encanta Moça - para nomes novos: quase sempre nomes inexpressivos de poderosos do dia. Ou datas insignificadamente políticas.

É outro ponto em que venho insistindo nos meus artigos desde que aqui cheguei; e, como no caso dos mucambos, tal atitude me tem valido não só o soberano desprezo dos engenheiros mais simplistas - místicos do cimento armado e mistagogos das avenidas largas, gente que há anos domina esta como outras cidades do Brasil e, ao contrário dos engenheiros mais esclarecidos, só sabe derrubar igrejas, sobrados de azulejos, arcos como o da Conceição, palmeiras antigas, gameleiras velhas, jardins ou hortos coloniais, contanto que os velhos burgos de fundação portuguesa se assemelhem às mais modernas cidades norte-americanas ou francesas - como a pecha de "blagueur". Ou de literato metido a superior que, farto de viagens pela América do Norte e pela Europa, deseja-se, como um novo e barato Fradique de subúrbio, divertir-se à custa da ingenuidade da gente mais simples de sua Província: daí louvar-lhe os atrasos em vez de glorificar-lhe os progressos. Querer museus com painéis de barro, facas de ponta, cachimbo de matutos, sandálias de sertanejos, miniaturas de almanjarras, figuras de cerâmica, bonecas de pano, carros de boi, e não apenas com relíquias de heróis de guerras e mártires de revoluções gloriosas. Exaltar bumbas-meu-boi, maracatus, mamulengos, pastoris e clubes populares de carnaval, em vez de trabalhar pelo desenvolvimento do "Rádio Clube" ou concorrer para o brilho dos bailes do "Clube Internacional". Levantar-se contra o loteamento de sítios velhos alegando que as cidades precisam de árvores, de hortas, de mato tanto quanto de casas e ruas. Querer os grandes edifícios públicos e as praças decoradas com figuras de homens de trabalho, mestiços, homens de cor em pleno movimento de trabalho, cambiteiros, negros de fornalha de engenho, cabras de trapiches e de almanjarras, pretos carregadores de açúcar, carros de boi cheios de cana, jangadeiros, vaqueiros, mulheres fazendo renda - e não com as imagens convencionais e cor-de-rosa de deusas européias da Fortuna e da Liberdade, de deuses romanos disto e daquilo, de figuras simbólicas das Quatro Estações. Desejar um museu regional cheio de recordações das produções e dos trabalhos da região e não apenas de antiguidades ociosamente burguesas como jóias de baronesas e bengalas de gamenhos do tempo do Império.

Ainda há pouco fui acusado de estar levando satanicamente ao ridículo alguns dos homens mais respeitáveis da região, já envolvidos por mim - dizem os críticos - no que chamam o "carnaval regionalista". Isto porque consegui do velho Leite Oiticica que, do seu engenho das Alagoas, escrevesse para o livro comemorativo do primeiro centenário do Diário de Pernambuco, não um ensaio retoricamente patriótico sobre Deodoro ou Floriano, mas um estudo minucioso e objetivo da arte da renda no Nordeste que, ilustrado, à base de amostras de rendas vindas de Alagoas, por desenhista digno da melhor admiração brasileira - Manoel Bandeira - enriquece aquele livro com páginas verdadeiramente originais de documentação e interpretação da vida regional; de Odilon Nestor, que recordasse a vida do estudante no Recife do Século XIX e não as doutrinas alemãs aqui divulgadas um tanto pedantescamente por Tobias; de Júlio Bello, que contribuísse para a mesma obra comemorativa, não evocando em tom de discurso de Instituto Histórico os heróis de Guararapes ou os Patriotas de 17, mas os bumbas-meu-boi, as cheganças, os pastoris, os mamulengos dos engenhos da região.

Este próprio Congresso - o Primeiro Congresso de Regionalismo que se realiza no Brasil e, talvez, na América e, dentro do seu programa, diferente de quantos têm sido realizados noutros países onde já floresce, com outros aspectos, a idéia regionalista, animada na França pelo espírito poético de Mistral e pela inteligência realista de Maurras - está sendo criticado pelos mesmos aristarcos por se afastar rasgada e afoitamente dos estilos convencionais dos congressos; e juntar as vozes de sábios higienistas como a de Gouveia de Barros, às de poetas folcloristas como Ascenso Ferreira; a comemorações ou a cultos como o da palmeira, o de plantas humildemente provincianas ou regionais como o jasmim-de-banha ou a erva-cidreira ou mesmo o pega-pinto, de que a medicina caseira prepara chás tão úteis; à evocação de velhas modinhas dos salões do tempo de Pedro II a revivescência de divertimentos da gente mais plebeiramente do povo que os requintados desprezam como "cousas de negros": maracatus, bumba-meu-boi, mamulengo, coco, fandango, xangô, nautarineta.

Mas o pecado maior contra a Civilização e o Progresso, contra o Bom Senso e o Bom Gosto e até os Bons Costumes que estaria sendo cometido pelo grupo de regionalistas a quem se deve a idéia ou a organização deste Congresso, estaria em procurar reanimar não só a arte arcaica dos quitutes finos e caros em que se esmeraram, nas velhas casas patriarcais, algumas senhoras das mais ilustres famílias da região e que está sendo esquecida pelos doces dos confeitores franceses e italianos, como a arte - popular como a do barro, a do cesto, a da palha de Ouricuri, a de piaçava, a dos cachimbos e dos santos de pau, a das esteiras, a dos ex-votos, a das redes, a das rendas e bicos, a dos brinquedos de meninos feitos de sabugo de milho, de canudo de mamão, de lata de doce de goiaba, de quenga de coco, de cabaça - que é, no Nordeste, o preparado do doce, do bolo, do quitute de tabuleiro, feito por mãos negras e pardas com uma perícia que iguala, e às vezes excede, a das sinhás brancas.

Pois há comidas que não são as mesmas compradas nos tabuleiros que feitas em casa. Arroz doce, por exemplo, é quase sempre mais gostoso feito por mão de negra de tabuleiro que em casa. E o mesmo é certo de outros doces e de outros quitutes. Do peixe frito, por exemplo, que só tem graça feito por preta de tabuleiro. Da tapioca molhada, que "de rua" e servida em folha de bananeira é que é mais gostosa. Do sarapatel: outro prato que em mercado ou quitanda é mais saboroso do que em casa finamente burguesa - opinião que não é só minha, mas do meu amigo e companheiro de ceias nos mercados e no Dudu, o grande juiz e grande jornalista Manuel Caetano de Albuquerque e Melo.

As negras de tabuleiro e de quitanda como que guardam maçonicamente segredos que não transmitem às sinhás brancas do mesmo modo que entre as casas ilustres, umas famílias vêm escondendo das outras receitas de velhos bolos e doces que se conservam há anos especialidade ou segredo ou singularidade de família. Daí o fato de se sucederem gerações de quituteiras quase como gerações de artistas da Idade Média: donas de segredos que não transmitem aos estranhos.

Feitos estes reparos, estou inteiramente dentro de um dos assuntos que me pareceu dever ser versado por alguém neste Congresso: os valores culinários do Nordeste. A significação social e cultural desses valores. A importância deles: quer dos quitutes finos, quer dos populares. A necessidade de serem todos defendidos pela gente do Nordeste contra a crescente descaracterização da cozinha regional.

Só na falta de voz que versasse autorizadamente o assunto, de ponto de vista ao mesmo tempo regionalista e técnico, é que me animo a fazê-lo. Ousadia que os competentes não de desculpar ao intruso.

A verdade é que não só de espírito vive o homem: vive também do pão - inclusive do pão-de-ló, do pão-doce, do bolo que é ainda pão. Não só com os problemas de belas artes, de urbanismo, de arquitetura, de higiene, de engenharia, de administração deve preocupar-se o regionalista: também com os problemas de culinária, de alimentação, de nutrição.

Três regiões culinárias destacam-se hoje no Brasil: a Baiana, a Nordestina e a Mineira. A Baiana é decerto a mais poderosamente imperial das três. Mas talvez não seja a mais importante do ponto de vista sociologicamente brasileiro.

Outras tradições culinárias menos importantes, poderiam ser acrescentadas, com suas cores próprias, ao mapa que se organizasse das variações de mesa. Sobremesa e tabuleiro em nosso país: a região do extremo Norte, com a predominância de influência indígena e dos complexos culinários da tartaruga - da qual se prepara ali uma rica variedade de quitutes - e da castanha, que se salienta não só na confeitaria como nas próprias sopas regionais - tudo refrescado com o açaí célebre: "chegou ao Pará, parou, tomou açaí, ficou"; a região fluminense e norte-paulista, irmã da nordestina em muita coisa pois se apresenta condicionada por idênticas tradições agrário-patriarcais a mais de uma sub-região fluminense, pelo mesmo uso farto do açúcar; a região gaúcha, em que a mesa é um tanto rústica, embora mais farta que as outras em boa carne, caracteristicamente comida como churrasco quase cru e a faca de ponta. O mais poderia ser descrito, do ponto de vista culinário, como sertão: áreas caracterizadas por uma cozinha ainda agreste; pelo uso da carne seca, de sol ou do Ceará com farinha: do leite, da umbuzada e do requeijão; pelo uso, também, do quibebe, franciscanamente simples, e da rapadura; e, nas florestas do centro do País, pela utilização da caça e do peixe de rio - tudo ascética e rústicamente preparado.

A influência portuguesa onde parece manifestar-se ainda hoje mais forte é no litoral, do Maranhão ao Rio de Janeiro. Ao Rio de Janeiro ou a Santos. No Rio os melhores restaurantes continuam os portugueses com suas peixadas e suas iscas à moda do Porto ou do Minho. A influência africana sobressai na Bahia. A influência ameríndia é - repita-se - particularmente notável no extremo Norte. E no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina encontram-se traços consideráveis de influência espanhola e de influência alemã, a darem novos sabores aos pratos e novas aparências aos velhos hábitos lusitanos, açorianos ou paulistas de alimentação; em São Paulo e no Paraná, sinais de influência italiana e alguma influência síria ou árabe, além da israelita, presente também no Rio de Janeiro, embora não revele o poder de expansão das outras. Mas como noutras artes, as três grandes influências de cultura que se encontram à base das principais cozinhas regionais brasileiras e de sua estética são a portuguesa, a africana e a ameríndia, com as predominâncias regionais já assinaladas.

Onde parece que essas três influências melhor se equilibraram ou harmonizaram foi na cozinha do Nordeste agrário onde não há nem excesso português como na capital do Brasil nem excesso africano como na Bahia nem quase exclusividade ameríndia como no extremo Norte, porém o equilíbrio. O equilíbrio que Joaquim Nabuco atribuíra à própria natureza pernambucana.

É claro que a dívida da cozinha brasileira, em geral, e do Nordeste agrário, em particular, às tradições de forno e de fogão de Portugal, é uma dívida intensa. Sem esse lastro, de toucinho e de paio, de grão-de-bico e de couve, bem diversa seria a situação culinária do Brasil. Não haveria unidade nacional sob a variedade regional.

Não nos esqueçamos de que a colonização do Brasil se iniciou na época em que a mesa de Portugal se aprimorara na "primeira da Europa": opinião um tanto jornalística de Ramalho Ortigão que os estudos de história social parecem de certo modo confirmar. O português com seu gênio de assimilação trouxera para sua mesa alimentos, temperos, doces, aromas, cores, adornos de pratos, costumes e ritos de alimentação das mais requintadas civilizações do Oriente e do Norte da África. Esses valores e esses ritos se juntaram a combinações já antigas de pratos cristãos com quitutes mouros e israelitas, entre os quais, segundo parece, se deve situar o famoso cozido à portuguesa, parente do "puchero". O costume da feijoada "dormida" parece ter sido assimilado pelo luso-brasileiro, do israelita, amigo desses mistérios por gosto e pela necessidade de esconder certos quitutes como que de ritual ou liturgia, dos olhos de Cristãos Velhos e segundo seus dias de preceito.

Desenvolveram-se aquelas combinações nos palácios, nas casas nobres, nas casas burguesas, nas tavernas plebéias dos portos ou das cidades marítimas, mas, de modo todo particular, nos mosteiros. Nas vastas cozinhas dos mosteiros que, em Portugal, conservaram-se até a decadência das ordens monásticas e até mesmo depois dela, verdadeiros laboratórios onde novos sabores ou gostos de carne, de peixe, de açúcar, de arroz, de canela, de verdura, foram descobertos ou inventados por monges voluptuosos e pacientes, peritos no preparo de molhos e temperos capazes de despertar os paladares mais lânguidos como outros afrodisíacos, do sexo, já quase moribundo, dos homens velhos ou gastos. Às freiras devem-se doces, bolos, pastéis, sobremesas, gulodices, também caracteristicamente luso-monásticos. Nos seus conventos, especializaram-se na arte de também adquirirem, com relação ao paladar, caráter um tanto afrodisíaco. Que o digam os nomes de alguns desses pastéis de freiras - já notados pelo erudito Afrânio Peixoto - e também - acrescentamos nós - os de vários doces da doçaria popular ou plebéia de Portugal. Até "testículos de São Gonçalo" se intitula um, mais pagã e grosseiramente plebeu.

Todas essas tradições de mesa e sobremesa de Portugal - a cristã, a pagã, a moura, a israelita, a palaciana, a burguesa, a camponesa, a monástica ou fradesca, a freirática - transmitiu-as de algum modo Portugal ao Brasil, onde as matronas portuguesas - é a informação de Gabriel Soares de Souza - não tardaram a aventurar-se a combinações novas com as carnes, os frutos, as ervas e os temperos da terra americana. Aventuras de experimentação continuadas pelas brasileiras, senhoras de engenho, pelas sinhás das casas-grandes, umas, grandes quituteiras, outras, doceiras, quase todas peritas no fabrico do vinho de caju, do licor de maracujá, da garapa de tamarindo: símbolos da hospitalidade patriarcal, nesta parte do Brasil, antes de o "cafezinho" ter-se generalizado como sinal de cortesia ou boas vindas.

Por outro lado, onde se foi levantando um mosteiro ou um recolhimento de religiosos ou um convento de freiras é quase certo que foi também se erguendo no Brasil um novo reduto de valores culinários. Um novo laboratório em que frades ou freiras se especializaram em inventar novas combinações culinárias, dentro das boas tradições portuguesas como "o eclesiástico paio" e o "gótico presunto fumeiro", a que se refere Ortigão.

A tais mestres se juntaram cunhãs e negras Minas com seu saber também considerável de ervas, de temperos, de raízes, de frutos, de animais dos trópicos: ervas, frutos e animais bons para o forno e para o fogão. E esse saber não seria o português, sempre amigo das aventuras e dos descobrimentos, sempre franciscanamente disposto a confraternizar com os irmãos pardos e negros, que o desprezasse. O que explica a crescente influência ameríndia e africana sobre a mesa e a sobremesa do colonizador, por intermédio não só de cunhãs e negras Minas como de cozinheiros ou mestres-cucas: em geral pretalhões efeminados ou amaricados.

E sempre muito lírico, o português foi dando aos seus doces e quitutes, no Brasil, nomes tão delicados como os de alguns de seus poemas ou de seus madrigais: Pudim de Iaiá, Arrufos de Sinhá, Bolo de Noiva,

Pudim de Veludo. Nomes macios como os próprios doces. E não apenas nomes de um cru realismo, às vezes lúbrico, como "barriga de freira".

Enquanto isto, foi se mantendo a tradição, vinda de Portugal, de muito quitute mourisco ou africano: o alfenim, o alféloa, o cuscuz, por exemplo. Foram eles se conservando nos tabuleiros ao lado dos brasileirismos: as cocadas - talvez adaptação de doce indiano, as castanhas de caju confeitadas, as rapaduras, os doces secos de caju, o bolo de goma, o munguzá, a pamonha servida em palha de milho, a tapioca seca e molhada, vendida em folha de bananeira, a farinha de castanha em cartucho, o manuê. E o tabuleiro foi se tornando, nas principais cidades do Brasil, e não apenas do Nordeste, expressão de uma arte, uma ciência, uma especialidade das "baianas" ou das negras: mulheres, quase sempre imensas de gordas que, sentadas à esquina de uma rua ou à sombra de uma igreja, pareciam tornar-se, de tão corpulentas, o centro da rua ou do pátio da igreja. Sua majestade em às vezes a de monumentos. Estátuas gigantescas de carne. E não simples mulheres iguais às outras.

Muitas envelheceram como que eternas, como os monumentos - as fontes, os chafarizes, as árvores matriarcais - vendendo, no mesmo pátio ou na mesma esquina, doce ou bolo a três gerações de meninos e até homens gulosos. Algumas ficaram famosas pelo asseio dos seus trajes de cor e das mãos pretas ou pardas; pela alvura dos panos quase de altar de igreja dos seus tabuleiros; pelo primor dos enfeites de papel azul, vermelho, verde, amarelo, dentro dos quais arrumavam seus doces ou seus quitutes; papéis caprichosamente recortados. Outras, pelos seus pregões. Outras, ainda, pelos seus cabeções picados de rendas, pelos seus panos da Costa, pelas suas chinelas, pelos seus balagandãs, pelos seus turbantes, pelas suas tetéias, pelo seu ar de princesas ou de rainhas não de maracatus, mas de verdade; pelos angus que só elas sabiam fazer tão gostosos. Rara é a meninice, raro é o passado de brasileiro, hoje pessoa grande ou grave, a que falte a imagem de uma negra dessas, vendedora quase mística de angu, de tapioca ou de bolo ou alfenim recortado em forma de gente, de cachimbo, de bicho, de árvore, de estrela. Ou a figura de uma mãe, avó, tia, madrinha, senhora de engenho, que o tenha iniciado nos segredos da glutoneria das casas-grandes.

Dos velhos engenhos da região é raro o que não tenha tido sua especialidade culinária mesmo modesta: um quibebe ou um pirão ou uma farofa mais gostosa que as outras. Alguns foram famosos por seus senhores, grandes quituteiros ou simples regalões e até gulões. Que o diga o nome de Jundiá do Guloso. E de vários engenhos mais ricos se sabe que, para regalo dos papa-pirões, conservaram até há pouco tempo a tradição da mesa larga e sempre pronta a receber hóspedes, como se todo dia fosse neles dia santo ou dia de festa: sábado de aleluia alegrado pelas fritadas de siris; São João colorido pelo amarelo das canjicas salpicadas de canela e pelas pamonhas envolvidas em palha de milho verde; ou Carnaval adoçado pelos filhós com mel de engenho. Tradição, essa de casa de engenho de mesa farta, vinda de época remota. O Padre Cardim, que esteve no Brasil no século XVI, refere-se aos jantares festivos com que os senhores de engenhos mais opulentos - e às vezes endividados - de Pernambuco se regalavam com vinhos e comidas raras. E as crônicas do domínio holandês no Nordeste registram igualmente jantares e até banquetes suntuosos, alguns dados pelo próprio Conde Maurício de Nassau, a homens importantes da terra, naturalmente para amaciar neles o ódio à invasão nórdica que aliás deixou na língua do Nordeste um nome holandês de comida; brote.

Também alguns sobrados do Recife, para os quais, nos fins do século XVIII foram se transferindo das casas-grandes do interior e dos sobrados decadentes de Olinda, os requintes culinários da civilização regional, ficaram famosos pela fartura e pelo primor de suas mesas. Entre esses sobrados ou essas casas de sítios, a de Bento José da Costa e depois a da família Siqueira, em Ponte d'Uchoa; a do velho Maciel Monteiro; os sobrados da Madalena e, no centro da cidade, os do Cais do Colégio, os da Rua da Praia, os do Pátio do Carmo, os do Aterro da Boa Vista.

Eram casas onde se comia principescamente bem, as dos príncipes recifenses do comércio, da magistratura, da política, das letras, das armas. Onde desde a meninice ioiôs e iaiás dengosas tomavam chá da Índia com sequilhos - como os que se saboreavam na casa da família Lopes Gama. E tudo isso, em porcelana da melhor, da mais fina, da mais bela. Comido com talher de prata, mexido com colher da melhor prata portuguesa. Gabo-me de possuir hoje, entre outras relíquias pernambucanas menos de guerra que de paz, um prato do Oriente, há quase duzentos anos no Brasil, que foi do velho Moraes, do Dicionário: presente do meu amigo Eduardo de Moraes Gomes Ferreira, descendente daquele ilustre homem do Sul que o casamento com moça pernambucana transformou em senhor de engenho do Nordeste. Aliás, em seu sobrado do Pátio de São Pedro, em Olinda, Eduardo e Alfredo de Moraes guardam outra relíquia preciosa: vasto prato do Oriente onde se servia outrora o arroz doce tradicional, hoje raro como sobremesa nas casas ou como gulodice nos tabuleiros de rua.

Não é só o arroz doce: todos os pratos tradicionais e regionais do Nordeste estão sob a ameaça de desaparecer, vencidos pelos estrangeiros e pelos do Rio. O próprio coco verde é aqui considerado tão vergonhoso como a gameleira, que os estetas municipais vêm substituindo pelo "ficus benjamim", quando a arborização que as nossas ruas, parques e jardins pedem é a das boas árvores matriarcais da terra ou aqui já inteiramente aclimadas: pau d'arco, mangueira, jameiro, palmeira, gameleira, jaqueira, jacarandá.

Ao voltar da Europa há três anos, um dos meus primeiros desapontamentos foi o de saber que a água de coco verde era refresco que não se servia nos cafés elegantes do Recife onde ninguém se devia lembrar de pedir uma tigela de arroz doce ou um prato de munguzá ou uma tapioca molhada. Isto é para os "frejes" do Pátio do Mercado. Os cafés elegantes do Recife não servem senão doces e doces e pastéis a francesados e bebidas engarrafadas. E nas casas? Nas velhas casas do Recife? Nas casas-grandes dos engenhos? Quase a mesma vergonha de servirem as senhoras pratos regionais que nos cafés e hotéis elegantes da capital. Nem ao menos por ocasião da Quaresma, voltam essas casas aos seus antigos dias de esplendor. Já quase não há casa, neste decadente Nordeste de usineiros e de novos-ricos, onde aos dias de jejum se sucedam, como antigamente, vastas ceias de peixe de coco, de fritada de guaiamum, de pitu ou de camarão, de cascos de caranguejo e empadas de siri preparadas com pimenta. Já quase não há casa em que dia de aniversário na família os doces e bolos sejam todos feitos em casa pelas sinhás e pelas negras: cada doce mais gostoso que o outro.

Quase não se vê conto ou romance em que apareçam doces e bolos tradicionais como em romances de Alencar. Os romancistas, contistas e escritores atuais têm medo de parecer regionais, esquecidos de que regional é o romance de Hardy, regional é a poesia de Mistral, regional o melhor ensaio espanhol: o de Gavinet, o de Unamuno, o de Azorin.

É claro que a época já não permite os bolos de outrora, com dúzias e dúzias de ovos. Mas a arte da mulher de hoje está na adaptação das tradições da doçaria ou da cozinha patriarcal às atuais condições de vida e de economia doméstica. Nunca repudiar tradições tão preciosas para substituí-las por comidas incaracterísticas de conserva e de lata, como as que já imperam nas casas das cidades e começam a dominar nas do interior.

Raras são hoje, as casas do Nordeste onde ainda se encontrem mesa e sobremesa ortodoxamente regionais: forno e fogão onde se cozinham os quitutes tradicionais à boa moda antiga. O doce de lata domina. A conserva impera. O pastel a francesado reina. Raro um Pedro Faranhos Ferreira, fiel; em sua velha casa de engenho - infelizmente remodelada sem nenhum sentido regional - aos pitus do Rio Una. Raro um Gerônimo Dias de Arruda Falcão que dirija ele próprio de sua cadeira de balanço de patriarca antigo o preparo dos quitutes mais finos para a mesa imensa da casa-grande - quase um convento - que herdou do Capitão Manuel Tomé de Jesus, lembrando à cozinheira um tempero a não ser esquecido no peixe, insistindo por um molho mais espesso no cozido ou por um arroz mais solto para acompanhar a galinha, recordando às senhoras da casa, as lições de ortodoxia culinária guardadas nos velhos livros de receitas da família. Rara uma Dona Magina Pontual que se esmere ela própria no fabrico de manteiga que aparece à mesa da sua casa-grande: a do Bosque. Rara uma Dona Rosalina de Melo que faça ela própria os alfenins de que não se esquecem nunca os meninos que já passaram algum fim de ano no Engenho de São Severino dos Ramos. E o professor Joaquim Amazonas me recorda o famoso mingau-pitinga do Engenho Trapiche: delicioso mingau do qual parece ter se perdido a receita.

Toda essa tradição está em declínio ou, pelo menos, em crise, no Nordeste. E uma cozinha em crise significa uma civilização inteira em perigo: o perigo de descaracterizar-se.

As novas gerações de moças já não sabem, entre nós, a não ser entre a gente mais modesta, fazer um doce ou guisado tradicional e regional. Já não têm gosto nem tempo para ler os velhos livros de receitas de família. Quando a verdade é que, depois dos livros de missas, são os livros de receitas de doces e de guisados os que devem receber das mulheres leitura mais atenta. O senso de devoção e o de obrigação devem completar-se nas mulheres do Brasil, tornando-as boas cristãs, e, ao mesmo tempo, boas quituteiras, para assim criarem melhor os filhos e concorrerem para a felicidade nacional. Não há povo feliz quando às suas mulheres falta a arte culinária. É uma falta quase tão grave como a da fé religiosa.

Quando aos domingos saio de manhã pelo Recife - pelo velho Recife mais fiel ao seu passado - e em São José, na Torre, em Casa Amarela, no Poço sinto vir ainda de dentro de muita casa o cheiro de munguzá e das igrejas o cheiro de incenso, vou almoçar tranqüilo o meu cozido ou o meu peixe de coco com pirão. Mais cheio de confiança no futuro do Brasil do que depois de ter ouvido o Hino Nacional executado ruidosamente por banda de música ou o "Porque me ufano do meu país", evocado por orador convencionalmente patriótico. Creio que não haveria exagero nenhum em que este Congresso, pondo no mesmo plano de importância da casa, a mesa ou a cozinha regional, fizesse seus os seguintes votos:

1o) Que alguém tome a iniciativa de estabelecer no Recife um café ou restaurante a que não falte cor local - umas palmeiras, umas gaiolas de papagaios, um caritó de guaiamum à porta e uma preta de fogareiro, fazendo grude ou tapioca - café ou restaurante especializado nas boas tradições da cozinha nordestina;

2o) Que os colégios de meninas estabeleçam cursos de cozinha em que sejam cultivadas as mesmas tradições;

3o) Que todos quantos possuem em casa cadernos ou Mss. antigos de receitas de doces, bolos, guisados, assados, etc., cooperem para a reunião dessa riqueza, hoje dispersa em manuscritos de família, esforço de que o Primeiro Congresso Regionalista do Nordeste tomará a iniciativa, nomeando uma comissão para a colheita de material tão precioso é digno de publicação.

Aliás o ideal seria que o Recife tivesse o seu restaurante regional, onde se cultivassem a doçaria e a culinária antigas, no meio de um resto de mata também antiga e regional como a de Dois-Irmãos, onde a pessoa da terra ou de fora se regalasse comendo tranqüilamente sua paca assada ou sua fritada de guaiamum com pirão e molho de pimenta à sombra de paus d'arco, de visgueiros, de mangueiras; onde as crianças se deliciassem com castanha confeitada, garapa de tamarindo, bolo de goma, brincando, ao mesmo tempo, de empinar balde, gamelo, bizarrona ou tapioca, de jogar carrapeta ou castanha, de apostar carreira em quenga de coco, num parque atapetado de cheiroso capim da terra; onde meninos e pessoas grandes tivessem ao alcance dos olhos e dos ouvidos, tão naturalmente quanto possível - como se faz hoje nos jardins zoológicos da Alemanha - os bichos, os animais, as aves, as borboletas da região, animais que tantos de nós só conhecemos de nome ou das ilustrações de livros: em geral livros estrangeiros.

E perto do restaurante não haveria mal nenhum em se instalar, além de uma botica onde só se vendesse remédio da flora regional ou brasileira - inclusive a tintura da Preciosa, melhor para corrigir qualquer indigestão que o sal de fruta dos ingleses -, uma loja de brinquedos e objetos de arte regional e popular: bonecas de pano, renda do Ceará, farinheiras e colheres de pau, chapéus de palha de Ouricuri, alpercatas sertanejas, cabaços de mel de engenho, cachimbos de barro, manés-gostosos, figuras de mamulengo, carrapetas, panos da Costa, balaios, cestos, bonecos de barro, potes, panelas, quartinhas, bilhas. Nem mal nenhum haveria em que funcionassem perto do restaurante um mamulengo e, nos dias de festa, um bumba-meu-boi ou um pastoril. Nem mesmo em que houvesse uma "casa de horrores", onde os horrores em vez de ser os europeus, como nos parques de diversão comum, fossem o Cabeleira, a Cabra Cabriola, o Bicho Carrapatu apresentados de tal modo que não perturbassem a digestão de ninguém mas divertissem grandes e pequenos.

E pelo Natal, nada de Papai Noel descido de chaminés que as casas não têm entre nós a não ser nas cozinhas, mas o velho presépio ou a velha lapinha armada para pequenos e grandes ao lado do restaurante: centro de toda uma reabilitação regional.

Este Congresso de Regionalismo vem pôr em relevo o fato de que ser alguém regionalista não significa apenas, nesta parte do Brasil, gostar de mobília de jacarandá ou de casa colonial, de igreja antiga e de azulejo velho. Há quem tenha gosto e até paixão por esses valores aristocráticos - alguns, hoje, relíquias para serem conservadas em museus - mas despreze os que considera rústico e, que, entretanto, estão à base da estrutura mesma da nossa cultura regional. Há quem se suponha mais devotado que os demais às tradições da região, mas seja incapaz de descer à cozinha para provar o ponto de um doce de goiaba ou experimentar o tempero de um aferventado de peru; ou ao mercado para comer um sarapatel da marca dos que fazem a fama do Bacurau; ou a Dudu para saborear uma peixada à moda da casa, com pirão e pimenta; ou ao fundo de um velho sítio cheio de mangueiras e jaqueiras para chupar manga e comer jaca com as mãos, lambuzando-se; ou a uma boa queda d'água de engenho, para um regalado banho, fazendo antes de entrar n'água o sinal da cruz e chupando um ou dois cajus entre goles de cachaça que guardem a alma e o corpo dos perigos que povoam todas as águas. Há quem não queira nem olhar para um mucambo quando o mucambo tem lições preciosas a ensinar aos arquitetos, aos higienistas, aos artistas. Há quem evite passar por toda rua estreita ou por todo beco antigo, quando a rua estreita ou o beco antigo é outro mestre de urbanismo e de higiene.

Mestras de higiene tropical são também as mulheres do povo que andam pelas ruas e estradas ao sol do meio dia protegidas contra esse sol excessivo por xales, mantilhas, panos da Costa atirados elegante e liturgicamente sobre a cabeça e os ombros de dez ou vinte formas diversas que merecem um estudo, tanto é o que podem revelar sobre as culturas orientais e africanas que se transferiram para o Brasil com esses xales, mantilhas e panos e os diferentes modos, maometanos ou não, das mulheres o usarem. Mestras de arte de decoração são as negras de tabuleiro que enfeitam seus doces com papel recortado: outro assunto popular, plebeu, rasteiro que está a merecer um bom estudo regional. Mestras da arte de promover o que o sábio Branner chamou "o bem estar humano" são as muitas cozinheiras boas, pretas, pardas, morenas, brancas, que ainda existem por este Nordeste; que não se deixam corromper pela cozinha francesa nem pela indústria norte-americana das conservas. Mestres de música são alguns dos cantadores de modinha e dos tocadores de violão deste velho trecho do Brasil. Mestres de dança são alguns dos babalorixás e algumas das ialorixás dos xangôs. Mestres de medicina são alguns dos curandeiros da região, doutores em ervas e plantas regionais. Mestres de higiene regional do traje são os sertanejos e os matutos que andam com camisas leves por fora das calças também leves, chapéus de palha, alpercatas. Mestras de adorno pessoal de acordo com o clima e a paisagem da região são as morenas, as mulatas e caboclas, cujo cabelo brilha à luz da lua amaciado pelo mais puro óleo de coco, perfumado pelos mais cheirosos jasmims. Mestras são, ainda, algumas delas, pelas lições que dão às brancas - escravas dos figurinos franceses - vestindo-se segundo sábias tradições árabes: turbante, cabeção picado de rendas, pano largo e de cores vistosas que as protege sábia e graciosamente do sol. Mestres da arte náutica são os jangadeiros das praias do Nordeste. Mestres de educação física são alguns sobreviventes de capoeiras entre simples trabalhadores, negros e pardos, de engenhos e trapiches, cujas formas de rijos homens de trabalho estão a pedir pintores que pintem também mulatas e caboclas meio-nuas e não apenas brancas finas; nossas senhoras morenas e não apenas louras.

De modo que, no Nordeste, quem se aproxima do povo desce a raízes e a fontes de vida, de cultura e de arte regionais. Quem se chega ao povo está entre mestres e se torna aprendiz, por mais bacharel em artes que seja ou por mais doutor em medicina. A força de Joaquim Nabuco, de Sílvio Romero, de José de Alencar, de Floriano, do Padre Ibiapina, de Telles Júnior, de Capistrano, de Augusto dos Anjos, de Rosalvo Ribeiro, de Augusto Severo, de Auta de Sousa, de outras grandes expressões nordestinas da cultura ou do espírito brasileiro, veio principalmente do contato que tiveram, quando meninos de engenho ou de cidade, ou já depois de homens feitos, com a gente do povo, com as tradições populares, com a plebe regional e não apenas com as águas, as árvores, os animais da região.

É um contato que não deve ser perdido em nenhuma atividade de cultura regional. E dessas atividades não deve ser excluída nunca a arte do quitute, do doce, do bolo que, no Nordeste, é um equilíbrio de tradições africanas e indígenas com europeias; de sobrevivências portuguesas com a arte das negras de tabuleiro e das pretas e pardas do fogareiro. Por conseguinte, brasileiríssima.

Pois o Brasil é isto: combinação, fusão, mistura. E o Nordeste, talvez a principal bacia em que se vêm processando essas combinações, essa fusão, essa mistura de sangue e valores que ainda fervem: portugueses, indígenas, espanhóis, franceses, africanos, holandeses, judeus, ingleses, alemães, italianos. Daí a riqueza de sabores ainda contraditórios de sua cozinha no extremo Nordeste talvez mais complexa e mais compreensiva que a chamada "Baiana", isto é, a de Salvador, da Bahia, sua parenta em tanta coisa. Por isso mesmo, são as duas dignas - e também paraense ou amazônica - da melhor atenção brasileira.

Saliente-se em conclusão, que há no Nordeste - neste Nordeste que vêm se transformando em valores brasileiros, valores por algum tempo apenas subnacionais ou mesmo exóticos - uma espécie de franciscanismo, herdado dos portugueses, que aproxima dos homens, árvores e animais. Não só os da região como os importados. Todos se tornam aqui irmãos, tios, compadres das pessoas. Conheci uma negra velha que toda tarde conversava com uma jaqueira como se conversasse com uma pessoa íntima: "minha nega". "meu bem", "meu benzinho". Por que os poetas não surpreendem esses idílios?

Há no Nordeste de hoje árvores e plantas vindas da Europa, do Oriente, da África que crescem nos sítios ou nos quintais, não só como se fossem naturais da região porém como se fossem gente: gente de casa. Que não só dão de comer às pessoas sãs como servem de remédio às doentes. Que não só cobrem as casas pobres como lhes refrescam e perfumam o ar. E tanto quanto as velhas árvores da terra como o cajueiro, ainda servem de brinquedo - carrossel, gangorra, cavalo - aos meninos, deixando-os trepar pelos seus galhos como se fossem pernas de avós ou de tios; e não restos brutos e insensíveis de mata ou de floresta. Sempre me pareceu que Dois-Irmãos devia ser no Recife um parque que reunisse todas essas árvores regionais, importadas ou nativas, mais camaradas dos homens; e não apenas as mais agrestes e raras. Também todos os animais reais ligados à vista regional e não apenas os mais ariscos e curiosos.

Augusto dos Anjos afeiçoou-se tanto, nos seus dias de menino de engenho, a um pé de tamarindo grande do quintal da casa dos seus pais, que dele guardou a lembrança que se guarda de uma pessoa particularmente amiga. A velha árvore foi para ele um confidente bom dos primeiros amores ou dos primeiros sonhos da meninice. Que menino do Nordeste não teve a sua mangueira ou o seu cajueiro de estimação, parecido ao pé de tamarindo dos versos de Augusto? Ou um visgueiro ou coqueiro dos que estão sempre repontando dos quadros de Telles Júnior como se fossem mais do que árvores ou mais do que paisagem? Uma árvore mais amiga que as outras. Uma árvore quase pessoa de casa. Quase pessoa da família. Quase irmã dos meninos ou desses meninos eternos que são os poetas, os pintores, os compositores que sabem ouvir não somente estrelas mas árvores, como souberam José de Alencar e Augusto dos Anjos.

E o mesmo é certo daqueles animais da região mais presos à vida dos homens e dos meninos. Mais próximos de suas alegrias. Mais camaradas deles nos dias difíceis ou de dor. Não digo que o cavalo seja na vida do homem ou do menino do Nordeste o mesmo personagem importante que é na vida ou no drama do homem do Rio Grande do Sul. Mas em certos trechos do Nordeste o apreço do homem ao cavalo vai quase ao mesmo extremo: "... cavalo bom e mulher".

É raro o menino desta parte do Brasil que, mesmo sem ter sido rico, não chegou a ser dono de um carneirinho manso que fosse seu primeiro cavalo. Que fosse para ele não só o que é para os meninos de hoje o velocípede ou a bicicleta, porém mais alguma coisa: quase pessoa, quase gente, quase malungo. Uma quase pessoa digna de aparecer em romances, em poemas, em contos, em teatro, em que se dramatizasse a vida da região, em que se evocassem as aventuras da infância regional.

E a vaca? o boi? a comadre-cabra dos sertões? a comadre cabra cujo leite tem criado tanto sertanejo rijo? o cachorro? o gato? o papagaio? a arara? o canário? o pombo? o sagüim? São todos animais ligados de tal modo à vida, à economia, ao cotidiano da região que vários deles têm sido chorados depois de mortos tanto quanto os bois dos bumbas-meu-boi nos dramas populares da região. Chorados como se fossem gente: gente amiga, gente de casa. Túlio Bello, no seu Engenho de Queimadas, levantou no alto de um morro um quase monumento ao cachorro leal de que ainda hoje se lembra com saudade: seu amigo, seu companheiro, seu camarada. E no pátio do engenho do bom pernambucano que é Júlio de Queimadas, dá gosto ao visitante ver as

árvores alegradas pelos vermelhos e azuis das penas das araras que ele cria: araras que dariam brilho a um bom jardim zoológico regional. Araras que como os papagaios de gaiola, os galos, os canários, os carneiros cheios de fitas, deveriam ser mais pintadas pelos pintores, mais retratadas pelos fotógrafos, mais cantadas pelos poetas, mais consideradas pelos ensaístas, romancistas, contistas capazes de associar o animal ao humano, o regional ao universal.

Pedro Paranhos, senhor de Japaranduba, este ainda se recorda do carneirinho gordo que recebeu de presente quando fez sete anos. Em sua companhia fui ver um dia os gatos de briga do Coronel Frederico Lundgren; e ouvi os dois coronéis conversarem sobre galos e cavalos, carneiros e aves regionais, como se conversassem sobre gente. Onde o O. Henry que encontre aí a matéria ideal - que há - para contos?

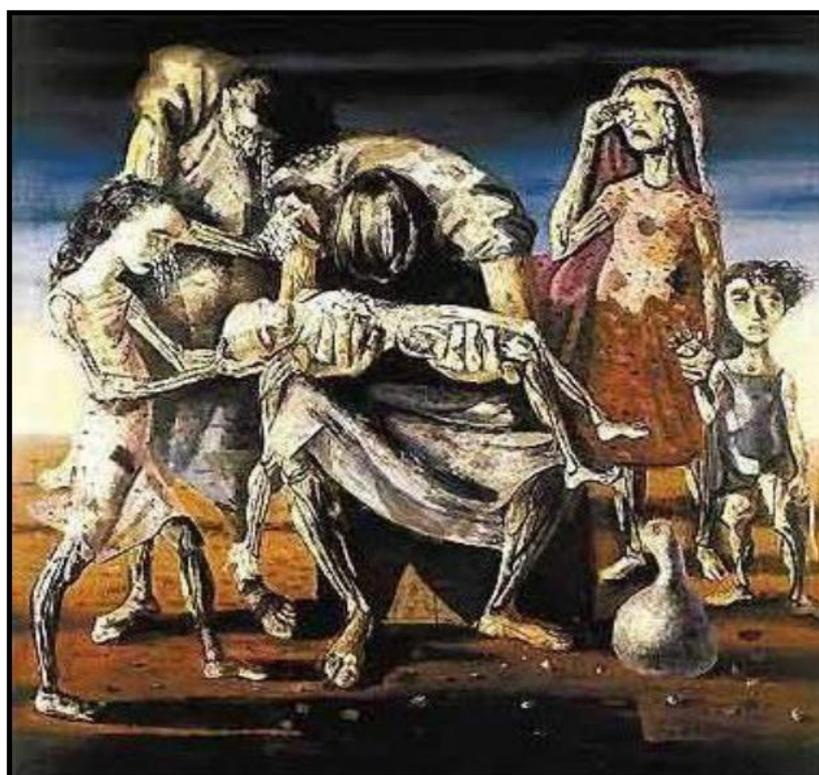
A boa Dona Maroquinha Tasso é outra que na sua casa de Dois -Irmãos dá de comer todos os dias a quanto bicho de rua ou do mato lhe aparece com olhos de fome no quintal que é vizinho do mato: acolhe-os numa constante prática dos melhores princípios franciscanos. Sua ternura se estende a tudo que é bicho pobre: a passarinho, a cabra e até a gavião. Ninguém mais capaz do que ela de reunir animais para um jardim regional em que os bichos vivessem quase todos à vontade e comendo na mão das pessoas como se todos fossem amigos. Noutra país uma figura como D. Maroquinha já estaria nos romances, nos contos, nos poemas.

Menino, ainda, conheci o velho João Ramos, vizinho de meu pai na rua chamada hoje de João Ramos. Depois de ter se batido, ao lado de Nabuco, na campanha da Abolição, tornou-se um dos paladinos brasileiros na luta pela proteção aos animais. E uma das minhas recordações de menino é a da figura do velho ardente, no meio da rua, a gritar para um carroceiro - talvez antigo escravo que se vingasse nos bichos das chibatadas sofridas dos brancos na própria carne - que se arrependeria - "veja bem: você se arrepende"! - se continuasse a maltratar o cavalo da carroça. Eu ia pela calçada, montado no meu carneiro - um carneiro branco, alvo lavado como se fosse gente, enfeitado de guizos de fitas como se fosse mulher; e puxado pela mão de um tio. Mas cheguei a ter medo do velho Ramos, cuja voz de indignação encheu naquela tarde a rua inteira, espalhando-se pela Rua Amélia e chegando até à esquina da Estrada dos Aflitos. Uma voz de Dia de Juízo contra os carroceiros que maltratavam cavalos e bois, os meninos que judiavam com carneiros, os moleques que matavam passarinhos, os italianos que exploravam macacas, os ingleses que estavam acabando com as borboletas, os caçadores que estavam dando fim aos marrecos, aos tatus, às pacas.

Que é dos poetas do Nordeste que não cantam figuras do vigor ao mesmo tempo regional e humano da de João Ramos, como meu amigo Vachel Lindsay, cantou a figura do General Booth: o general Booth, do Exército da Salvação, "entrando no Céu?" Que é dos romancistas que não descobrem tais figuras de Dons Quixotes regionais? Dos biógrafos que não as revelam? Dos ensaístas que não as interpretam?

Hoje precisamos de Joões Ramos, continuadores de Joaquims Nabucos e cujas vozes se ergam não só a favor dos homens ainda cativos de homens ou dos animais ainda maltratados e explorados pelos donos ou das matas roubadas de seus bichos mais preciosos por caçadores a serviço de comerciantes gulosos de dinheiro fácil, mas a favor das árvores, das plantas, dos frutos da região, dos seus doces e dos seus quitutes, que tanto quanto as artes populares e os estilos tradicionais de casa e de móvel, vêm sendo desprezados, abandonados e substituídos pelas conservas estrangeiras, por drogas suíças, remédios europeus e pelas novidades norteamericanas. Donde a necessidade deste Congresso de Regionalismo definir-se a favor de valores assim negligenciados e não apenas em prol das igrejas maltratadas e dos jacarandás e vinháticos, das pratas e ouros de família e de igreja vendidos aos estrangeiros, por brasileiros em quem a consciência regional e o sentido tradicional do Brasil vem desaparecendo sob uma onda de mau cosmopolitismo e de falso modernismo. É todo o conjunto da cultura regional que precisa de ser defendido e desenvolvido.

GILBERTO FREIRE, 1926.

ANEXO B - TELAS DA SÉRIE “OS RETIRANTES” DE CÂNDIDO PORTINARI**FIGURA 1 – Retirantes (1944)****FIGURA 2 – Menino Morto (1944)**

ANEXO C – TEXTO: “SECA NO NORDESTE PREOCUPA ONU”

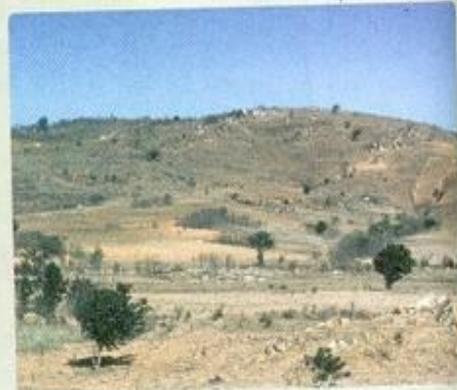
Hora do texto

Seca no Nordeste preocupa ONU

Produzir alimentos no Nordeste será cada vez mais difícil e o governo brasileiro precisa se preparar para fazer investimentos de peso em irrigação na região. O alerta é da Organização Meteorológica Mundial da ONU (OMM), que aponta para os efeitos das mudanças climáticas como sendo responsáveis por esse novo cenário nos estados que já sofrem com seca. A entidade ainda diz que as mudanças climáticas podem se tornar uma séria ameaça à oferta de alimentos para populações mais pobres.

“Devemos esperar uma maior desertificação e salinização das terras do Nordeste nas próximas décadas”, afirmou M. V. K. Sivakumar, chefe da Divisão de Meteorologia Agrícola da entidade. Segundo ele, a produção agrícola tende a ficar mais difícil até mesmo na bacia do Rio São Francisco.

“Os efeitos começarão a ser sentidos em cerca de 10 anos, mas devem continuar com maior intensidade até 2050.” Até lá, o governo deve se preparar para tomar pelo menos duas medidas: garantir a irrigação da região e adotar uma estratégia de gestão da água disponível no Nordeste. “Isso será fundamental para a agricultura no Nordeste”, afirmou Sivakumar,



▲ Pasto seco no sertão do município de Belém (PB), em 2007.

considerado um dos principais pesquisadores sobre o impacto das mudanças climáticas sobre a agricultura.

A OMM afirma que a perda de terras será um fenômeno mundial nas próximas décadas. Hoje, apenas 11% da superfície do planeta é cultivável. O problema é que, até 2020, a população mundial atingirá 8,2 bilhões de pessoas ante os atuais 6,3 bilhões. O tema fará parte da conferência da ONU que começa na segunda-feira em Madri, para tratar do futuro do solo do planeta para a agricultura. As informações são do jornal *O Estado de S. Paulo*.

JC OnLine. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/2007/09/01/not_148493.php>. Acesso em: 24 nov. 2007.

ANEXO D – TEXTO: “QUEM ESTÁ PIOR MERECE O MELHOR”

Professor(a): No texto, o autor, ao afirmar que no Nordeste quase nunca chove, está atribuindo à região nordestina uma única configuração climática. Na realidade, não é em todo o Nordeste que predomina o clima semiárido, característico do Sertão. A extensa faixa litorânea (sub-região conhecida como Zona da Mata) apresenta altos índices de pluviosidade, onde se cultivam, por exemplo, cacau (sul da Bahia) e cana-de-açúcar (Alagoas, Pernambuco, Paraíba).

Hora do texto

Quem está pior merece o melhor

A natureza é um troço legal, com árvores, cachoeiras, bichos e pessoas. Mas também é bem maluca.

Há lugares frios, onde até xixi congela. E há aqueles tão quentes que até chocolate derrete na sombra!

O Nordeste do Brasil é um dos lugares mais quentes que existem!

Só se acha água se espremer bem as folhas ou as raízes das plantas ou então cavando poços bem fundos.

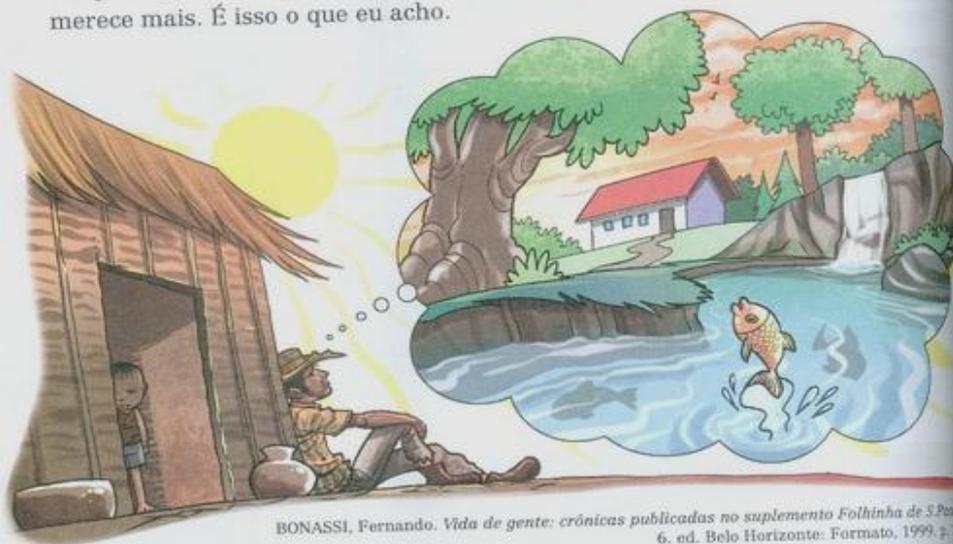
Lá chove pouco e, quando chove, é uma festa!

Agora está acontecendo por lá a maior seca! O chão racha, as plantas e os bichos morrem, e a vida de quem mora lá fica muito difícil.

O Nordeste já é um lugar pobre e, quando a natureza fica desse jeito, os nordestinos sofrem mais ainda. Há gente que morre de fome e tudo!

Eu nunca passei fome muito tempo, só assim, quando eu me atraso para o almoço ou para jantar. E já é bem ruim...

Acho que ficar vários dias sem comer, como muitos nordestinos ficam, deve ser a coisa mais horrível do mundo. Como eles moram num lugar onde existe muita seca, eu acho que o governo tinha de dar do bom e do melhor para eles antes de dar para quem mora nos lugares em que a natureza é mais amiga. Quem está pior merece mais. É isso o que eu acho.



BONASSI, Fernando. *Vida de gente: crônicas publicadas no suplemento Folhinha de São Paulo*, 6. ed. Belo Horizonte: Formato, 1999, p. 11.

Rogerio Albuquerque/Editora Abril



Fernando Bonassi nasceu em São Paulo em 1962. É um premiado escritor, dramaturgo, roteirista, cronista e cineasta. Foi roteirista de diversos filmes, entre os quais se destacam: *Castelo Rá-Tim-Bum*, *Estação Corandiru*, *Cozuzo: o tempo não para*. Para adolescentes, ele escreveu *Declaração universal do moleque invocado*, *Por um beijo*, *A incrível história de Naldinho*, dentre outras.

ANEXO E – CANÇÃO “ÚLTIMO PAU DE ARARA”

GRUPO DE CRIAÇÃO

O texto que você vai ler é a letra de uma música que trata de temas já estudados nos últimos quatro capítulos: o problema da seca e a relação do ser humano com o meio ambiente.

Último pau de arara

A vida aqui só é ruim
Quando não chove no chão
Mas se chover dá de tudo
Fartura tem de montão

Tomara que chova logo
Tomara, meu Deus, tomara
Só deixo o meu Cariri
No último pau de arara

Enquanto a minha vaquinha
Tiver a pele e o osso
E puder com o chocalho
Pendurado no pescoço

Eu vou ficando por aqui
Que Deus do céu me ajude
Quem sai da terra natal
Em outros cantos não para

Só deixo o meu Cariri
No último pau de arara...



VENÂNCIO; CORUMBÁ; J. GUIMARÃES. Último pau de arara.
Disponível em: <www.fagner.com.br>. Acesso em: 5 dez. 2008.

ANEXO F – IMAGEM DA FESTA DO BUMBA MEU BOI

CAPÍTULO

1

Artes e espetáculos populares

MÓDULO 1

Região Nordeste/Pulsar Imagens



“A festa do Bumba meu boi, uma tradição que se mantém desde o século XVIII, arrasta maranhenses e visitantes por todos os cantos de São Luís, nos meses de junho e julho.”

Bumba meu boi. Disponível em: <www.cidadeshistoricas.art.br/saoluís/sl_boi_p.htm>. Acesso em: 2 dez. 2008.

◀ Festa do Bumba meu boi (São Luís, MA, em 2008).

Respostas pessoais.



PARA COMEÇAR

- 1 Você já ouviu falar na festa do Bumba meu boi? Sabe qual é o enredo dessa história? Leia o texto abaixo e converse com os colegas, para descobrir se alguém sabe mais detalhes sobre a festa e o enredo:

Teatro popular, com danças e desafio, que se originou no Nordeste e se disseminou pelo país. O público forma uma roda em volta dos intérpretes. A encenação conta a história da grávida Catarina, que tem um desejo estranho: comer a língua do boi mais bonito que existe. Seu marido, Francisco, rouba o boi do patrão e, com a ajuda de um menino, corta-lhe a língua. O fazendeiro descobre tudo e manda os índios prendê-lo. Chamado pelo povo, um curandeiro vem em seu socorro e o ensina a ressuscitar o boi.

Outros nomes do Bumba meu boi são: Calemba e Bumbá (PE), Boi de Reis (AM, PA e MA), Três Pedacos (AL), Folguedo, Reis de Boi (Cabo Frio, RJ).

DUARTE, Marcelo. *O guia dos curiosos: Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

10

Você conhece alguma outra festa popular? Qual? Conte aos colegas.

ANEXO G – TEXTO DE ABERTURA DO ESPETÁCULO “MARCO DO MEIO-DIA”

Hora do texto

Apresentação do cantador

Eu sou um Mestre falado,
a terra toda eu conheço,
de tudo neste universo
eu vi surgir do começo,
coisa boa e coisa ruim
sei de fora e pelo avesso.

Sou cantador andarilho,
sou um Mestre de folgedos,
de todas as artes da vida
desconheço seus segredos,
mistérios de vida e morte
enfrento sem nenhum medo.
[...]

(Wilson Freire)



▲ Antonio Nóbrega, cantor, músico multi-instrumentista e pesquisador da cultura popular brasileira, se apresenta na semana da Canção Brasileira de São Luiz do Paraitinga, SP, em 2008.

Apresentação dos músicos

Conduzindo a minha voz
nesta cadência pulsante,
pra quem escuta meu canto,
aqui, em casa ou distante,
chamo pra me acompanhar
os músicos, nesse instante.

Viva os percussionistas,
pandeirista e batuqueiro,
bombo, tarol e ganzá
vão tocar neste terreiro,
eu não sei se eles ou o som
qual dos dois nasceu primeiro.

Os homens que tocam cordas
esticadas, leves, finas,
que harmonizam meu canto,
voz que não desafina,
com dedos debulham notas
do bordão à corda prima.



ANEXO H – QUESTÃO 3, LIVRO DO 7º ANO, PÁGINA 18

- 3 • Leia o verbete **babau**, do *Dicionário do folclore brasileiro*, de Luís da Câmara Cascudo.

Babau.

[...] Nome popular do mamulengo, fantoche, na Zona da Mata em Pernambuco. Forma primitiva de marionete. No **babau** são figuras de proa: Cabo 70, preto Benedito, Zé Rasgado, Simão e Etelvina. Tem como ambiente a vida nos engenhos e nas fazendas, preferencialmente. O **babau** nada tem que ver com o Bumba meu boi, como alguns autores querem fazer crer. (Zilde de E. Maranhão, *Matolão*, Recife, 1952.) Mas no Bumba meu boi pernambucano há um **babau**, figura de cavalo com queixada de boi. No Rio Grande do Norte correspondia ao *bate-queixo*, já desaparecido.



▲ Desfile dos bonecos gigantes de Olinda, em 2004.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 9. ed. São Paulo: Global, 2000. p. 36.

de proa: parte dianteira das embarcações; em sentido figurado, significa "de frente [pessoas de proa = pessoas de frente].

Leia também uma das definições da palavra **verbete**:

ver.be.te (ê)

Substantivo masculino.

[...]

2. Palavra ou expressão dum dicionário ou enciclopédia com o(s) significado(s) e outras informações.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *MiniAurélio*. Dicionário eletrônico. 6. ed. rev. e atual. Curitiba: Positivo/Positivo Informática, 2008.

ANEXO I – DIÁLOGO INICIAL DO LIVRO AUTO DA COMPADECIDA

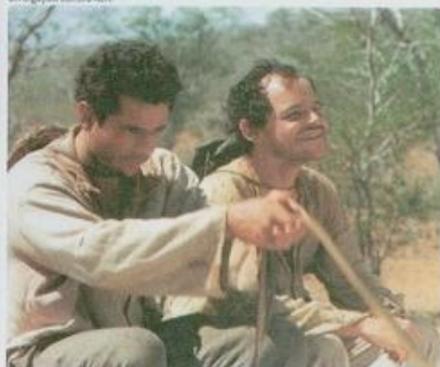
Hora do texto

Auto da compadecida (diálogo inicial)

PALHAÇO: O distinto público imagine à sua direita uma igreja, da qual o centro do palco será o pátio. A saída para a rua é à sua esquerda.

(Essa fala dará ideia da cena, se se adotar uma encenação mais simplificada, e pode ser conservada mesmo que se monte um cenário mais rico.) O resto é com os atores. *(Aqui pode-se tocar uma música alegre e o Palhaço sai dançando. Uma pequena pausa e entram Chicó e João Grilo.)*

MÓDULO 1



▲ Os atores Selton Mello e Matheus Nachtergaele, que interpretaram, respectivamente, Chicó e João Grilo, no filme *Auto da compadecida*, de Guel Arraes, de 2000.

JOÃO GRILO: E ele vem mesmo? Estou desconfiado, Chicó. Você é tão sem confiança.

CHICÓ: Eu, sem confiança? Que é isso, João, está me desconhecendo? Juro como ele vem. Quer benzer o cachorro da mulher para ver se o bicho não morre. A dificuldade não é ele vir, é o padre benzer. O bispo está aí e tenho certeza de que o Padre João não vai querer benzer o cachorro.

JOÃO GRILO: Não vai benzer? Por quê? Que é que um cachorro tem de mais?

CHICÓ: Bom, eu digo assim porque sei como esse povo é cheio de coisas, mas não é nada de mais. Eu mesmo já tive um cavalo bento.

JOÃO GRILO: Que é isso, Chicó? *(Passa o dedo na garganta.)* Já estou ficando por aqui com suas histórias.

É sempre uma coisa toda esquisita. Quando se pede uma explicação, vem sempre com “não sei, só sei que foi assim”.

CHICÓ: Mas eu tive o cavalo, meu filho, o que é que eu vou fazer? Vou mentir, dizer que não tive?

JOÃO GRILO: Você vem com uma história dessas e depois se queixa porque o povo diz que você é sem confiança.

CHICÓ: Eu, sem confiança? Antônio Martinho está aí para dar as provas do que eu digo.

JOÃO GRILO: Antônio Martinho? Faz três anos que ele morreu.

CHICÓ: Mas era vivo quando eu tive o bicho.

JOÃO GRILO: Quando você teve o bicho? E foi você quem pariu o cavalo, Chicó?

CHICÓ: Foi uma velha que me vendeu barato, porque ia se mudar, mas recomendou todo cuidado, porque o cavalo era bento. E só podia ser mesmo, porque cavalo bom como aquele eu nunca tinha visto. Uma vez corremos atrás de uma garrota, das seis da manhã até as seis da tarde, sem parar nem um momento, eu a cavalo, ele a pé. Fui derrubar a novilha já de noitinha, mas quando acabei o serviço e enchocalhei a rês, olhei ao redor, e não conhecia o lugar em que estávamos. Tomei uma vereda que havia assim e saí tangendo o boi...

ANEXO J – QUESTÃO 8, LIVRO DO 7º ANO, PÁGINA 22

Veja o que diz o dicionário a respeito da palavra **popular**:

po.pu.lar

Adjetivo de dois gêneros.

1. Do, ou próprio do povo, ou feito por ele. 2. Simpático ao povo. [...] 4. Feito, distribuído ou adaptado para ser acessível ao uso ou consumo por grande número de indivíduos, esp. aos com menor poder aquisitivo: casas populares, carro popular.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *MiniAurélio*. Dicionário eletrônico. 6. ed. rev. e atual. Curitiba: Positivo/Positivo Informática, 2008.

Em vista disso, responda: o que na peça **Auto da compadecida** é agradável ao povo e a caracteriza como teatro popular?

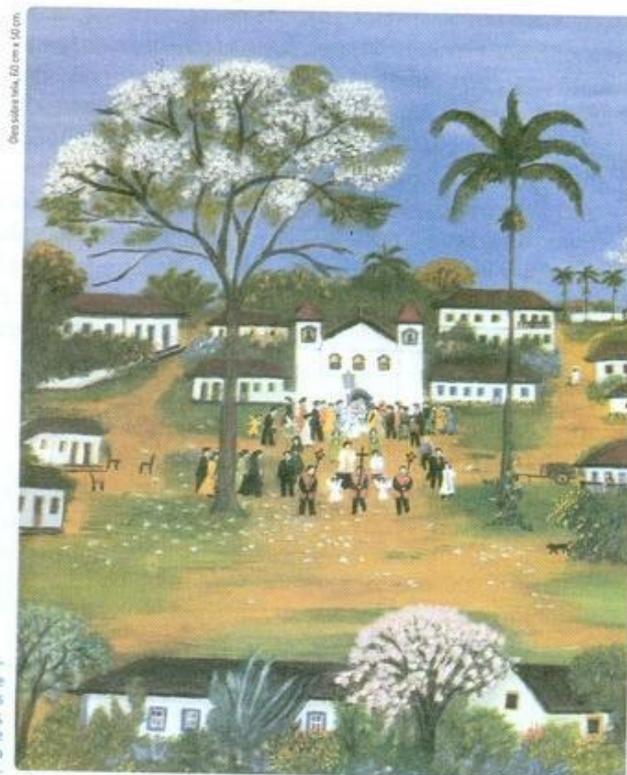
ANEXO K – TELA “PROCISSÃO” DE MARIA GUADALUPE

CAPÍTULO

3

Penando
aqui na Terra

MÓDULO 2



1. Procissão é uma cerimônia religiosa em que as pessoas (sacerdotes e fiéis), entoando rezas, seguem pelas ruas de uma cidade, carregando imagens, crucifixos, relíquias dignas de veneração etc. Em geral os fiéis levam as imagens de uma igreja à outra e fazem desse cortejo uma cerimônia. A procissão representa a caminhada que se faz de casa até a igreja, como uma representação simbólica de que somos peregrinos e nos dirigimos à casa de Deus. 2. Resposta pessoal. 3. Para demonstrar sua fé, fazer pedidos, pagar promessas, agradecer graças alcançadas.

38

PARA COMEÇAR

“Meu divino São José
Aqui estou a vossos pés
Dai-nos chuva com abundância
Meu Jesus de Nazaré”

- 1 Os versos acima são entoados no acompanhamento de algumas procissões. O que é uma procissão?
- 2 Em sua cidade costuma haver procissões? Em que época elas ocorrem?
- 3 Por que as pessoas participam de procissões?



◀ *Procissão* (1995),
tela de Maria Guadalupe,
artista mineira.

ANEXO L – CANÇÃO DE GILBERTO GIL “PROCISSÃO” E IMAGEM DO CÍRIO DE NAZARÉ

Hora do texto

Procissão

Olha lá vai passando a procissão
 Se arrastando que nem cobra pelo chão
 As pessoas que nela vão passando
 Acreditam nas coisas lá do céu
 As mulheres cantando tiram versos
 Os homens escutando tiram o chapéu
 Eles vivem penando aqui na terra
 Esperando o que Jesus prometeu

E Jesus prometeu vida melhor
 Pra quem vive nesse mundo sem amor
 Só depois de entregar o corpo ao chão
 Só depois de morrer neste sertão
 Eu também tô do lado de Jesus
 Só que acho que ele se esqueceu
 De dizer que na terra a gente tem
 De arranjar um jeitinho pra viver

Muita gente se arvora a ser Deus
 E promete tanta coisa pro sertão
 Que vai dar um vestido pra Maria
 E promete um roçado pro João
 Entra ano, sai ano, e nada vem
 Meu sertão continua ao deus-dará
 Mas se existe Jesus no firmamento
 Cá na terra isto tem que se acabar



▲ Procissão do Círio de Nazaré, em Belém (PA).

penando: sofrendo, padecendo.
arvora: assume por vontade própria alguma coisa.
roçado: pequena lavoura, roça.

GIL, Gilberto. *Procissão*. Disponível em: <www.gilbertogil.com.br>. Acesso em: 25 fev. 2009.

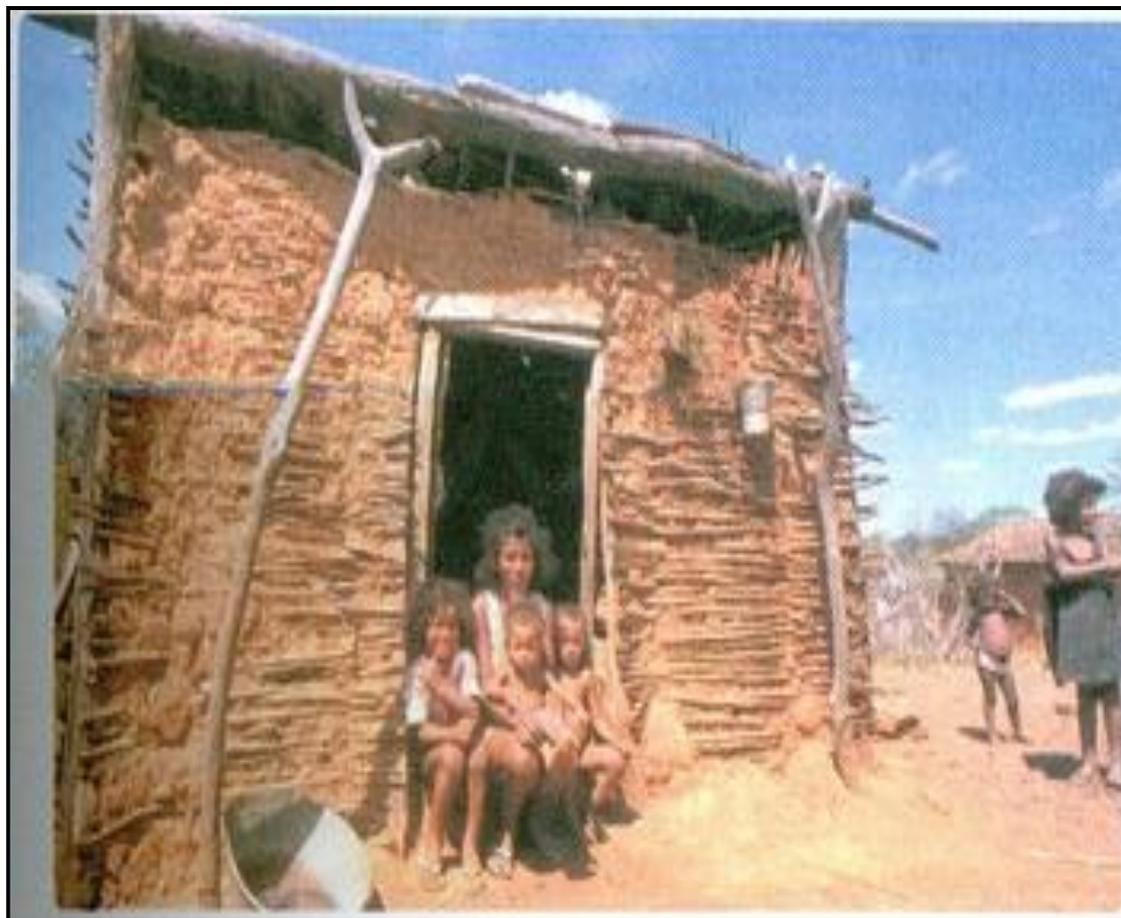
© GESE EDIÇÕES MUSICAIS LTDA. (Brasil e América do Sul)/PRETA MUSIC (Resto do Mundo) – Av. Ataulfo de Paiva, 517 – cob – Lapa – Rio de Janeiro – Brasil. Todos os direitos reservados.

Imagem: Petrus/Liberty/Alamy



Gilberto Gil (1942), um dos mais importantes cantores e compositores da música popular brasileira, nasceu em Salvador (BA). É o autor de diversas canções de grande sucesso, como *Domingo no parque*, *Aquele abraço*, *Expresso 2222*, *Refazenda*, *Realce*, *Palco*, *Sítio do Pica-Pau Amarelo*. Exerceu o cargo de ministro da Cultura no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Mais informações sobre Gilberto Gil poderão ser encontradas em seu site oficial: www.gilbertogil.com.br.

ANEXO M – IMAGEM DE UMA FAMÍLIA DO SERTÃO DO PIAUÍ



ANEXO N – TEXTO: “A INDÚSTRIA DA SECA NO NORDESTE”

Hora do texto

A “indústria da seca” no Nordeste

Imagem: Dani/Ethos/Arb

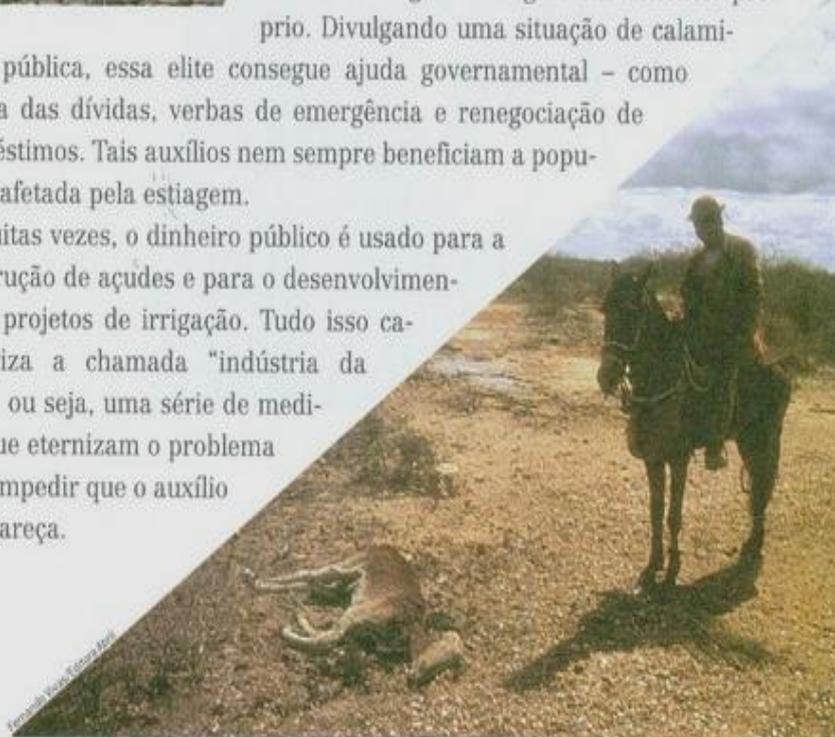


Os problemas sociais existem em todo o Nordeste, mas a culpa pela miséria da região sempre recaiu sobre o fenômeno das secas. De fato, elas muitas vezes inviabilizam as atividades econômicas no sertão, dizimando o gado e fazendo com que os sertanejos deixem suas terras em busca de melhores condições de vida. Mas a seca não é a única responsável por toda a situação. Questões como a distribuição de renda e de terras costumam ser deixadas de lado nas discussões. Grupos políticos e econômicos aproveitaram-se do flagelo da região em benefício próprio. Divulgando uma situação de calamidade pública, essa elite consegue ajuda governamental – como anistia das dívidas, verbas de emergência e renegociação de empréstimos. Tais auxílios nem sempre beneficiam a população afetada pela estiagem.

Muitas vezes, o dinheiro público é usado para a construção de açudes e para o desenvolvimento de projetos de irrigação. Tudo isso caracteriza a chamada “indústria da seca”, ou seja, uma série de medidas que eternizam o problema para impedir que o auxílio desapareça.

Muitas vezes, o dinheiro público é usado para a construção de açudes e para o desenvolvimento de projetos de irrigação. Tudo isso caracteriza a chamada “indústria da seca”, ou seja, uma série de medidas que eternizam o problema para impedir que o auxílio desapareça.

Imagem: Vitor/Réa/Arb



1. Trata-se de um texto em que predominam argumentos objetivos que demonstram uma posi-

Disponível em: <www.portal.santos.sp.gov.br/seduc/request.php?134>.

Acesso em: 25 fev. 2009.

ANEXO O – INFORMAÇÕES SOBRE O PINTOR CÂNDIDO PORTINARI

ALGO A *mais*

Candido Portinari (1903-1962), filho de imigrantes italianos, nasceu em uma fazenda de café, em Brodósqui (interior de São Paulo). Desde cedo manifestou vocação artística e colecionou prêmios, revelando sua inclinação muralista. Dentre suas obras mais conhecidas, citamos, além de *Os retirantes* (1944), que você já conheceu aqui, *Café* (1935), o mural *São Francisco se despojando das vestes* (1945, para a Igreja de São Francisco de Assis, em Belo Horizonte, MG) e *A chegada da Família Real portuguesa a Salvador* (1952). Para conhecer mais sobre esse grande artista, acesse o site do Projeto Portinari (www.portinari.org.br).




◀ A obra *Retirantes*, de Candido Portinari, já retratava em 1944 o sofrimento das pessoas que tinham de deixar sua terra em decorrência da miséria gerada pela seca.

ANEXO P – CANÇÃO “ALAGADOS”

CAPÍTULO

12

Um mundo
de contrastes

MÓDULO B



Alagados

Todo dia o sol da manhã vem e lhes* desafia
 Traz do sonho pro mundo quem já não queria
 Palafitas, trapiches, farrapos
 Filhos da mesma agonia
 E a cidade
 Que tem braços abertos num cartão-postal
 Com os punhos fechados da vida real
 Lhes nega oportunidades
 Mostra a face dura do mal
 Alagados, Trenchtown, Favela da Maré
 A esperança não vem do mar
 Nem das antenas de tevê
 A arte de viver da fé
 Só não se sabe fé em quê

VIANA, Herbert; RIBEIRO, Bi; BARONE, João. Alagados.
 In: *Selvagem? Paralamas do Sucesso* (CD). EMI Music, 1986.

© Edições Musicais Seguros Ltda.



Antonio Queiroz/Agência

ANEXO Q – FRAGMENTO DO ROMANCE VIDAS SECA

Hora do texto

Vidas secas

[...] Baleia arrebitou as orelhas, arregaçou as ventas, sentiu cheiro de preás, farejou um minuto, localizou-os no morro próximo e saiu correndo.



Fabiano seguiu-a com a vista e espantou-se: uma sombra passava por cima do monte. Tocou o braço da mulher, apontou o céu, ficaram os dois algum tempo aguentando a claridade do sol. Enxugaram as lágrimas, foram agachar-se perto dos filhos, suspirando, conservaram-se encolhidos, temendo que a nuvem se tivesse desfeito, vencida pelo azul terrível, aquele azul que deslumbrava e endoidecia a gente.

Entrava dia e saía dia. As noites cobriam a terra de chofre. A tampa anilada baixava, escurecia, quebrada apenas pelas vermelhidões do poente.

Miudinhos, perdidos no deserto queimado, os fugitivos agarraram-se, somaram as suas desgraças e os seus pavores. O coração de Fabiano bateu junto do coração de Sinha Vitória, um abraço cansado aproximou os farrapos que os cobriam. Resistiram à fraqueza, afastaram-se envergonhados, sem ânimo de afrontar de novo a luz dura, receosos de perder a esperança que os alentava.

Iam-se amodorrando e foram despertados por Baleia, que trazia nos dentes um preá. Levantaram-se todos gritando. O menino mais velho esfregou as pálpebras, afastando pedaços de sonho. Sinha Vitória beijava o focinho de Baleia, e como o focinho estava ensanguentado, lambia o sangue e tirava proveito do beijo.

Aquilo era caça bem mesquinha, mas adiaria a morte do grupo. E Fabiano queria viver. Olhou o céu com resolução. A nuvem tinha crescido, agora cobria o morro inteiro. Fabiano pisou com segurança, esquecendo as rachaduras que lhe estragavam os dedos e os calcanhares.

Sinha Vitória remexeu no baú, os meninos foram quebrar uma haste de alecrim para fazer um espeto. Baleia, o ouvido atento, o traseiro em repouso e as pernas da frente erguidas, vigiava, aguardando a parte que lhe iria tocar, provavelmente os ossos do bicho e talvez o couro.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 32. ed. São Paulo: Martins, 1974. p. 47-9.



O escritor alagoano **Graciliano Ramos** (1892-1953), considerado um dos maiores prosadores de nossa literatura, caracteriza-se por uma escrita enxuta e com muita densidade. Suas obras mais conhecidas são os clássicos *Vidas secas* e *São Bernardo*, que analisam com profundidade a influência do meio (o sertão nordestino) sobre os personagens. Outros livros importantes são *Angústia* e *Memórias do cárcere*.

ANEXO R – TEXTO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA RAPADURA

2. Leia o trecho a seguir, que faz parte de uma coluna sobre passeios no Brasil.

(trecho de um artigo)

A doce vida

Patrimônio histórico nacional, a cidade de Areia, na Paraíba, oferece ao visitante o colorido de seu casario e a tradição centenária da rapadura.

[...]

Distante apenas 125 quilômetros de João Pessoa, na Paraíba, Areia mantém viva a tradição do doce de cana-de-açúcar, alimento que acompanha a memória nordestina. Nunca faltou rapadura nos bornais de Lampião e seu bando; o cangaceiro sempre tirava uma lasca açucarada entre uma parada e outra para recuperar a energia. [...]

Alimento simples, feito com um único ingrediente, a rapadura chega a ser vítima de preconceito em virtude de raízes tão populares. Mas é nobre. Nobre na grande quantidade de vitaminas, enriquece a merenda escolar e, ironicamente, já conquistou a alta gastronomia. [...] A alta qualidade nutritiva conquistou também o mercado de produtos naturais: os adeptos enumeram benefícios como a superioridade em sais minerais em relação ao açúcar branco industrializado. Enquanto 100 gramas do açúcar refinado e embranqueado possuem 40 miligramas de sais minerais, na rapadura o teor chega a 500 miligramas.

Fora do Brasil, a rapadura também tem chamado a atenção. O açúcar mascavo, que é a rapadura ralada, é campeão de vendas na Alemanha, onde são consumidas mais de 400 toneladas por ano.

[...] não foram só as batalhas do cangaço que a rapadura tornou mais doce. O tablete de cana-de-açúcar também esteve na Primeira Guerra Mundial. Servia como complemento alimentar das tropas, mas como a produção não dava conta, a Inglaterra e a França resolveram enviar motores para aumentar a produção. [...]

Cledre Moura. Disponível em: <http://revistaraz.uol.com.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=103&Itemid=117>. Acesso em: 30 abr. 2015.



Foto: S. S. / P. / P. / P.

Rapadura.

GLOSSÁRIO

Bornal: sacola de pano ou couro, com alça longa, para carregar alimentos que servirão de lanche; embornal.

ANEXO S – CONTO MURIBECA

Conto social

O QUE VOCÊ VAI LER



Marcelino Freire (1967-), escritor pernambucano. Fotografia de 2013.

Foto: Engvalfrapros

O conto que você vai ler agora, do pernambucano Marcelino Freire, trata de um tema muito atual e presente na realidade das grandes cidades. O texto integra o primeiro livro do autor. Publicada em 2000, a obra chama-se *Angu de sangue*. O escritor recebeu o prêmio Jabuti de Literatura por duas vezes: 2006, pelo livro *Contos negreiros* e, em 2014, pelo romance *Nossos ossos*.

- O que o título "Muribeca" sugere a você? A que será que essa palavra está relacionada?

Muribeca

Lixo? Lixo serve pra tudo. A gente encontra a mobília da casa, cadeira pra pôr uns pregos e ajelitar, sentar. Lixo pra poder ter sofá, costurado, cama, colchão. Até televisão.

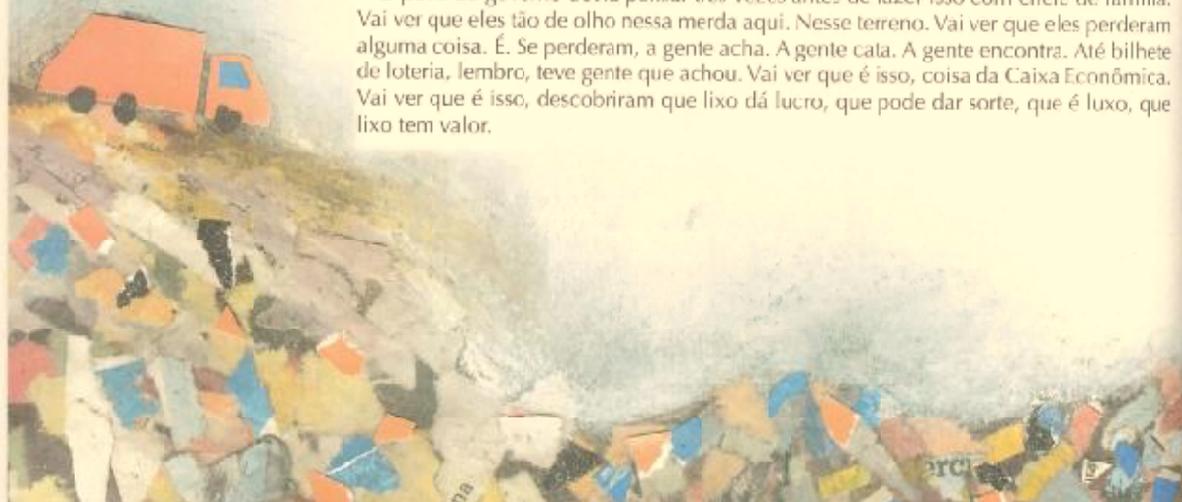
É a vida da gente o lixo. E por que é que agora querem tirar ele da gente? O que é que eu vou dizer pras crianças? Que não tem mais brinquedo? Que acabou o calçado? Que não tem mais história, livro, desenho?

E o meu marido, o que vai fazer? Nada? Como ele vai viver sem as garrafas, sem as latas, sem as caixas? Vai perambular pelas ruas, roubar pra comer?

E o que eu vou cozinhar agora? Onde vou procurar tomate, alho, cebola? Com que dinheiro vou fazer sopa, vou fazer caldo, vou inventar farofa?

Fale, fale. Explique o que é que a gente vai fazer da vida? O que a gente vai fazer da vida? Não pense que é fácil. Nem remédio pra dor de cabeça eu tenho. Como vou me curar quando me der uma dor de estômago, uma coceira, uma caganeira? Vá, me fale, me diga, me aconselhe. Onde vou encontrar tanto remédio bom? E esparadrapo e band-aid e seringa?

O povo do governo devia pensar três vezes antes de fazer isso com chefe de família. Vai ver que eles tão de olho nessa merda aqui. Nesse terreno. Vai ver que eles perderam alguma coisa. É. Se perderam, a gente acha. A gente cata. A gente encontra. Até bilhete de loteria, lembro, teve gente que achou. Vai ver que é isso, coisa da Caixa Econômica. Vai ver que é isso, descobriram que lixo dá lucro, que pode dar sorte, que é luxo, que lixo tem valor.



Por exemplo, onde a gente vai morar, é? Onde a gente vai morar? Aqueles barracos, tudo ali em volta do lixão, quem é que vai levantar? Você, o governador? Não. Esse negócio de prometer casa que a gente não pode pagar é balela, é conversa pra boi morto. Eles jogam a gente é num esgoto. Pr'onde vão os coitados desses urubus? A cachorra, o cachorro?

Você precisa ver. Isso tudo aqui é uma festa. Os meninos, as meninas naquele alvoroço, pulando em cima de arroz, feijão. Ajudando a escolher. A gente já conhece o que é bom de longe, só pela cara do caminhão. Tem uns que vêm direto de supermercado, açougue. Que dia na vida a gente vai conseguir carne tão barata? Bisteca, filé, chã de dentro – o moço tá servido? A moça?

Os motoristas já conhecem a gente. Tem uns que até guardam com eles a melhor parte. É coisa muito boa, desperdiçada. Tanto povo que compra o que não gasta – roupa nova, véu, grinalda. Minha filha já vestiu um vestido de noiva, até a aliança a gente encontrou aqui, num corpo. É. Vem parar muito homem morto, muito criminoso. A gente já tá acostumado. Quase toda semana o camburão da polícia deixa seu lixo aqui, depositado. Balas, revólver 38. A gente não tem medo, moço, a gente é só ficar calado.

Agora, o que deu na cabeça desse povo? A gente nunca deu trabalho. A gente não quer nada deles que não esteja aqui jogado, rasgado, atirado. A gente não quer outra coisa senão esse lixão pra viver. Esse lixão para morrer, ser enterrado. Pra criar os nossos filhos, ensinar o nosso ofício, dar de comer. Pra continuar na graça de Nosso Senhor Jesus Cristo. Não faltar brinquedo, comida, trabalho.

Não, eles nunca vão tirar a gente deste lixão. Tenho fé em Deus, com a ajuda de Deus, eles nunca vão tirar a gente deste lixo. Eles dizem que sim, que vão. Mas não acredito. Eles nunca vão conseguir tirar a gente deste paraíso.

Marcelino Freire. *Ango de sangue*. Cotia: Ateliê, 2000. p. 23-25.

GLOSSÁRIO

Balela: afirmação ou boato infundado ou falso; mentira.

Chã de dentro: carne da parte interior da coxa bovina.

Perambular: andar sem destino; vaguear.



Felipe Guadalupe